

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Instituto de Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Antropologia**



Dissertação

**A Praça Tamandaré é um território negro: por uma Arqueologia de manifestos antirracistas em Rio Grande/RS**

Yasmin Acosta da Silva

Pelotas, 2021

**Yasmin Acosta da Silva**

**A Praça Tamandaré é um território negro: por uma Arqueologia de manifestos antirracistas em Rio Grande/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia com área de concentração em Arqueologia.

Orientadora: Professora Dra. Louise Prado Alfonso  
Coorientadora: Professora Dra. Beatriz Valladão Thiesen

Pelotas, 2021

Yasmin Acosta da Silva

A Praça Tamandaré é um território negro: por uma Arqueologia de manifestos  
antirracistas em Rio Grande/RS

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia com área de concentração em Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 27 de agosto de 2021

Banca examinadora:

Profa. Dra. Louise Prado Alfonso (Orientadora)  
Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Pedro Luís Machado Sanches  
Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Fernanda Codevilla Soares  
Doutora em Quaternário, Materiais e Cultura pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal).

## Resumo

SILVA, Yasmin Acosta da. **A Praça Tamandaré é um território negro**: por uma Arqueologia de manifestos antirracistas em Rio Grande/RS. Orientadora: Louise Prado Alfonso. 2021. 141 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia com área de concentração em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

Considerando que a Praça Tamandaré, localizada em Rio Grande/RS, é reconhecida como um território negro pela pesquisa arqueológica e pela própria comunidade negra e que a mesma passou por processos de higienização no passado e por processos de gentrificação no presente, este estudo arqueológico teve por objetivo construir manifestos que resistam contra as invisibilizações de materialidades e pessoas subalternizadas da Praça ao longo do tempo. Com os objetivos de ir na contramão da narrativa oficial sobre o passado rio-grandino, de evidenciar a Praça Tamandaré enquanto um território negro para a comunidade e de auxiliar na luta antirracista, pelo direito à cidade, ao trabalho e à memória das pessoas que sofrem processos de exclusão naquele espaço. Para isso, foram desenvolvidos e veiculados nas plataformas digitais três manifestos que dialogaram com a comunidade sobre a presença negra na antiga Geribanda: um vídeo, um post carrossel para as redes sociais e uma exposição virtual. Todos os manifestos lidaram com as injustiças do passado, que ocasionaram o apagamento da memória e da trajetória de pessoas negras, contando, a partir da materialidade, as vivências, os patrimônios e a ancestralidade que os documentos escritos e a história oficial insistem em esconder. Não se detendo somente ao passado, os manifestos e este estudo também se pautaram nas injustiças que permanecem no contemporâneo. Isso se possibilitou a partir de uma Arqueologia social, política, antirracista, decolonial e que desconsidera o tempo linear. Compreendo que os manifestos enfocados pelo mundo material e pensados a partir de um viés antirracista, são ferramentas que podem legitimar narrativas de luta pelo direito à cidade, à memória e ao trabalho de grupos que sofrem processos de exclusão a partir de políticas públicas.

Palavras-chave: Territórios negros. Contranarrativas. Patrimônio. Arqueologia de manifestos. Antirracismo.

## Abstract

SILVA, Yasmin Acosta da. **Tamandaré Square is a black territory**: by na archeology of anti-racist manifestos in Rio Grande/RS. Advisor: Louise Prado Alfonso. 2021. 141 f. Dissertation (Master in Anthropology with area of concentration in Archaeology) – Graduate Program in Anthropology, Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2021.

Considering that Tamandaré square, located in Rio Grande/RS, is recognized as a black territory by archeological research and by the black community itself and that it has gone through processes of hygiene in the past and through processes of gentrification in the present, this archaeological study had the objective is to build manifestos that resist the invisibility of materialities and subordinated people in the square over time. In order to go against the official narrative of the Rio-Grandino past, to highlight Tamandaré Square as a black territory for the community and to assist in the anti-racist struggle, for the right to the city, to work and to the memory of people who suffer exclusion processes in that space. For this purpose, three manifestos were developed and broadcast on digital platforms that dialogued with the community about the black presence in the former Geribanda: a video, a carousel post for social networks and a virtual exhibition. All the manifestos dealt with the injustices of the past, which caused the erasure of the memory and trajectory of black people, telling, based on materiality, the experiences, heritage and ancestry that written documents and official history insist on hiding. Not only focusing on the past, the manifestos and this study were also based on the injustices that remain in the contemporary. This was made possible from a social, political, anti-racist, decolonial archeology that disregards linear time. I understand that manifestos focused on the material world and designed from an anti-racist bias, are tools that can legitimize narratives of struggle for the right to the city, memory and work of groups that suffer exclusion from public policies.

Keywords: Counternarratives. Patrimony. Archaeology of manifestos. Archaeology of the Contemporary. Opposition to racismo.

## Sumário

Introdução .....	7
Capítulo 1 – Aqui é tudo maior e mais antigo: a construção (e desconstrução) da narrativa hegemônica rio-grandina.....	24
1.1 Os territórios negros de Rio Grande (re)existem!.....	36
Capítulo 2 – Mediando a materialidade no campo das mídias: por manifestos antirracistas que dialoguem com a comunidade .....	59
2.2 Percolando entre vozes, ecos e resistências da Praça da Geribanda: manifesto-vídeo.....	63
2.3 Uma nostalgia material de temporalidades e narrativas alternativas é possível: manifesto-post.....	80
Capítulo 3 – As coisas e as pessoas que permanecem: o presente da Praça Tamandaré.....	88
3.1 Manifestando e pesquisando #EmCasa em tempos de pandemia: manifesto-exposição.....	109
Considerações Finais.....	127
Referências .....	131
Anexos .....	139

## Introdução

Esta pesquisa de mestrado foi desenvolvida no âmbito do projeto de extensão *Entre vozes e ecos: uma Arqueologia do cotidiano da Praça da Geribanda*<sup>1</sup> do *Liber Studium* – Laboratório de Arqueologia do Capitalismo, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e do projeto de extensão *Narrativas do Passo dos Negros: exercício de etnografia coletiva para antropólogos/as em formação*<sup>2</sup> do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Ela é o seguimento de discussões que começaram em 2018 e resultaram no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Arqueologia da Geribanda: (re)existências no passado-presente*, defendido por mim no Curso de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)<sup>3</sup>.

A proposta inicial deste estudo arqueológico versava sobre a inclusão da Praça Tamandaré em um projeto que pretendia mapear os territórios negros da cidade de Rio Grande, um Município localizado no litoral sul do estado do Rio Grande do Sul, pois pensava que seria preciso demasiado esforço para tal reconhecimento. Para entenderes o motivo, vamos começar abordando qual a relação da Praça Tamandaré com a Arqueologia e com territórios negros.

Primeiro, a Praça Tamandaré, temática desta pesquisa, se localiza no centro de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. Uma cidade portuária de 284 anos situada entre a Lagoa Mirim, a Lagoa dos Patos e o oceano Atlântico que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>4</sup>, possui 211.965 habitantes. A Praça conta com 316 metros de comprimento por 140 metros de largura, em um total de 44.124 m<sup>2</sup>, sendo oficialmente a maior praça do interior do estado e a segunda maior do Rio Grande do Sul, ficando atrás somente do Parque Farroupilha da cidade

---

<sup>1</sup> Este projeto de extensão é coordenado pela professora do Curso de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Dra. Beatriz Valladão Thiesen.

<sup>2</sup> Este projeto de extensão é coordenado pela professora do Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Dra. Louise Prado Alfonso. Tem por objetivo promover ações participativas junto à comunidade do Passo dos Negros (Pelotas/RS) como forma de garantir a continuidade de moradores/as na localidade, na luta contra a especulação imobiliária e na preservação das memórias e histórias locais, bem como a preservação dos bens culturais locais e está inserido no projeto de pesquisa *Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas*.

<sup>3</sup> Este Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvido no âmbito do projeto de extensão *Entre vozes e ecos: uma Arqueologia do cotidiano da Praça da Geribanda* e orientado pela Profa. Dra. Beatriz Valladão Thiesen.

<sup>4</sup> Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rio-grande/panorama>. Acesso em: 22 jul. 2021.

de Porto Alegre. Também possui em seu entorno um terminal rodoviário urbano de embarque e desembarque de passageiros/os.

No ano de 2012, a Prefeitura Municipal do Rio Grande (PMRG), fundamentada no lema “nossa bandeira é o progresso”, iniciou as obras dos novos terminais urbanos de ônibus da Praça Tamandaré, previstos no *Plano de Mobilidade Urbana do Rio Grande*, sem qualquer licenciamento ambiental e arqueológico. Depois de quatro plataformas prontas, o IPHAN/RS (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, superintendência do Rio Grande do Sul), interviu ao receber uma denúncia da realização de escavações em local de importância histórica. Após a vistoria de um técnico da equipe do IPHAN/RS, a Prefeitura foi notificada para que as obras fossem paralisadas, de forma a garantir a proteção de bens arqueológicos já descobertos. Na época, o arqueólogo da Prefeitura enviou um laudo (que foi solicitado na notificação) contendo as informações sobre o empreendimento e o processo de licenciamento ambiental da obra. Em seguida, o IPHAN/RS emitiu um parecer (anexo a) nada favorável à conduta do arqueólogo e ao retorno das obras sem o estudo arqueológico. Com o andamento do processo<sup>5</sup>, foi encaminhado, em 2014, o *Programa de Salvamento Arqueológico na Área de Colocação da Plataforma de Embarque e Desembarque de Passageiros do Transporte Urbano Municipal de Rio Grande – RS*, sob responsabilidade técnica da professora do Curso de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Dra. Beatriz Valladão Thiesen.

No Programa, foi proposto o monitoramento arqueológico da área já impactada e a escavação estratigráfica das áreas ainda não afetadas pela obra (THIESEN, 2014), e assim deu-se início ao trabalho arqueológico na Praça Tamandaré. Até que, no final de 2015, sem que o relatório final fosse entregue ou até mesmo o trabalho tivesse finalizado, as obras foram retomadas e, conseqüentemente, concluídas. O Programa foi fruto de um convênio entre a Universidade Federal do Rio Grande e a Prefeitura Municipal do Rio Grande, o que possibilitou que estudantes da graduação em Arqueologia participassem das atividades para fins acadêmicos, que foi o meu caso. O trabalho ali tinha por objetivo

---

<sup>5</sup> O Processo nº 01512.002453/2012-13 é público e pode ser acompanhado pelo site: <https://sei.iphan.gov.br/pesquisapublica>. Acesso em: 01 out. 2020.

principal, conforme Thiesen (2014), designar os procedimentos arqueológicos necessários para garantir a integridade do Patrimônio Cultural, bem como se constituir em um instrumento de formação e valorização da cidadania, favorecendo para a comunidade a reapropriação do seu patrimônio, da sua história, da sua dimensão temporal e da sua memória.

A intenção era expandir a pesquisa para outra praça da cidade, como uma medida compensatória da Prefeitura por ter iniciado a obra sem o licenciamento arqueológico. Sendo assim, ficou acordado o apoio ao estudo intensivo da Praça Tamandaré e da Praça Xavier Ferreira, no escopo do projeto de pesquisa *Paisagens e Identidades: os excluídos na modernidade rio-grandina*<sup>6</sup> (THIESEN, 2015). Porém, isso ainda não se efetivou. O estudo arqueológico seguiu no laboratório, com os materiais oriundos da escavação: higienizar, identificar, catalogar, interpretar, não entender nada, ter algumas respostas, fazer mais perguntas...

Já nas atividades de educação patrimonial<sup>7</sup>, que ocorreram durante as escavações, as pessoas foram provocadas em suas memórias a partir de conversas que fluíram e se misturaram: ouvimos sobre histórias sobrenaturais, histórias de guerras, histórias de antepassados, histórias do presente... Que foram capazes de promover a apropriação daquele espaço entre distintos grupos (THIESEN, 2015). As pesquisas arqueológicas de campo em áreas urbanas e públicas, de acordo com Thiesen (no prelo), nos colocam em contato com representantes de grupos sociais silenciados e historicamente ignorados nos processos de decisão e reconhecimento de Patrimônio Cultural. Sendo assim, para continuar nos aproximando das vivências que ocorrem na Praça Tamandaré e dar seguimento a pesquisa arqueológica, criou-se o projeto de extensão *Entre vozes e ecos: uma Arqueologia do cotidiano da Praça da Geribanda*, mais conhecido como Projeto Geribanda. Este, tem como objetivo observar e manifestar a vida cotidiana de humanos e não-humanos que a

---

<sup>6</sup> Este projeto de pesquisa, coordenado pela Profa. Dra. Beatriz Valladão Thiesen e vinculado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG), teve seu início em 2008, tendo como temática a construção da paisagem rio-grandina, visando a multiplicidade de grupos sociais que estão na base dessa construção. Fonte: <https://paisagenseidentidades.blogspot.com/>. Acesso em: 01 out. 2020.

<sup>7</sup> Vale ressaltar que as ações de educação patrimonial do Programa de Salvamento Arqueológico da Praça Tamandaré foram inseridas em um Programa de Arqueologia Comunitária. Segundo Thiesen (2015), fazer Arqueologia Comunitária é, antes de tudo, envolver e dar o protagonismo às comunidades em presença nos processos de produção, na interpretação arqueológica e nas políticas de gestão do patrimônio cultural.

constroem no presente, especialmente daqueles que foram apagados da memória da cidade, pensando a Tamandaré a partir das ontologias dos grupos sociais que a ocupa, para compreender as relações entre a comunidade e o espaço.

Com um vínculo referente ao trabalho já realizado na Praça defendi, em dezembro de 2018, meu Trabalho de Conclusão de Curso, onde utilizei a Praça como um estudo de caso do fenômeno que, entre o final do século 19 e início do 20, reordenou a cidade de Rio Grande. Pude compreender de que modo aquele espaço foi reconfigurado pela e para a elite cidadina e, baseado nisso, provocou a exclusão de grupos sociais e o apagamento de outros passados vividos naquele lugar (SILVA, 2018). Antes de adentrar na problemática desta dissertação, evidenciarei quais foram os discursos que legitimaram o processo de exclusão de pessoas subalternizadas que utilizavam a Praça, para entender sua relação com territórios negros. Entendo, segundo Spivak (2014), que subalternos são aquelas pessoas que não tem voz política ou não são ouvidas. Para a autora, grupos subalternizados tem o direito de se fazerem representar com suas próprias vozes, de reivindicar suas próprias demandas e de manter suas identidades e pautas reconhecidas.

Partindo de um modelo positivista de normalidade que foi defendido por um discurso científico, a higienização, conforme Colombani e Martins (2017), uniu saúde e educação com a finalidade de alcançar escolares e suas famílias, o público e o privado. A mesma, como uma ação que se constitui como política pública no início do século 20 (COLOMBANI E MARTINS, 2017), via a doença como um fenômeno social que envolvia todos os aspectos da vida humana. Para evitar riscos de contaminação e proliferação a burguesia passou a querer viver em um meio limpo e ordenado. A construção da Praça Tamandaré, que se deu a partir de meados do século 19, foi legitimada por esse pensamento higienista, o que existia antes da Tamandaré era a Geribanda (ou Praça da Geribanda), um lugar frequentado e vivenciado pela população negra, pobre e subalternizada. Como relatou Auguste Saint-Hilaire (2002, p. 107, grifo meu), ao visitar a cidade em 1820,

não há aqui nascentes nem fontes de água doce, mas **atrás da cidade**, entre montículos de areia (**em lugar denominado Geribanda**), **cavaram-se poços**, onde a pequena profundidade se encontra muito boa água. Os **negros** vão buscá-la em barris e retiram-na do poço com chifres de bois, no meio dos quais é introduzida uma vara comprida, instrumento que eles chamam de guampa.

Hoje, a Praça Tamandaré é o maior ponto de referência do centro de Rio

Grande (figura 1), mas na primeira metade do século 19, era um “terreno arenoso incapaz de se povoar presentemente”, conforme consta na planta de 1829 (figura 2), que não fazia parte da malha urbana. Mesmo assim, tinha, por exemplo, duas funções importantes: subsidiava a população com água potável oriunda dos poços e cacimbas que lá existiam e formava lagoas da água da chuva que as lavadeiras usavam para lavar roupas. A aglomeração de pessoas negras, escravizadas, pobres e embarcadas (devido ao Porto da cidade) resultava em algo que a “população de bem” condenava: a descompostura, a desordem e o tumulto. Inclusive, a palavra Geribanda significa “descompostura” na *Encyclopédia Portuguêsa Illustrada* de Maximiano Lemos e no *Novo dicionário da língua portuguesa* de Candido de Figueiredo.

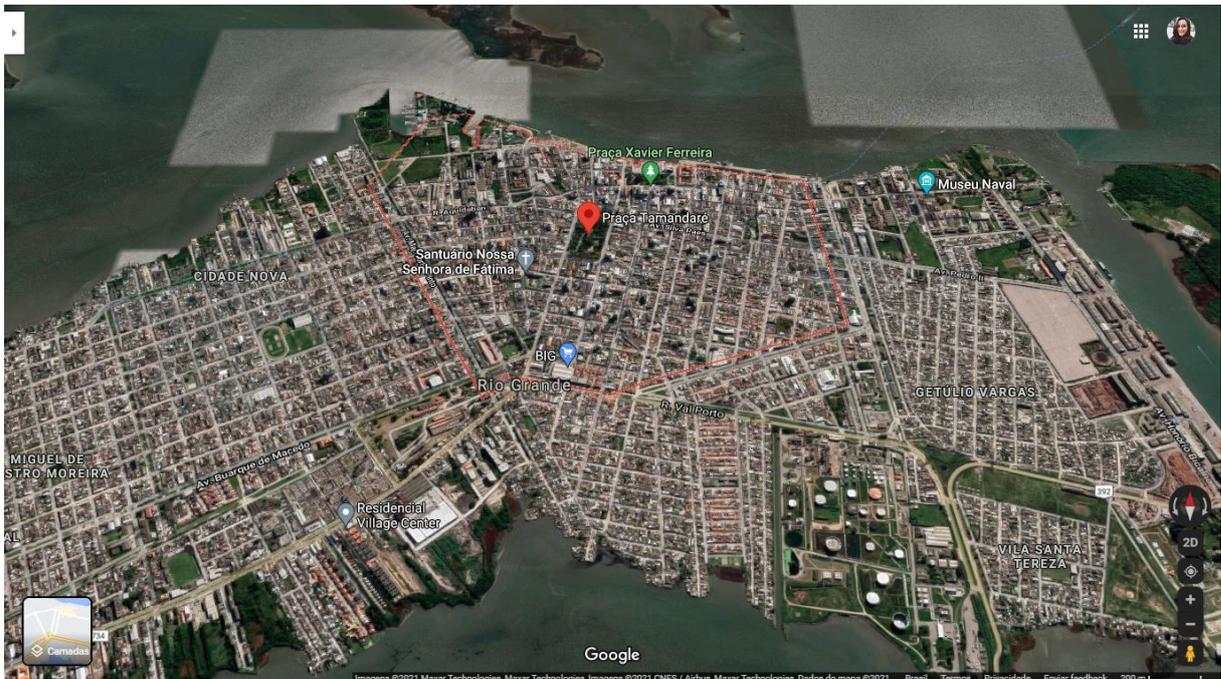


Figura 1: Vista aérea do Bairro Centro (demarcado pela linha vermelha) com a Praça Tamandaré identificada pelo marcador vermelho. Fonte: Google Maps. Disponível em: <https://goo.gl/maps/DU7ZK3A2gYjrh5V7A>. Acesso em: dez. 2020.

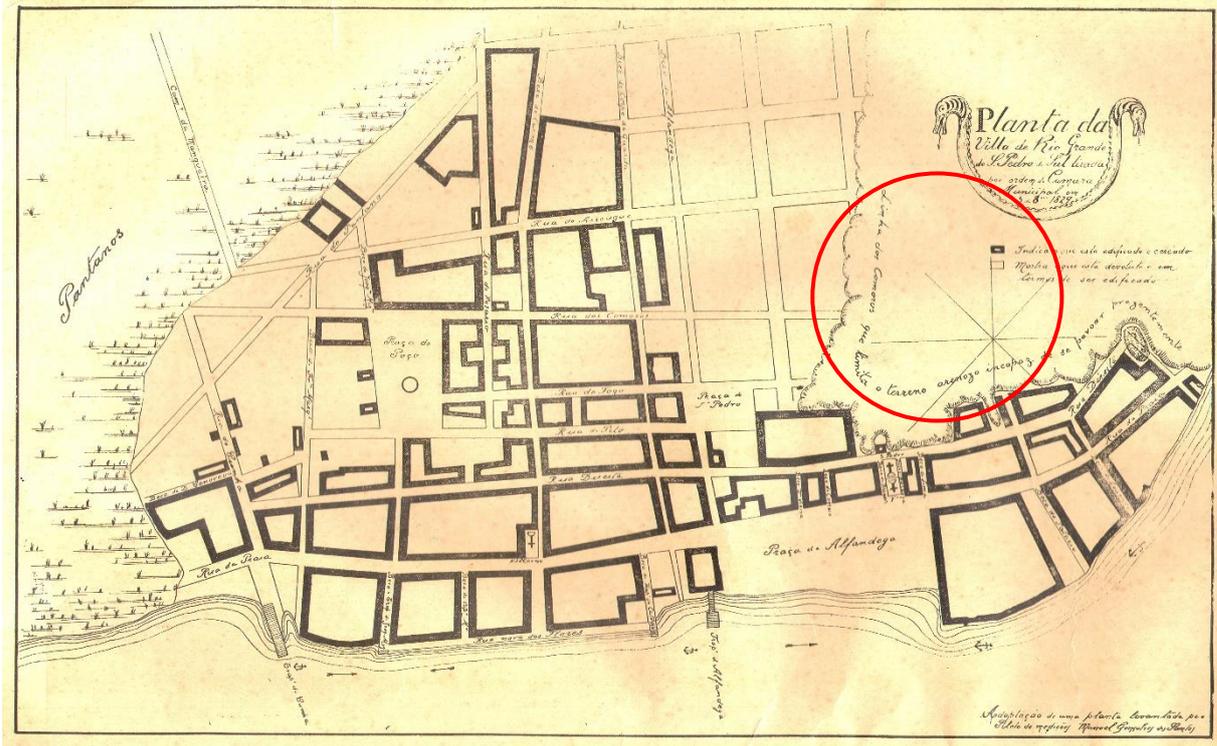


Figura 2: Planta da Vila do Rio Grande de 1829 com o local da Geribanda circulado de vermelho pela autora (não georreferenciada). Fonte: Acervo fotográfico digital do *Liber Studium* - FURG.

A partir da segunda metade do século 19, há uma reorganização política, burocrática e urbana em Rio Grande, pois, conforme Pedroso (2012), o comércio atacadista de exportação e importação formou uma burguesia local, cujo estilo de vida se baseava nos costumes e hábitos europeus. O autor explica que, sem demora, passaram a representar politicamente seus interesses dentro da Câmara Municipal do Rio Grande, garantindo, portanto, que as tomadas de decisões se baseariam em suas visões de mundo. Ao ser reconhecida como uma cidade comercial, devido a sua potência marítima e industrial nesta época, buscou-se avançar em linha reta por uma estruturação urbana propícia ao seu desenvolvimento. E é nesse contexto, entre meados do século 19 e início do 20, que a Geribanda começa a passar por um processo de “embelezamento e higienização” a partir de ações como: aterramento, plantação de árvores, construção do lago, chafariz, monumentos, mudança de nome, cercas, controle de tráfego, guarda municipal... (cf. SILVA, 2018). O que estava se configurando em um centro construído por e para a elite cidadina, conseqüentemente, afastava grupos subalternizados para os cantos da cidade.

Ainda nesse contexto, trago brevemente dois exemplos de locais que foram afetados ou idealizados a partir de discursos morais e higienistas. O primeiro são os cortiços, dos quais higienistas argumentavam que a promiscuidade existente neles era um perigo para a ordem pública, pois seriam focos de propagação de doenças. A arqueóloga Maritza dos Santos Dode, a partir do *Livro de Estatística da População de Rio Grande* de 1888, identificou os cortiços da cidade nessa época e observou, entre outras coisas, que essas habitações eram alvo de discursos moralistas. Fazendo com que os “cortiços estivessem na mira de batidas policiais para que não fossem aglomeradas ali pessoas vadias, propensas, assim, ao crime” (DODE, 2012, p.110).

A autora também percebeu que a questão higiênica, muito ligada aos cortiços na bibliografia, não era o problema central na cidade naquele ano:

A questão *doída* vinculava-se mais aos aspectos morais, do que à higiene sanitária. Não havia representações que guiassem as práticas em termos higiênicos, isto irá aparecer apenas em 1903. A partir disto, acredito que a questão higienista, embora pairasse em Rio Grande, não estava consolidada em 1888, a ponto de reverter em ações que traduzissem esta preocupação. Já existia o embrião, o campo estava semeado, mas não amadurecido (DODE, 2012, p. 110).

O segundo exemplo é o Bairro Getúlio Vargas (BGV). Conforme Gandra (2000), sua origem está diretamente ligada ao projeto de construção do Porto de Rio Grande em 1904. Inicialmente, foi pensado para abrigar a população que representava um setor economicamente e socialmente abastado, porém, no desenvolvimento da trajetória dessa localidade, próxima ao centro e ao Porto, ele foi ocupado por setores subalternos. Consolidou-se, portanto, em um bairro do operariado portuário e ficou conhecido como

"o bairro que crescia à noite", pois era nesse horário que os moradores construía suas casas, já que o local era terreno de Marinha, estando proibidas as construções. Assim, levantando a casa durante a noite, evitavam-se possíveis problemas com as autoridades. A necessidade de trabalho dos habitantes da localidade, que ocorria no período diurno, era outro motivo para as construções serem feitas à noite. As casas de madeira eram, geralmente, construídas em regime de "mutirão", isto é, vários trabalhadores reuniam-se e edificavam uma residência, o que reduzia custos com mão-de-obra (GANDRA, 2000, p. 77).

Em seu texto, o autor relata que são recorrentes nos jornais locais, entre 1950 e 1960, as notícias sobre o "perigoso" BGV. A burguesia impunha uma imagem de local violento e sujo que deveria ser evitado, logo seus moradores sofriam várias restrições, sob o olhar desconfiado da classe dominante. Até os dias de hoje o bairro

é rotulado e estigmatizado como violento, perigoso e propenso à criminalidade.

As políticas públicas adotadas dentro da perspectiva higienista foram excludentes e elitistas, arrancando os grupos menos favorecidos das áreas por onde o progresso deveria passar. A Praça, no século 19, era um lugar de convívio para grupos subalternizados, chamada de Geribanda. Nela estavam presentes as lavadeiras, mulheres negras escravizadas que lavavam roupas nas lagoas de água que lá existiam, bem como homens negros escravizados, que naquele lugar se reuniam e manifestavam, através da materialidade, a sua ancestralidade africana. Assim como no passado, onde esses grupos passaram por processos de exclusão nesse espaço, no presente, a atual Praça Tamandaré vem passando por processos de gentrificação, a partir de projetos de revitalização. Esses visam, mais uma vez, mandar a população negra que ocupa o espaço, como imigrantes africanos/as que ali trabalham, para áreas mais afastadas do centro da cidade. Acredito que a ideia de que o passado ficou para trás e caminhamos rumo ao futuro desconecta os acontecimentos anteriores com o contexto atual da Praça Tamandaré, como se eles não tivessem nenhuma relação entre si.

Sendo assim, esta pesquisa propõe formas de resistir contra as invisibilizações de materialidades e pessoas que envolvem, sobretudo, as comunidades negras da Geribanda, tanto no passado quanto no presente, a partir de suas vivências, sua ancestralidade e seus patrimônios. A fim de que se construa, ainda neste estudo, **manifestos** que vão na contramão da narrativa oficial sobre o passado rio-grandino, que evidenciem a Praça Tamandaré como um território negro e que auxiliem na luta pelo direito à cidade, ao trabalho e à memória. Com o objetivo de elucidar nos manifestos, também, que os processos de exclusão de pessoas negras do passado se perpetuam no cotidiano da Praça Tamandaré, somo a esta pesquisa a perspectiva de um fazer arqueológico engajado com a luta antirracista.

Trago alguns questionamentos que me acompanharam durante o desenvolvimento desta empreitada: Como as comunidades negras, que são minorias e/ou inexistentes nas narrativas oficiais de patrimônio, estão se inserindo e reivindicando seus espaços nesse contexto? Qual o papel das universidades e da Arqueologia na construção de narrativas contra-hegemônicas? Como que a Arqueologia, enquanto uma área de conhecimento, pode contribuir para a luta antirracista? Mais especificamente, como posso apoiar, enquanto uma pessoa

branca, a luta antirracista a partir da minha prática arqueológica?

Como bem observa o arqueólogo Rafael de Abreu e Souza (2021), fazer arqueologias de culturas negras é tão importante quanto fazer arqueologias da discriminação, da marginalização e da exclusão sistemática de pessoas negras, onde deve-se explorar a potência da própria disciplina “em sua análise crítica dos meios pelas quais materialidades reforçam, mantêm e expressam privilégios e desvantagens, legitimando grupos raciais dominantes como parâmetro cultural e fenotípico universal” (SOUZA, 2021, p. 67). Para o autor, podemos nos engajar na luta antirracista escancarando o racismo ao longo da história, a partir da dimensão material dos privilégios, bem como instigar “a crítica ao racismo silencioso e pessoal (o quanto reproduzimos dessa ideologia nas práxis de nosso próprio campo de estudos?)” (SOUZA, 2020, p. 58).

Nossas pesquisas precisam questionar o silencioso e naturalizado privilégio branco que condiciona, por exemplo, a desigualdade racial e o genocídio da população negra existente no Brasil desde o período da escravidão. Ligada diretamente ao privilégio branco e ao racismo, a branquitude, segundo Lourenço Cardoso (2010, p. 611),

é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo. Uma pesquisadora proeminente desse tema Ruth Frankenberg define: a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo (Frankenberg, 1999b, p. 70-101, Piza, 2002, p. 59-90).

Concordo com Denise Carreira (2018) ao salientar que é necessário um maior engajamento de pessoas brancas junto à promoção, defesa e garantia dos direitos humanos na luta antirracista e, principalmente, comprometer-se no que diz respeito “à reflexão crítica e ao processo de desconstrução da branquitude como lugar de manutenção de privilégios materiais, subjetivos e simbólicos na sociedade e base de sustentação do racismo” (CARREIRA, 2018, p. 128). Não poderia deixar que explanar aqui, o quando a Arqueologia contribuiu para que a supremacia branca<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Entendo que supremacia branca, conforme Ferreira, “pode ser sintetizado no “padrão contínuo e generalizado, práticas diárias e políticas que são tornadas invisíveis por meio de uma normalização e, por consequência, são frequentemente aceitas exatamente como são” (2019, p. 49 *apud*

fosse expressada e legitimada materialmente, uma vez que seus paradigmas primordiais foram pautados pela perspectiva colonialista, nacionalista e imperialista, como é visto em Trigger (1984). No Brasil, a disciplina atuou, por exemplo, no “extermínio das populações indígenas” para “a construção de uma sociedade nacional branca, não indígena” (BARRETO, 1999-2000, p. 34), ignorando aspectos importantes da história humana com a má interpretação de dados arqueológicos para fins políticos e ideológicos. Como exemplifica a arqueóloga Siân Jones, “o material arqueológico tem sido atribuído a determinados povos do passado, em vista do desejo de alguns povos atuais de traçar genealogia com suas imaginadas origens primordiais” (1997, p.1 *apud* ROCHA, 2017, p. 30).

Para superar a manipulação político-ideológica do conhecimento arqueológico no período colonialista, tem se adotado nas últimas décadas, por exemplo, o que Cristóbal Gnecco (2012) acredita ser o mais importante e revolucionário movimento da disciplina: incluir pessoas vivas (suas culturas, visões de mundo...) para fortalecer a hermenêutica arqueológica. O autor chama de “Arqueologias Alternativas” práticas que afastam o fazer arqueológico de seus princípios disciplinares, podendo ser “vistas como um desafio à hegemonia desfrutada pela Arqueologia acadêmica/positivista por tanto tempo, uma dominação construída por um consentimento hoje despedaçado” (GNECCO, 2012, p. 14). Para complementar, Funari (2013) aponta que os movimentos sociais e as transformações políticas, ocorridas desde a Segunda Guerra Mundial, passaram a modificar profundamente a Arqueologia, que não deixou de responder aos novos tempos e se tornou parte dos estudos das relações de poder a partir do mundo material. Para o autor, incorporaram-se, também, “os aspectos sociais e de poder, das desigualdades e conflitos, para propor uma disciplina menos distante das pessoas e mais útil tanto aos indivíduos, como às coletividades” (FUNARI, 2013, p. 23). A exemplo: as Arqueologias indígenas, feministas, negras, antirracistas, comunitárias, multivocais, de gênero e Queer, do passado contemporâneo, da Ditadura, dentre outros temas que aplicam o pensamento arqueológico ao mundo contemporâneo.

Essas práticas eminentes foram possíveis, também, a partir da perspectiva decolonial difundida na América Latina nas últimas décadas, após um encontro do

Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais<sup>9</sup> em 1998, onde o Grupo Modernidade/Colonialidade discutiu essa temática, conforme relata Luciana Ballestrin (2013). Sabemos que o processo de colonização trouxe consequências que são vigentes até os dias de hoje em toda América Latina. Entendo que a colonialidade são construções, amarras e pressões que foram impostas pelo modelo colonial eurocêntrico, a partir da violência, do genocídio e do apagamento de culturas, saberes e epistemologias de povos nativos e tradicionais, ou seja, a colonialidade é a perpetuação das estruturas coloniais. Por outro lado, a decolonialidade “constitui-se em uma forma de pensar, produzir e valorizar conhecimentos que não correspondam à lógica da colonialidade, do mesmo modo que busca afastar pressupostos e teorias eurocêntricas”, segundo Zeifert e Agnoletto (2019, p. 198).

O pensamento colonial é tão arraigado nas estruturas da nossa sociedade que lideramos o ranking mundial do País que mais mata jovens negros, mulheres e LGBTQIA+, segundo o *Relatório Internacional da Anistia 2017/18: O Estado dos Direitos Humanos do Mundo*<sup>10</sup>. São urgentes pesquisas que escancarem a discriminação, a desigualdade, o preconceito e o ódio aos grupos que foram e são silenciados pelas práticas culturais, sociais e políticas no Brasil. É plausível, portanto, a partir desses debates, pensar aqui em uma Arqueologia mais “ética e decolonial, que expresse seu caráter político e reconheça os impactos sociais e culturais que suas investigações e interpretações provocam” (ROCHA, 2017, p. 36).

Na perspectiva de Hamilakis (2018), para atender ao apelo de uma Arqueologia politicamente ativa, devemos descolonizar nossa disciplina, que se ergueu na interseção entre o colonial, o racial e a modernidade nacional. A Arqueologia, desde de seu princípio, foi moldada por uma perspectiva colonialista,

---

<sup>9</sup> O Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), criado em 1967, é uma instituição internacional não-governamental com status associativo na UNESCO. Atualmente, reúne 736 centros de pesquisa e pós-graduação na área das Ciências Sociais e humanidades em 51 países da América Latina e outros continentes. Fonte: <https://www.clacso.org/>. Acesso em: 03 dez. 2020.

<sup>10</sup> O Relatório Internacional da Anistia 2017/18 documenta o estado dos direitos humanos do mundo em 159 países e territórios durante 2017. Conflitos, medidas de austeridade e desastres naturais levaram muitos a uma pobreza e insegurança mais profundas; milhões foram forçados a fugir de suas casas e buscar refúgio em outros lugares em seus próprios países ou através das fronteiras internacionais. A discriminação permaneceu repleta em todas as regiões do mundo, e às vezes teve consequências mortais para as vítimas. Governos de todas as persuasões continuaram a reprimir os direitos à liberdade de expressão, associação e reunião. Fonte: <https://www.amnesty.org/en/documents/pol10/6700/2018/en/>. Acesso em: 03 dez. 2020.

que influenciou a forma de se fazer e pensar a mesma. Logo, o movimento de descolonização da ciência arqueológica surge como uma proposta para refletir e criticar esse caráter colonizador que permaneceu por décadas. Entendo, conforme Hamilakis (2018), que libertar-se da linearidade temporal, uma visão etnocêntrica do tempo que nos foi imposta, é o primeiro passo. Sabemos, segundo Shepherd (2015), que o colonialismo se encarregou de conquistar espaços e territórios, mas abarcou também a conquista do tempo. Essa última, para o autor, incluiu: a captura de histórias locais e sua sujeição a molduras e perspectivas eurocêntricas e o cancelamento ou subalternização das temporalidades locais e seus entendimentos do tempo.

A concepção do tempo ocidental moderno (linear e progressista), está muito enraizada. Como rompemos com ela? Acredito que precisamos ter “uma noção mais coerente do tempo que não se limite à concepção simplista de que a única relação entre o passado e o presente é de precedência” (TRAMASOLI, 2017, p. 195). Ao deixar de lado o historicismo modernista, onde o passado se situa como uma série de sucessões e substituições, os autores Olsen *et al.* (2012), oferecem uma visão do tempo como **percolação**, em favor do passado como um conjunto multitemporal reunido. Sendo assim, trago para esta pesquisa a ideia de que o “tempo não flui: ele percola” (SERRES; LATOUR, 1995, p. 28). Mas o que isso significa?

Para Michel Serres,

a teoria usual supõe que o tempo deve ser sempre e em toda parte laminar [como um escoamento que não segue uma linha de fluxo]. Com distâncias geometricamente rígidas e mensuráveis - pelo menos constantes. Algum dia vão dizer que isso é a eternidade! Não é verdade nem possível. Não, o tempo flui de maneira turbulenta e caótica; ele percola (SERRES; LATOUR, 1995, p. 59).

Turbulento, não linear, complexo e decolonial,

o tempo percolante é uma noção pela qual o tempo, não sendo mais tratado somente como um parâmetro externo, surge de diversas relações entre diversas entidades de vários passados. Nisto, o passado e o presente estão inteiramente mesclados (OLSEN *et al.*, 2012, p. 153).

Baseada na ideia de que “a Arqueologia é uma prática contemporânea, feita com os pés, as mãos e a cabeça no presente” (THIESEN, 2013, p. 222) e ainda seguir rompendo com alguns paradigmas tradicionais da disciplina (de que ela só estuda o passado, por exemplo), esta pesquisa colocará em pauta questões atuais

referentes a Praça Tamandaré. Ademais, acredito que elas estão relacionadas com acontecimentos passados. Segundo Hamilakis (2018), mesmo que a Arqueologia seja fundamentada no tempo presente, é sintonizada com os efeitos políticos dos diferentes tempos coexistentes e com as histórias materiais que nos cercam e exigem serem ouvidas. Assim, acredito no potencial da materialidade para agir e intervir no presente.

Como expressei anteriormente, a problemática desta pesquisa está pautada na construção de manifestos que, a partir da materialidade, expressem narrativas contra-hegemônicas de grupos subalternizados. González-Ruibal (2008) aborda a Arqueologia do passado contemporâneo pela ótica do registro arqueológico gerado da supermodernidade (período caracterizado pela destruição e devastação das coisas e dos seres humanos). Como uma forma de mediar o impacto destrutivo desse período, que se estabeleceu a partir da Primeira Guerra Mundial, o autor destaca que a missão dessa Arqueologia vai além de fornecer mais dados e interpretações de novos e diferentes acontecimentos. E acredita que a

**manifestação** (*sensu* Shanks 2004) pode ser pelo menos tão importante quanto a construção de narrativas no sentido usual do termo, e tem a vantagem de ser menos provável que resulte na saturação de memória. **Tornar manifesto implica "relembrar" coisas** (Olsen 2003) e ser menos um historiador do que um arqueólogo trabalhando com vestígios materiais que não são redutíveis ao texto (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, p. 250, grifo meu).

Sendo assim, concordo com González-Ruibal (2008) ao sustentar que nossa disciplina consegue fazer mais do que produzir histórias alternativas, ela pode contar histórias de uma **forma alternativa**, que evidencie o que a supermodernidade não quer que seja mostrado. Mais do que uma explicação sobre o que era a Geribanda, é enxergar no que ela se transformou de outra maneira. Para isso os manifestos: a fim de “mediar o passado recente de forma a torná-lo presença manifesta e manter viva a memória” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, p. 252). O que me motivou a pensar os manifestos foram os males do populismo. Em um vídeo<sup>11</sup> para as redes sociais, a cientista política Gloria Álvarez nos explica três passos essenciais do populismo: (a) a criação de inimigos internos e externos, (b) a incitação ao ódio de classes através

<sup>11</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=LDYMoxQftMY&feature=emb\\_logo](https://www.youtube.com/watch?v=LDYMoxQftMY&feature=emb_logo). Acesso em: 07 out. 2020.

da doutrinação massiva e (c) o enaltecimento do líder populista como a cura para os problemas e injustiças sociais, de forma que sempre atue, supostamente, em nome do povo.

Para exemplificar, vou contar a história do “cocô petrificado de índio”. Foi iniciada, em julho de 2019, a construção da loja da Havan aqui em Rio Grande. Logo em seguida foi interrompida pela empresa de arqueologia contratada para monitorar a obra, pois foram encontrados bens arqueológicos na área do empreendimento. A obra, que era para ser finalizada o mais rápido possível, estava embargada temporariamente pelo patrimônio arqueológico, um bem que é protegido por lei, mas o empresário não pareceu se importar. Luciano Hang, uma figura rica e influente no País, decidiu voar até Rio Grande para atacar e ridicularizar pessoalmente a Arqueologia e a ciência.

O “Véio da Havan” foi recebido calorosamente pela população, gravou vídeos e tirou fotos dos “cacos” que empacaram o progresso e a geração de renda na cidade. Fez um alvoroço durante os poucos minutos que esteve no canteiro de obras, enquanto estudantes e professoras/es da FURG também estavam no local. Na internet, o povo se encarregou de apoiar o empresário (afinal, quem é Rio Grande na fila do pão para não aceitar tamanho empreendimento?) e linchar/ameaçar quem se posicionasse contra. Algo semelhante, mas sem a repercussão nacional, aconteceu com o embargo das obras das plataformas de ônibus na Praça Tamandaré. As pessoas não têm o conhecimento sobre a legislação que, ainda, prevê e protege nossa atuação no licenciamento ambiental ou elas têm e simplesmente não se importam, pois não lhes dizem respeito. Veem nosso trabalho como insignificante na hora que ele atrasa o desenvolvimento, mesmo que por poucas semanas.

O caso da Havan chegou no atual presidente da República, que por sua vez se pronunciou na famosa reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020:

O Iphan para qualquer obra do Brasil, como para a do Luciano Hang. Enquanto tá lá um cocô petrificado de índio, para a obra, pô! Para a obra! O que que tem que fazer? Alguém do Iphan que resolva o assunto, né? É assim que nós temos que proceder.<sup>12</sup>

A extrema-direita bolsonarista, que se consolidou nas últimas eleições

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/nao-pedi-nada-diz-dono-da-havan-apos-ser-citado-por-bolsonaro-em-reuniao/>. Acessado em: 07 out. 2020.

presidenciais do Brasil, vem fortalecendo o “populismo reacionário” baseada em discursos de ódio contra a oposição. Esse termo é apresentado por González-Ruibal, González e Criado-Boado (2019, p. 1)

como uma forma política que é antiliberal em termos de sua política de identidade (em que se refere, por exemplo, ao multiculturalismo, o direito aborto, direitos das minorias ou liberdade religiosa), mas ele é liberal em sua política econômica. Se caracteriza por seu nacionalismo, racismo e anti-intelectualismo.

Os autores apontam sobre a nossa responsabilidade para resistir ao que Ramón Grosfoguel (2008) chama de “populismo epistêmico”, que “significa que tudo o que o Povo diz é correto, porque é ele quem diz isso”, ou seja, “o que faz de uma afirmação verdadeira não é a consistência lógica da afirmação, mas quem a pronuncia” (2019, p. 3-4). Embora González-Ruibal (2012) concorde que temos que escutar todas as vozes, salienta que é possível fazer uma Arqueologia engajada com as pessoas sem recorrer ao populismo, desde que coloquemos nossa posição política situada enquanto antifascista, antirracista e contra regimes ditatoriais, por exemplo. Ademais, junto com os autores González-Ruibal, González e Criado-Boado (2019), acredito que precisamos exercer uma Arqueologia que seja provocativa, onde contamos histórias que causam desconforto e que problematizam narrativas hegemônicas, ao mesmo tempo que seja educativa, ao ensinar sobre a Arqueologia e utilizar dela para oferecer aprendizados<sup>13</sup>, não baseada na hierarquia e poder, “mas em três coisas muito diferentes: conhecimento especializado, capacidade crítica e trabalho para o bem comum” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012, p. 107).

Outra colocação do autor que é pertinente para esta pesquisa, é a ideia de que toda Arqueologia deve ser uma Arqueologia pública: “orientada para os problemas públicos e que torne as coisas públicas, acessíveis à comunidade” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012, p. 108). Antes da pandemia causada pelo novo coronavírus nos arrasar, imaginava produzir manifestos que envolvessem o audiovisual, para disponibilizar na internet, bem como intervenções públicas na própria Praça Tamandaré, para observar e conversar pessoalmente com a

<sup>13</sup> É importante salientar que a reflexão do autor se baseia na sua experiência de trabalho com um passado mais recente e com sociedades ocidentais modernas. Ele explica que seu texto não se aplica em contextos com sociedades que usam parâmetros de racionalidade diferentes dos nossos, como as comunidades indígenas (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012).

comunidade. Entretanto, como podemos (nos) manifestar em tempos de pandemia?

Com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para que fiquemos em casa, mantendo o distanciamento social, os recursos tecnológicos se tornaram nossos aliados ao “novo normal”. A pandemia nos fez imergir nas ferramentas e plataformas que já existiam. Nada disso é tão novo, apenas estamos utilizando em demasiado multiplicado por dois. Também nos mostrou que quase tudo pode ser feito através da internet, inclusive desenvolver nossas pesquisas acadêmicas. Logo, os manifestos passaram a ser pensados e executados somente em meio virtual. Acredito e defendo que é possível tornar o fazer e o conhecimento arqueológico “fisicamente próximo e intelectualmente compreensível” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012, p. 108) a partir das plataformas virtuais, digitais e remotas.

Para combater o populismo reacionário e agregar à luta antirracista com uma Arqueologia que ensine (em contextos ocidentais) e provoque o povo (GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2019) a partir dos manifestos, defendo o uso da educação como uma ferramenta potente na transformação e alteração de narrativas oficiais. Gloria Álvarez, em seu discurso no 1º Parlamento Ibero-americano da Juventude<sup>14</sup>, nos instiga a paixão pela educação, pela troca de ideias, pelo conhecimento e por querer sermos pessoas empoderadas. Com educação, não somos, por exemplo, facilmente manipuladas/os por líderes populistas. Para Gloria, utilizar as redes sociais, a tecnologia e a facilidade de comunicação pode ser a chave para essa expansão da informação e aprendizagem.

A partir disso, esta dissertação será desenvolvida em três capítulos. No primeiro capítulo trago como a história oficial da cidade de Rio Grande é contada pelos folders turísticos e pelo site da Prefeitura Municipal, invisibilizando outras narrativas de passado. Em contra partida a este apagamento, apresento a construção de novas territorializações e reordenações das memórias sociais de coletividades negras postas em experiência no projeto de extensão *Caminhos Negros: redescobrimo Rio Grande*, atualmente desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Com isso, coloco em pauta a importância da extensão universitária e da Arqueologia na desconstrução de discursos que invisibilizam a existência de pessoas negras tanto no passado quanto no presente.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8rLhmRMRNOW>. Acessado em: 25 out. 2020.

No segundo capítulo discorro sobre a utilização da mediação, da Arte e da mídia na composição dos manifestos desta pesquisa. Apresento dois que discutem sobre o passado-presente da Praça Tamandaré, abordando, a partir da materialidade, as resistências e apropriações das comunidades negras e de matriz africana naquele espaço. Com o objetivo de firmar a importância de manifestos e estudos que estejam pautados em uma Arqueologia que combata o populismo e o racismo, baseio-me nas ideias do “manifesto pela nostalgia material” de Alfredo González-Ruibal (2021, p. 11).

No terceiro capítulo a reflexão inicial se pauta no cotidiano atual da Praça Tamandaré, principalmente em contexto de pandemia, onde abordo as coisas, as pessoas e os conflitos que ali permanecem, a partir de reflexões sobre direito à cidade e ao trabalho. Em seguida, apresento a construção do último manifesto que compõe esta pesquisa: uma Exposição Arqueológica Virtual, onde estão em destaque os materiais encontrados na escavação e o contexto de revitalização e gentrificação que a Praça Tamandaré se encontra.

## Capítulo 1 – Aqui é tudo maior e mais antigo: a construção (e desconstrução) da narrativa hegemônica rio-grandina

*“Aqui estamos na avenida  
Pelas ruas, pela vida  
Marchando com o cortejo  
Que flui horizontalmente  
Manifestando o desejo  
De uma cidade includente”  
Anistia Internacional*

No ano de 2019 orientei um Estágio de Campo Obrigatório que investigava sobre a narrativa oficial da cidade de Rio Grande contada pelos órgãos municipais, através do site da Prefeitura Municipal e de folders turísticos produzidos e distribuídos pela mesma. Parto dessa experiência para iniciar aqui algumas reflexões sobre a cidade e sua apresentação oficial, tendo o patrimônio oficial da Praça Tamandaré como um exemplo de uma narrativa excludente.

Certo dia, eu e Chayenne Costa<sup>15</sup>, fomos até a Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer, em busca dos folders turísticos. Ao chegar lá, fomos informadas de que a Superintendência do Turismo estava fazendo parte da Secretaria de Município de Desenvolvimento, Inovação, Emprego e Renda (SMDIER). Na SMDIER, o turismólogo Rodrigo Duarte Simões Lopes nos entregou cinco folders diferentes que tinha à sua disposição. Ele não sabia nos informar a data de impressão e distribuição (salvo o do ano de 2019), porém os slogans “Rio Grande COMVIDA” e “Prefeitura Municipal do Rio Grande Aqui tem Governo Popular” nos levam a concluir que todos faziam parte da gestão do ex-prefeito Alexandre Lindemeyer (gestão 2013-2020), filiado ao Partido dos Trabalhadores.

---

<sup>15</sup> Em 2019, Chayenne era formanda em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e realizou seu estágio de campo obrigatório no âmbito do Projeto Geribanda. É natural de Araruama, Rio de Janeiro e mora em Rio Grande desde 2015, quando veio para cursar a graduação.

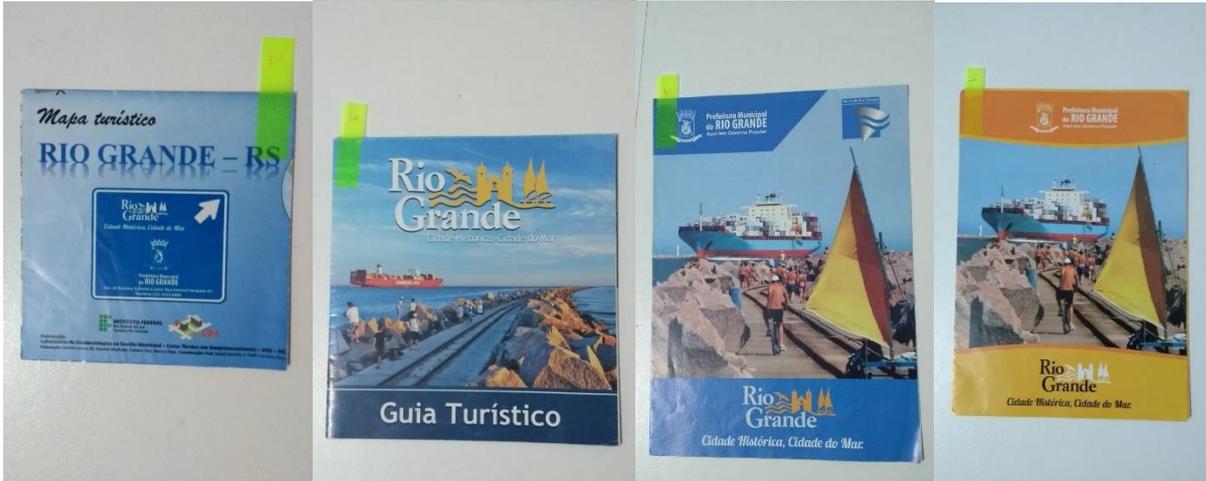


Figura 3: Fotos das capas dos folders turísticos sem datas. Fonte: autora, maio 2021.



Figura 4: Foto do folder turístico de 2019 com “40 dicas para não esquecer Rio Grande”. Fonte: autora, maio 2021.

Outro slogan que nos chamou atenção ao analisar os folders foi “Rio Grande Cidade Histórica, Cidade do Mar”. Aqui se observa o velho e novo. Duas perspectivas da narrativa oficial que é escrita e vendida sobre Rio Grande. A primeira fala sobre a cidade mais antiga do Rio Grande do Sul, fundada em 1737, que sempre esteve um passo à frente: a catedral mais antiga (1755), a primeira Câmara de Vereadores (1751), o clube de futebol mais antigo do País em exercício

(1900), inicia aqui, também, a industrialização do estado, a Câmara de Comércio mais antiga do Rio Grande do Sul e a quarta do Brasil (1844) e assim por diante.

Entretanto, tenho uma inquietação sobre isso, baseada em experiências pessoais: morar aqui é ter que explicar que Rio Grande é um Município e não a abreviação do nome completo do estado. Para colegas da Serra Gaúcha eu moro tão longe que a sua influência alemã e italiana não chegou a tempo de vingar. Para colegas do litoral norte eu deveria me mudar para “o litoral” do estado e morar perto da praia... Parece que a narrativa de cidade histórica e do mar não está no mapa do imaginário do povo gaúcho. Mas porquê?

O arqueólogo Felipe Tramasoli (2015), ao analisar em jornais antigos as reportagens alusivas ao aniversário da cidade, percebe a tentativa de estabelecer Rio Grande como o começo da narrativa da história estadual, fomentando a ideia de uma cidade portuguesa. Para o autor, “a cidade tentou construir a ideia de que sua história é a história do Rio Grande do Sul, mas essa não é, necessariamente, a narrativa que o estado quis para si” (TRAMASOLI, 2015, p. 129). Nos jornais, nota-se uma mudança no modo que o aniversário é abordado, a partir da década de 1980, pois há reclamações sobre a desvalorização da história da cidade, berço da colonização portuguesa, que permeia tanto os moradores daqui, como o resto do estado, visto que as autoridades estaduais não comparecem as comemorações (TRAMASOLI, 2015).

De outro lado, está a narrativa oficial que, concordando com Tramasoli (2015), deu mais certo: a cidade do mar! Nós temos São Pedro, Nossa Senhora dos Navegantes e Iemanjá. Nossa identidade tem mais a ver com as águas do que com o estereótipo do gaúcho laçador montado em um cavalo com seus trajes típicos<sup>16</sup>. Como podemos ver na figura abaixo, Rio Grande é rodeada pela Lagoa dos Patos (maior laguna da América do Sul), pelo Oceano Atlântico e pela Lagoa Mirim, de onde vem sua alavanca econômica com o Porto e até mesmo da subsistência tradicional através de pescadores/as e construtores/as navais que aqui se

---

<sup>16</sup> Flávio Chaves (2001), nas palavras de Paula Marcolin (2012), apresenta as mudanças que o conceito de gaúcho sofreu ao longo do tempo, de acordo com as modificações da sociedade: o indivíduo que se ocupava dos trabalhos campeiros, no extremo sul do Brasil, no período colonial, era chamado *guasca*; no final do século 18 é que denominaram gaúcho o tipo ladrão, desertor, vagabundo, que vivia do contrabando e da venda de couro; somente no século 19 o termo surge a acepção de **guerreiro** e **peão**, em outras palavras, o **homem** que se ocupava dos trabalhos da estância, da lida do campo e, mais tarde, apresentou tendências militares marcantes.

instalaram.

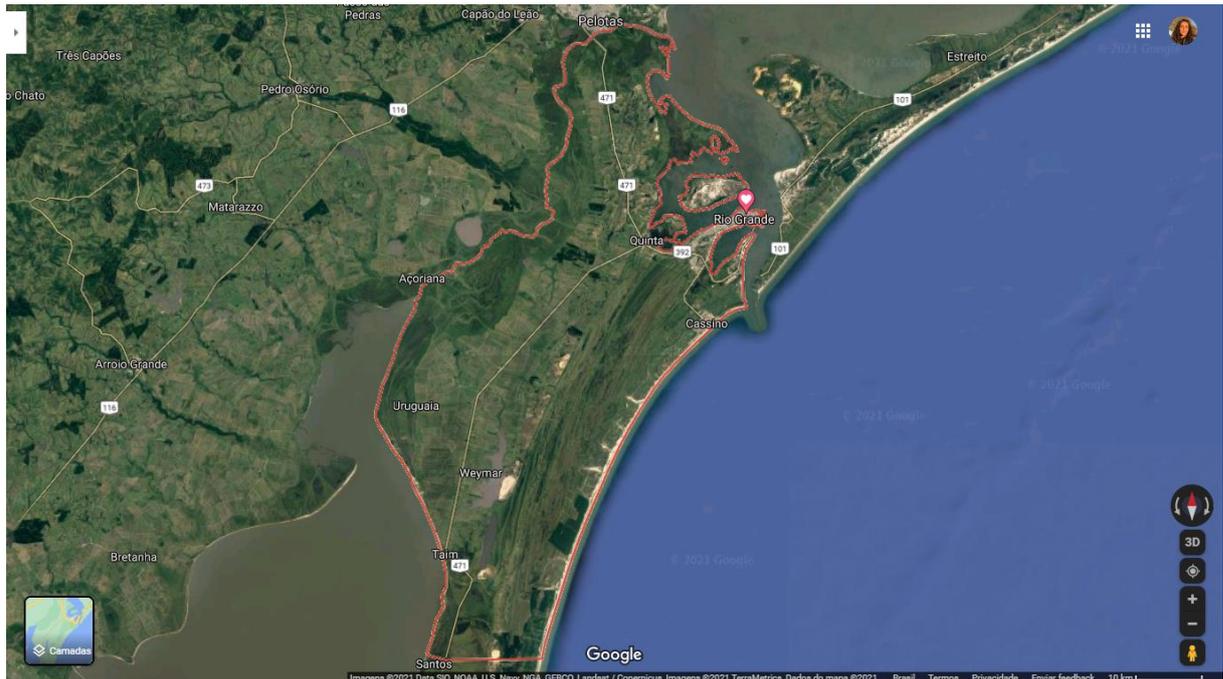


Figura 5: Cidade de Rio Grande demarcada por uma linha vermelha. Fonte: Google Maps, 2021.

Para exemplificar a narrativa de “cidade do mar” trago o exemplo das comemorações que acontecem no dia 2 de fevereiro em Rio Grande, mas também em outras cidades do Brasil. No feriado municipal são celebradas duas festas que movimentam a cidade, elucidando o sincretismo de Nossa Senhora dos Navegantes e Iemanjá. Conforme Luiz Henrique Torres escreveu em seu blog<sup>17</sup>, a tradicional Festa de Nossa Senhora dos Navegantes teve início em 2 de fevereiro de 1811 na cidade vizinha, São José do Norte, sendo a primeira Festa dos Navegantes do Rio Grande do Sul. Entre os rituais principais, está a procissão por terra e água, como podemos ver na figura abaixo, que é feita nas redondezas do centro da cidade, uma vez que os barcos navegam pela Lagoa dos Patos.

Do outro lado da cidade, temos as comemorações da Festa de Iemanjá no Balneário Cassino que em 2021 teve sua 46ª edição, mesmo que de forma remota. A Festa conta com a tradicional Caminhada da Fé pela Av. Rio Grande até a Av. Beira Mar e a presença de milhares de fiéis que fazem caravanas para cá e

<sup>17</sup> Disponível em: <https://historiaehistoriografadores.blogspot.com/2020/07/festa-dos-navegantes.html>. Acesso em: 08 mar. 2021.

acampam no Campo do Praião, que fica ao lado da imagem de Iemanjá. As duas festas são Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul, sob a Lei Estadual nº 12.988/2008.



Figura 6: Foto das embarcações decoradas navegando na Lagoa dos Patos para a procissão marítima da festa de Nossa Senhora dos Navegantes. Fonte: Chayenne Costa, fevereiro 2019.



Figura 7: Foto de pessoas devotas prestando homenagens aos pés da estátua de Iemanjá, localizada no Balneário Cassino. Fonte: Chayenne Costa, fevereiro 2019.

O site da Prefeitura tem o mesmo conteúdo que os folders. As escolhas de locais e patrimônios ilustrados refletem duas perspectivas da narrativa oficial sobre a cidade, sempre mostrando a faceta de cidade histórica que se estabeleceu por e para as águas. O que vai de acordo com a colocação de Thiesen (2009, p. 145) que, ao estudar as relações das paisagens com diferentes grupos sociais que participaram da construção da cidade, afirma que Rio Grande,

essencialmente portuguesa, tem uma característica marcante que a difere das outras, ao menos dentro do Estado do Rio Grande do Sul: sua vocação marítima. Essa “vocação marítima” e a formação portuguesa, que se tornaram o traço mais marcante da identidade rio-grandina, aparece na historiografia recente, em slogans de empresas privadas, no discurso do Poder Público municipal e nas falas cotidianas da população local.

Outro exemplo é a narrativa que a universidade federal da cidade assume, desde 1987, de uma instituição voltada os ecossistemas costeiros e oceânicos<sup>18</sup>. De

<sup>18</sup> Conforme consta no site oficial da FURG, disponível em: <https://www.furg.br/a-furg/apresentacao>. Acesso em: 08 mar. 2021.

fato, é inquestionável a importância que as águas tiveram e ainda têm para constituição da cidade e sua população e essa história não é negada pelos setores públicos. Porém, não é qualquer história que é narrada, fazendo com que muitas comunidades não se sintam representadas. Ao contar sobre a fundação da cidade, o site e os folders não fazem menção às comunidades indígenas ou as pessoas negras que passaram a ser escravizadas aqui. No site somente sabemos que

com o Estabelecimento Militar, deu-se conseqüentemente o início oficial da colonização desta região. A Freguesia transformou-se rapidamente em Povoado, graças ao impulso dado pelos **colonos**, provenientes das Ilhas dos Açores e Madeira, aqui chegados na década de 1750 (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, grifo meu).

Todavia, ressalto, segundo Torres (2008), que na elite local, entre 1750 e 1763, existiram 139 senhores de pessoas escravizadas. A presença negra, através da mão de obra escravizada, era constante em diferentes modalidades de trabalho na Vila do Rio Grande (TORRES, 2008), mas isso não está na narrativa oficial. Ela omite vivências de pessoas escravizadas e enaltece escravocratas, como é o caso da Praça Tamandaré. Veja abaixo os principais elementos que ganharam visibilidade nas informações turísticas e legitimaram a narrativa de um passado hegemônico.

#### **Cidade histórica:**

- Biblioteca Rio-Grandense (Centro Histórico)
- Catedral de São Pedro (Centro Histórico)
- Mercado Público Municipal (Centro Histórico)
- Museu da cidade do Rio Grande - Coleção Arte Sacra e Coleção Histórica (Centro Histórico)
- Praça Tamandaré com o monumento Bento Gonçalves (Centro Histórico)
- Praça Xavier Ferreira (Centro Histórico)
- Prédio da Alfândega (Centro Histórico)

#### **Cidade do mar:**

- Museu do Porto (Centro Histórico)
- Museu Náutico (Centro Histórico)
- Museu Oceanográfico Professor Eliézer de Carvalho Rios (Centro Histórico)
- Molhes da Barra (Cassino)

Qualquer um destes elementos turísticos poderia narrar, também, a contribuição das pessoas negras na construção da cidade como um todo.

Entretanto, isso não acontece nos folders e nem no site da Prefeitura. Geralmente, as informações são rasas e estão pautadas nos estilos arquitetônicos dos prédios históricos. A naturalização de traços identitários, nesse caso luso-brasileiros, é um mecanismo que, de acordo com Thiesen (2009), favorece o poder de determinados grupos sobre outros, impedindo os grupos subordinados de buscar alterações de *status quo*. Além do mais, a “narrativa selecionada, diz respeito a uma determinada temporalidade e elege a perspectiva de um grupo social específico para qualificar os fatos sociais como bens culturais que produzem prestígio” (NETO; RIETH; ALFONSO, 2019, p. 66).

Sobre os materiais turísticos, concordo com Bergmann (2019), ao dizer que a imagem difundida é de uma cidade imaginada a partir do que seria considerada a “cidade ideal”, que se apresenta como sendo a cidade europeia (portuguesa). Esta cidade, para a autora, seleciona o que deseja mostrar em seus elementos e materiais turísticos e o que considera digno de representação da comunidade local, deixando de lado, portanto, demais narrativas possíveis, cabendo só “o branco”. Bergmann (2019) afirma que a consolidação de um discurso excludente pode influenciar no branqueamento da população e utiliza as palavras de Schucman (2012, p. 14) para explicar isso:

O fato de o preconceito racial recair sobre a população não branca está diretamente relacionado ao fato de os privilégios raciais estarem associados aos brancos. O branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é também produtor ativo dessa estrutura, através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento.

Vale ressaltar que a única menção a história e cultura afro-brasileira está na Estátua de Iemanjá, encontrada nos folders e no site da Prefeitura, uma vez que a Festa atrai milhares de turistas para a cidade. Segue a descrição do site:

A escultura da Rainha do Mar foi esculpida pelo artista rio-grandino Érico Gobbi, toda em cimento. Ela representa a religiosidade afro-brasileira. Em primeiro de fevereiro, milhares de fiéis de várias cidades do Estado e de outros países como a Argentina e o Uruguai vêm prestar homenagem, promovendo a Festa de Iemanjá, uma das mais grandiosas do país (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE).

No que diz respeito a Praça Tamandaré, assunto desta dissertação, encontramos referência somente aos monumentos e elementos arquitetônicos da elite, que integram a narrativa de cidade histórica e do mar, com o monumento-

túmulo de Bento Gonçalves, o chafariz estilo inglês, as pontes, os lagos, as esculturas e com o monumento ao Almirante Tamandaré. Segundo Cram (1996), Bento Gonçalves da Silva (1788-1847), que chefiou a Revolução Farroupilha (1835-1845) e se tornou o presidente da República Rio-Grandense, foi um militar que buscou a independência da província do Rio Grande do Sul no cenário imperial brasileiro. A partir de 1909, a Praça passa a abrigar, em um monumento-túmulo, os restos mortais do General Bento Gonçalves, pois a cidade venceu um concurso, lançado pelo governo republicano em 1891, que previa a doação dos restos mortais do general ao Município que erguesse um monumento-túmulo à altura de sua importância histórica. O historiador Luiz Henrique Torres contou em seu blog<sup>19</sup> que, nessa época, a República no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul estavam em fase de afirmação e a Revolução Farroupilha é ressaltada enquanto um projeto republicano. Neste cenário, o historiador rio-grandino Alfredo Ferreira Rodrigues se empenha para edificar o monumento em Rio Grande, visto que ele

já vinha resgatando a Revolução Farroupilha e enfatizava que a memória da “Geração de 35” estava sendo perdida com o falecimento destas pessoas sendo necessário preservar a documentação, publicar sobre o tema, manter para as novas gerações a memória daqueles acontecimentos que teriam formado o homem sul-rio-grandense. [...] O monumento representaria um combate ao esquecimento e a preservação daquela memória farroupilha.

Sendo assim, esse monumento é importante para aqueles que o trouxeram, afinal, não mediram esforços na arrecadação de recursos para prestar a homenagem, segundo Cram (1996). Uma questão interessante, e a autora nos lembra, é que uma das causas da **derrota** farroupilha, foi, justamente, a manutenção de Rio Grande como porto imperial. Logo, “por que cidadãos (e cidadãs) de uma cidade imperial fariam homenagem a um dos líderes farroupilhas?” (CRAM, 1996, p. 27). Por mais que a construção da identidade gaúcha ocorreu com as apropriações ideológicas e lendárias de personagens e feitos da Revolução Farroupilha, não se encontra nos folders de Rio Grande menção a esta narrativa. O reforço deste imaginário social fica a cargo do movimento tradicionalista gaúcho, que enaltece a figura de um povo gaúcho desbravador, leal, politizado, guerreiro e que pode ser independente.

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://historiaehistoriografadores.blogspot.com/2019/11/o-monumento-tumulo-de-bento-goncalves.html>. Acesso em: 08 mar. 2021.

No ano em que concluí a graduação havia dentre os TCC's defendidos no Curso de Arqueologia, entre outros, o meu e outro que enaltecia o "ícone histórico" Bento Gonçalves, bem como seu monumento. Assunção (2018, p 3), acredita que a "memória e a valorização da figura histórica e do Monumento-Túmulo teria que estar mais presente para os civis, pois, para as autoridades estão ativas". A autora explica que uma Comissão de Preservação do Monumento-Túmulo foi constituída por Secretarias Municipais, militares e tradicionalistas<sup>20</sup> sem a atuação da população cidadina. Para mim, Assunção (2018), ao atuar juntamente com os interesses de algumas autoridades em preservar, restaurar e valorizar o monumento, consagra uma narrativa que as pessoas de Rio Grande (que não estão ligadas aos representantes da Comissão) não se reconhecem nela, uma vez que ela é excludente (elitista, branca, masculina...).

Sobre o monumento em homenagem ao Almirante Tamandaré: um rio-grandino que fez seu nome a serviço do Império na Marinha do Brasil. Antes mesmo de falecer (1897), a cidade já o homenageava com a alteração do nome "Praça da Geribanda" para "Praça Tamandaré", iniciando aí o processo de invisibilização da trajetória do povo negro na Praça. Se esses processos de apagamento, com a troca de nomes dados pela população por nome oficiais, foram comuns no passado, não poderíamos hoje revertê-los? Para refletirmos sobre, deixo aqui a ação que Luz Anthony Batista Sampaio, na época discente do curso de Artes Visuais/Licenciatura da FURG, compartilhou em suas redes sociais. Foi um projeto de intervenção desenvolvido em uma disciplina, para promover o acesso à história e cultura negra de Rio Grande. Neste, enquanto mulher trans negra, a artista construiu algumas oferendas, através de LUZambes (lambe-lambe) e despachou nas encruzilhadas da Geribanda, pedindo reparação histórica, o resgate da memória da população negra e empoderamento das corpos negros através da intervenção na paisagem.

---

<sup>20</sup> Segundo a autora, estavam presentes na reunião da Comissão representantes da Associação dos descendentes do General Bento Gonçalves da Silva, da Secretaria de Município da Cultura, da Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos, da Secretaria de Município de Coordenação e Planejamento, do Instituto Histórico e Geográfico de São José do Norte, da Maçonaria da 15ª Delegacia, da 6ª Região Tradicionalista, da Brigada Militar, do Instituto Cavaleiros Farroupilha, do Espaço Culturas do Rio Grande de São e Pedro e da Associação Tradicionalista Rio Grandense (ASSUNÇÃO, 2018, p. 1).



Figura 8: Fotos da intervenção da artista Luz X na Geribanda. Fonte: autora, dezembro 2019.

Se o poder/Estado, associado ao esquecimento e apagamento que integra qualquer processo de construção de narrativas, constrói o discurso oficial e a identidade de uma cidade, qual o nosso compromisso com as histórias que não são escolhidas para compor a oficial? Lembrando que a “sociedade ocidental, organizada a partir de princípios hierárquicos, promove a ideia de que toda diferença é necessariamente uma desigualdade”, logo as narrativas sobre a identidade rio-grandina tendem a ser entendidas em termos de inferioridade ou superioridade (THIESEN, 2009, p. 154).

No que tange à Arqueologia, lembro o quanto a política hegemônica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), até o final dos anos 90, privilegiou (a) os tombamentos e a preservação de edificações em “pedra e cal” de conjuntos arquitetônicos e paisagísticos e (b) a proteção de bens móveis e imóveis considerados de relevância para nação brasileira (ABREU, 2008). Portanto, quem teve, durante muito tempo, suas histórias contadas e memórias preservadas foram os grupos dominantes. Somente nas últimas décadas que as pesquisas nas áreas das humanidades se voltaram para movimentos que apontam a emergência do Outro no campo do Patrimônio Cultural, conforme Abreu (2008). Também precisamos, enquanto arqueólogas/os, ir na contramão de patrimônios que selecionam temporalidades, grupos e narrativas hegemônicas, visto que, por exemplo, na Praça Tamandaré a “paisagem urbana é heterogênea porque nela

coexistem diversas temporalidades inscritas na sua materialidade, bem como por abarcar diferentes visões de mundo e de valores das pessoas que a habitam” (NETO; RIETH; ALFONSO, 2019, p. 66).

Aproveito para perguntar: onde está o patrimônio negro no Projeto de Revitalização da Praça Tamandaré? Em dezembro de 2017, durante a 12ª Audiência Pública – Melhor Utilização da Praça Tamandaré, quando a comunidade foi apresentada ao Projeto de Revitalização, a professora Beatriz Thiesen, num momento aberto para o público, mencionou a importância de pensar em elementos que representasse, também, a Geribanda, sugerindo construir um Memorial alusivo a presença negra na Praça. Entretanto, o Projeto de Revitalização foi pensado por um grupo de pessoas com diversos interesses políticos e pessoais. Das conversas que tivemos com representantes das Secretarias envolvidas na revitalização, um queria transformar a Praça no Parque Farroupilha de Porto Alegre eliminando parte da vegetação, outra concorreu na última eleição municipal, outro estava empenhado em resgatar a história (dele) da cidade e também concorreu última eleição. Os interesses da Arqueologia e dos órgãos públicos, obviamente, estavam divergindo. Nós tínhamos como carta na manga a pendência da conclusão do trabalho arqueológico tanto na Praça Tamandaré como na Xavier Ferreira (como medida compensatória). Isso fazia com que fossemos recebidas/os com sorrisos amarelos. Entretanto, nosso maior êxito foi quando fizemos a intervenção nas taquaras com os bilhetes, pois a comunidade entrevistou diretamente ao procurar a Secretaria de Município do Meio Ambiente para tirar satisfações, fazendo com que a retirada das taquaras fosse repensada no Projeto de Revitalização ou adiada, segundo nos relatou o secretário-adjunto na época.

Por hora, deixo aqui uma frase dita pela secretária do Gabinete responsável pelo Projeto de Revitalização na época, durante uma reunião que estava presente eu e a professora Beatriz: *passsei por lá [Praça Tamandaré] esses dias e parecia um campo de batalha, um campo minado*. Devíamos esperar que ela, ao idealizar a Revitalização, refletisse sobre a permanência das pessoas que frequentam a Praça hoje? Quem dirá lembrar de um passado tumultuado e barulhento. Eu lembro bem de sua fala e gestos, serviam de justificativa para higienizar e gentrificar a Praça. Tempos depois a encontrei na Praça durante as manifestações do Movimento #EleNão, em cima de um banco, totalmente pertencente àquele lugar e situação.

Neste momento eu a entendi. O campo minado/de batalha só podia ser de mercadorias e de imigrantes que, na visão dela, poluem o ambiente durante o horário comercial. A figura abaixo é uma colagem digital que produzi no âmbito da disciplina *Debates sobre Cultura e Patrimônio e relações de alteridade na contemporaneidade*, ministrada pelas professoras Dra. Flávia Rieth e Dra. Louise Alfonso, onde selecionei algumas referências que contrapunham a narrativa da frase: cachorros sendo adestrados na Praça, um campo de girassóis, as pombas atrás de comida, um senhor descansando ao sol e o jogo de computador “Campo Minado”. As “melhorias” que visam “levar a paz” à Praça Tamandaré levam em conta as pessoas que usam a Praça diariamente? Quem pensa as revitalizações de espaços públicos realmente os utilizam ou conhecem a fundo suas demandas?



Figura 9: Colagem digital desenvolvida na disciplina *Debates sobre Cultura e Patrimônio e relações de alteridade na contemporaneidade*. Fonte: autora, junho 2020.

### 1.1 Os territórios negros de Rio Grande (re)existem!

Em numa veia de esperança que caminha na contramão do discurso

hegemônico local, apresento o projeto de extensão *Caminhos Negros: Redescobrimo Rio Grande*, atualmente desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Conheci esse projeto semanas antes de defender meu Trabalho de Conclusão de Curso e, ao ingressar na pós-graduação, sabia que não mediria esforços para que a Praça Tamandaré fosse incluída nesse percurso. Entretanto, nas primeiras reuniões que o projeto realizou, das quais ainda não participava, a Geribanda sempre foi cotada para fazer parte dessa narrativa. Acredito que seja pelo fato de que um dos idealizadores do projeto conheceu nosso trabalho com a escavação e também nos ajudou no reconhecimento de alguns objetos de religiões de matriz africana que encontramos na Praça.

Datada em junho de 2017, a primeira versão do projeto foi desenvolvida pelo secretário-adjunto da Secretaria de Município de Cidadania e Assistência Social (SMCAS) na época, Chendler Vasconcelos Siqueira<sup>21</sup>, por professoras da rede municipal e representantes/militantes da comunidade negra local. Tem por objetivo de “identificar, mapear e demarcar os principais locais físicos de importância e concentração da comunidade negra no Município” (RIO GRANDE, 2017, p. 4), evidenciando, portanto, os espaços marcantes para esta comunidade a partir de um circuito. Este deverá ser percorrido, principalmente, pelas instituições de ensino (municipais, estaduais e federais), voltando-se, assim, à efetiva implementação das Leis nº 10.639/2003, nº 12.288/2010 e nº 13.018/2014<sup>22</sup> e à promoção de “ações educativas que considerem as marcas de pertencimento afrodescendente nas comunidades e na formação do Município como um todo” (RIO GRANDE, 2017, p. 4). Como a demarcação dos territórios era prevista por placas de identificação e o mapeamento dos locais necessitava de uma equipe de pesquisadoras/es que atuassem junto às comunidades, o projeto necessitava de apoio financeiro. Não o encontrando nas esferas públicas municipais, buscou-se a parceria das professoras Rita Patta Rache e Fabiane Pianowski, do Instituto de Letras e Artes (ILA), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

No ano de 2019, o projeto foi contemplado pelo Edital de Fomento às Ações

---

<sup>21</sup> Chendler é um rio-grandino do Povo Tradicional de Matriz Africana Ioruba, ex Coordenador da Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial, Secretário Adjunto da Cidadania e Assistência Social de Rio Grande (gestão 2017-2020), atualmente é acadêmico de Direito na FURG.

<sup>22</sup> Leis que instituem as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Igualdade Racial e a Política Nacional de Cultura Viva, respectivamente.

de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, tornando-se um projeto de extensão da FURG, sob a coordenação da professora Rita Patta Rache. Nesse cenário, foi possível dar início as atividades com a participação de bolsistas. A primeira etapa consistiu na pesquisa pública para a escolha dos locais por meio da plataforma Decide Rio Grande<sup>23</sup>, onde vinte e cinco lugares estavam elencados pela equipe do projeto. A comunidade podia votar somente em seis opções e propor outras seis, se assim achasse pertinente. Somente uma pessoa, o historiador Marcelo Studinski, solicitou indicar quais prédios históricos foram construídos por pessoas negras nos séculos 18 e 19<sup>24</sup>.

Ainda nessa etapa, realizou-se um evento de apresentação e lançamento do projeto para a comunidade local, no Salão Nobre Deputado Carlos Santos da Prefeitura Municipal. Estavam presentes representantes de diversas lideranças negras, por exemplo, de Povos de Matriz Africana, do Conselho Municipal do Povo Terreiro, do Conselho Municipal do Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra (Comdesccon), do Coletivo Macanudos da FURG e do Grupo de Integração Arte e Raça, além da comunidade local interessada. No primeiro momento, o prefeito assinou a Lei nº 8.413/2019 que institui a Política e a Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial e em seguida formalizou-se a posse da nova diretoria do Comdesccon.

Por último, Chendler Vasconcelos Siqueira apresenta o projeto, os territórios bem como a quantidade de votos. Também explicou que o orçamento inicial previa a fabricação de seis placas, por isso essa foi a quantidade limitante de votos pelo site. Na tabela abaixo, podemos visualizar todos os territórios e uma breve descrição que constava no site, bem como a quantidade de votos de cada um, em ordem crescente.

---

<sup>23</sup> O Decide Rio Grande é uma plataforma virtual interativa em software livre voltada à construção de um conjunto de ambientes que poderão ser utilizados por gestores e servidores para proporcionar novas formas de participação a serem apropriadas pela cidadania e à contextualização, organização e facilitação do acesso do cidadão às formas de incidir nas políticas públicas do governo brasileiro, objetivando servir como um repositório agregador do conhecimento sobre participação social disperso na rede. Disponível em: <https://decide.riogrande.rs.gov.br/>. Acesso em: 03 dez. 2020.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://decide.riogrande.rs.gov.br/processes/caminhos-negros>. Acesso em: 03 dez. 2020.

Tabela 1: Relação dos territórios que constam na plataforma Decide Rio Grande e sua quantidade de votos.

TERRITÓRIO	DESCRIÇÃO	VOTOS
Largo Dr. Pio	Largo das quitandeiras	12
Docas do Mercado Público	Comercialização de seres escravizados	10
Bairro Getúlio Vargas	Bairro com mais negros no Município e também a origem dos terreiros dos povos tradicionais da Matriz Africana Jeje	10
Quintinha	Quilombo Macanudos	9
Docas do Mercado Público	Lugar onde hoje usamos como comércio de peixe era usado antigamente como lugar de tortura aos escravizados	8
Capela São Francisco de Assis	Igreja que negros e negras podiam frequentar	7
Praça São José do Norte	Local do pelourinho da cidade	6
Praça Tamandaré	Geribanda	5
Cemitério Igreja Nosso Senhor do Bonfim	Negras Minas	5
Ilha dos Marinheiros	Quilombo do Negro Lucas	4
Escola Marcílio Dias	Escola fundada com o intuito de atender demandas de ensino da população negra	4
Praça Xavier Ferreira	Monumento retratando a fundação da cidade	3
Estátua de Marcílio Dias	Primeiro herói negro da Marinha do Brasil	3
Passos dos Negros	Pelotas/Rio Grande	3
Clube Social Estrela do Oriente	Clube Social Estrela do Oriente	3
Clube Social Braço é Braço	Clube Social Braço é Braço	3
Igreja Nossa Senhora da Conceição	Construída e "financiada" por negras e negros	3
Praça Sete de setembro	Local da primeira edificação erguida no Município, com mão de obra escravizada (Forte/presídio Jesus, Maria e José); Monumento em homenagem ao deputado negro Carlos Santos	2
Eco Museo da Picada	Quilombo	2
Centro Municipal de Cultura	Prédio de 1914, que possui pequenas janelas de respiro do porão, na parte inferior da fachada do prédio, onde ficavam negros/as escravizados/as	2
Unidade Territorial Tradicional da Matriz Africana Templo de Oxum Brillham	Unidade Territorial Tradicional da Matriz África na Templo de Oxum Brillham	2
Gruta de Iemanjá	Na Rua Henrique Pancada	2
Indicar que prédios históricos foram construídos por Negros e Negras.	Indicar através de placas que os prédios históricos construídos no século XVIII e do século XIX, foram construídos através do trabalho de africanos e afrodescendentes	2
Escola Bibiano de Almeida	Possível herança, retirada pelo Estado, de uma negra escravizada	1
Estátua de Iemanjá no Balneário Cassino	Estátua de Iemanjá no Balneário Cassino	1
Campo do Praiã	Acampamento dos povos tradicionais em alusão ao dia de Iemanjá	0
Avenida Presidente Vargas	Cemitério dos proscritos	0

Fonte: acervo digital do Caminhos Negros (FURG), agosto 2019.

Em seguida, a comunidade teve espaço para expor suas opiniões, votos e, também, compartilhar suas experiências em territórios que consideravam importantes. Com três horas de reunião, ficou decidido que se montaria um Grupo de Trabalho (GT) para discutir e estudar sobre todos os territórios mencionados, para participar bastava deixar um telefone para contato e aguardar o encontro. A partir desse dia começa minha inserção de forma mais constante no projeto.



Figura 10: Foto da reunião de lançamento do Projeto Caminhos Negros. Fonte: Alisson Ferreira Justamant, agosto 2019.

A segunda etapa consistiu na criação do GT, envolvendo representantes da FURG, de Secretarias da Prefeitura, do Movimento Negro e da educação municipal, para a escolha dos locais e a elaboração dos textos para as placas de identificação. Devido ao aumento do orçamento, ficou decidido que poderiam ser produzidas dez placas. Os locais foram selecionados, em sua maioria, ao redor do Centro Histórico sob a justificativa de facilitar o acesso de escolas públicas ao circuito sem precisar se deslocar pelo Município com meios de transporte. O único território que demanda meio de transporte é a Estátua de Iemanjá/Campo do Praião, que fica no Balneário Cassino. O intuito é fazer mais placas conforme conseguirem mais financiamento, além de produzir material digital sobre todos os lugares. Foram selecionados para as primeiras dez placas, em ordem alfabética:

## 1. Bairro Getúlio Vargas

Este bairro, como visto na introdução, foi habitado pela população negra desde sua fundação, se tornando o bairro com mais negros e negras do Município de Rio Grande e, também, local de origem dos terreiros dos Povos Tradicionais da Matriz Africana Jeje, conforme dito por Chendler Siqueira na reunião de apresentação do projeto em 2019.



Figura 11: Foto do grafite feito na entrada do Bairro Getúlio Vargas. Fonte: Luis Mahin Domingues, julho, 2021.

## **2. Capela de São Francisco de Assis - Salão Nobre da Prefeitura Municipal Deputado Carlos Santos - Monumento Silva Paes - Coluna da Liberdade**

Esta placa, que ficará na Praça Xavier Ferreira, abarcará quatro pontos que estão próximos geograficamente: o monumento de Silva Paes que retrata a fundação da cidade com a presença de pessoas negras na escultura; a Coluna Comemorativa à Libertação dos Escravos, primeiro monumento erguido em praça pública na cidade, em 1889, composto por uma mulher que representa a liberdade das pessoas negras escravizadas com a Lei Áurea; a Capela São Francisco de Assis anexa à Catedral de São Pedro, construída por pessoas negras escravizadas que não podiam frequentar a igreja Matriz; e o Salão Nobre da Prefeitura Municipal que recebeu, em 2018, o nome de Deputado Carlos Santos em homenagem ao primeiro negro eleito presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e a ocupar o governo do estado, tornando-se referência na luta dos direitos trabalhistas.



Figura 12: Foto do Monumento Silva Paes na Praça Xavier Ferreira. Fonte: acervo fotográfico digital do Caminhos Negros (FURG).



Figura 13: Foto do Salão Nobre da Prefeitura Municipal Deputado Carlos Santos no dia da cerimônia de descerramento da placa que homenageou o deputado. Fonte: Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2018.



Figura 14: Foto da Capela de São Francisco de Assis. Fonte: autora, agosto 2019.



Figura 15: Foto da Coluna Comemorativa à Libertação dos Escravos na Praça Xavier Ferreira. Fonte: Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2005.

### **3. Docas do Mercado Público**

É considerado um local de entrada e saída de negros e negras escravizadas vindas da África. Segundo Machado (2018), a chegada da expedição do Brigadeiro José da Silva Paes aqui, em fevereiro de 1737, trouxe a bordo pessoas negras, possivelmente escravizadas por oficiais. A autora apresenta que, no ano seguinte, na Freguesia do Rio Grande de São Pedro, foram batizados dois escravizados, sendo um nascido no Brasil e outro na África e, até 1749, foram batizados 98 escravizados. Os óbitos, entre 1738 e 1749, totalizaram 54 indivíduos, o que nos mostra a participação de pessoas escravizadas no início do povoamento. Sabe-se que as docas não ficavam exatamente onde são hoje, pois o limite da cidade era mais recuado, porém este local foi escolhido para representar a chegada de pessoas escravizadas na cidade e no estado, bem como sua comercialização.



Figura 16: Foto das docas do Mercado Público. Fonte: acervo fotográfico digital do Caminhos Negros (FURG).

#### **4. Estátua de Marcílio Dias - Escola Estadual de Ensino Fundamental Marcílio Dias**

Marcílio Dias nasceu em Rio Grande em 1838, é reconhecido por ser o primeiro herói negro da Marinha do Brasil. Segundo Machado (2018), Marcílio foi marinheiro da Armada Imperial Brasileira, onde atuou heroicamente na Batalha Naval do Riachuelo durante a Guerra da Tríplice Aliança, que levou a sua morte em 1865. Junto ao monumento encontra-se os restos mortais de sua mãe, a lavadeira Pulcena Dias. Já a Escola Estadual de Ensino Fundamental Imperial Marinheiro Marcílio Dias foi fundada com o intuito de atender demandas de ensino da população negra, conforme dito por Chendler Siqueira na reunião de apresentação do projeto em 2019.



Figura 17: Foto do monumento em homenagem ao Marinheiro Marcílio Dias e foto da Escola Estadual de Ensino Fundamental Imperial Marinheiro Marcilio Dias. Fonte: acervo fotográfico digital do Caminhos Negros (FURG).

## 5. Estátua de Iemanjá - Campo do Praião

A estátua de Iemanjá, como já explicado anteriormente, representa os povos tradicionais de matriz africana. O Campo do Praião, que fica ao lado da estátua, serve de acampamento para os povos tradicionais durante as comemorações da Festa de Iemanjá. Dentre os primeiros dez territórios a serem demarcados, só esse ficará fora do centro da cidade. Vale ressaltar que, segundo Alfonso e Ferreira (2020), as cidades de Pelotas e Rio Grande configuram a segunda região com maior número de terreiros no Brasil. Indo de encontro com o que diz Ari Pedro Oro sobre a estruturação do batuque Rio Grande do Sul: “tudo indica que os primeiros terreiros foram fundados justamente na região de Rio Grande e Pelotas” (ORO, 2002, p. 349). O autor também nos conta que a primeira casa de umbanda do estado foi fundada em Rio Grande, no ano de 1926, chamada Reino de São Jorge. Vale ressaltar que na reunião de lançamento um homem negro de religião de matriz africana disse que não era uma boa ideia que casas de religião entrassem no circuito, com receio de que responsáveis pelas/os estudantes desaprovassem a ida até as casas, uma vez que a intolerância religiosa é forte no Município e o melhor seria não envolver religião.



Figura 18: Foto da Estátua de Iemanjá no Balneário Cassino. Fonte: acervo fotográfico digital do Caminhos Negros (FURG).

## 6. Largo das Quitadeiras

Este território representa as mulheres negras quitadeiras que vendiam alimentos para sustentar suas famílias no século 19. Os registros históricos apontam que a Praça da Quitanda ficava no Largo de São Pedro, onde hoje é a Praça Júlio de Castilhos. Todavia, a narrativa local aponta que o Largo das Quitadeiras ficava onde hoje é o Largo Dr. Pio, em frente à Catedral São Pedro. Não sabemos ao certo o motivo dessa controvérsia, talvez existiam mais locais com quitandas ou até mesmo a circulação desse comércio de tempo em tempo, visto que a prática era condenada pela elite. O historiador Vinicius Pereira de Oliveira (2013), analisa em sua tese uma

documentação relativa à ofensiva efetuada pelas autoridades municipais contra as atividades desenvolvidas pelas quitadeiras no Largo de São Pedro:

Em 23/07/1855 o Fiscal do 1º. Distrito informava à Câmara ser verdadeira a informação de que teria ele:

[...] proibido que no Largo de S. Pedro em frente as casas de Victorino Ferreira da Silva Sebrosa se fizesse da rua cozinha, por que estando o teatro fazendo obra que aformoseará algum tanto aquele Largo muito afeara

junto ao mesmo edifício a fumaça das cozinhas, as tripas de peixe, e uma multidão de negras quitandeiras.<sup>25</sup>

Ainda estamos discutindo o local de alojamento desta placa (se no Largo Dr. Pio ou Praça Júlio de Castilhos), pois acreditamos que a narrativa da comunidade de onde seriam essas quitandas surte uma maior proximidade com o passado dessas mulheres negras do que com o local referido nos documentos históricos. Se a placa for hospedada na Praça Júlio de Castilhos, será por um consenso da comunidade negra local.

## **7. Negras Minas do Bonfim**

Este território se localiza na Praça Bonfim, onde antigamente era os fundos e o cemitério da Igreja do Bonfim, e conta com as memórias da Marli do Bará Lonã, mãe-de-santo da Nação Jêje-Nagô em Rio Grande. Em entrevista para o projeto Caminhos Negros (no prelo), Mãe Marli do Bará Lonã narra sobre a importância das irmãs Damiana, Domingas e Gertrudes, mulheres negras que ficaram conhecidas como "as Minas do Bom Fim", pois moravam nos fundos da Igreja do Bonfim até meados da década de 1950.

As Minas do Bonfim se destacaram exatamente porque naquela época era de grande repressão da polícia - isso no século passado década de 50 ou 60. Elas faziam uns rituais na casa da mãe Domingas, que era na rua João Alfredo. Talvez pela proximidade com a Igreja do Bonfim, e também o sincretismo, elas faziam rituais em frente à Igreja do Bonfim, no qual não sabíamos o porquê de se fazer os rituais ali. Então o povo batuqueiro, quando sabia que elas estavam lá, corria pra lá pra assistir as rodas que elas faziam ali. Então todos os anos nós vamos à Igreja do Bonfim e lavamos ali, com água, perfume e flores. Mas a nossa lavagem do Bonfim não tem nada a ver com a lavagem em Salvador. Aqui nós estamos fazendo uma homenagem às Negras Minas do Bonfim, como elas eram chamadas. Então ali nós tocamos nossos tambores, cantamos nossas rezas pros nossos orixás, em uma saudação e respeito à essas mulheres corajosas que expuseram suas roupas brancas sem medo de nenhuma represália. E digamos que elas foram as primeiras a saírem na rua com o Axó (Depoimento de Mãe Marli do Bará Lonã para o Projeto de Extensão Caminhos Negros da FURG).

---

<sup>25</sup> Fonte: AMPRG, Câmara Municipal, Caixa 237, Documento remetido pelo Fiscal do 1º. Distrito informa à Câmara Municipal em 23/07/1855.



Figura 19: Foto da Praça Bonfim, localizada entre as ruas Duque de Caxias e João Alfredo. Fonte: acervo fotográfico digital do Caminhos Negros (FURG).

## **8. Praça 7 de Setembro - Busto de Carlos Santos - Igreja Nossa Senhora da Conceição**

Segundo Pedro Augusto Mentz Ribeiro e Marlon Borges Pestana (2006), as discussões historiográficas indicam a localização do Forte Jesus, Maria, José na atual Praça 7 de Setembro. Entretanto, com o estudo arqueológico, através de uma ampla escavação e análise do material, os autores concluíram que

no local pesquisado, não se encontra o forte. Contudo, foi localizado um piso do século XVIII e, junto dele, um poço. Pressupõe-se que a população do período abastecia-se na cacimba, bem como os ocupantes do Forte Jesus, Maria, José, que está, provavelmente, nas proximidades. As informações históricas datam a destruição do forte entre os anos de 1826 e 1829, transformando-o em aterro para as ruas do Porto Velho. As evidências que indicam sua proximidade são a relativa grande quantidade de projéteis esféricos de chumbo, pedras de pederneira, moedas do século XVIII e uma baioneta (RIBEIRO; PESTANA, 2006, p. 30).

Embora não tenha sido constatado arqueologicamente o forte na Praça 7 de Setembro, a comunidade negra o reconhece como local da primeira edificação erguida no Município (o forte), com mão-de-obra escravizada. Ademais, atualmente se encontra nessa praça um monumento em homenagem ao deputado negro Carlos Santos. Já a Igreja da Nossa Senhora da Conceição, que fica em frente à praça, foi construída e "financiada" por negras e negros, conforme dito por Chendler Siqueira na reunião de apresentação do projeto em 2019. Em entrevista para o Coletivo

Catarse<sup>26</sup>, Maria da Graça Amaral, uma assistente social negra e rio-grandina que pesquisou sobre o preconceito e a discriminação social sofridos pelas pessoas negras no sul do Brasil, contou que esta Igreja foi fundada por uma irmandade de pessoas negras escravizadas que conseguiram sua liberdade para que pudessem rezar separadamente das pessoas brancas. Também explicou que esta irmandade se encontrava, por volta de 1808, aos fundos da Catedral São Pedro (na Capela de São Francisco de Assis), e anos mais tarde fundaram a igreja dos/as negros/as, com uma clara referência a Oxum, pois com a ditadura do catolicismo, africanos/as escravizados/as sincretizaram a orixá das águas doces em Nossa Senhora da Conceição, para que pudessem rezar e serem aceitos/as na sociedade.

As irmandades negras iam além das práticas religiosas. Eram comunidades que reforçavam a integração social e contribuíram para o sincretismo religioso no País. Mesmo que a comunidade rio-grandina não saiba, segundo Maria da Graça, que uma irmandade negra ajudou na construção da igreja, ainda assim, no dia 08 de dezembro (dia de Nossa Senhora da Conceição) acontece uma comemoração onde a comunidade do candomblé entra na igreja e faz suas oferendas a Oxum, a Nossa Senhora da Conceição de negros e negras.



Figura 20: Foto do Busto de Carlos Santos e foto da Igreja Nossa Senhora da Conceição na Praça 7 de setembro. Fonte: acervo fotográfico digital do Caminhos Negros (FURG).

<sup>26</sup> Catarse é um coletivo de comunicadoras/es comprometidas/os com a construção de alternativas que fortaleçam a cultura e o jornalismo independentes e enriqueçam o debate público em seus temas mais importantes. A entrevista está disponível em: <http://coletivocatarse.blogspot.com/2010/05/igreja-de-oxum-em-rio-grande-rs.html>. Acesso em: 08 mar. 2021.

## 9. Praça Barão de São José do Norte

No passado, este lugar, segundo Cesar (2016), foi escolhido para servir de sede do patíbulo onde eram realizadas as execuções de pena de morte por enforcamento. A comunidade negra o reconhece como o pelourinho da cidade. Machado (2018) apresenta em sua dissertação de mestrado uma notícia veiculada pelo jornal Diário do Rio Grande no dia 5 de março de 1850 que narra um acontecimento nesse local:

Às 11 horas da manhã é enforcado no Largo do Moinho [Praça Barão de São José do Norte] o preto Porfírio, que tentara contra a vida do seu senhor, Felipe Antônio de Araújo, conhecido por Felipe Galego, estabelecido com taverna à rua dos Cômoros [rua Silva Paes] esquina da do Castro [rua Duque de Caxias] (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 1850 *apud* MACHADO, 2018, p. 120).



Figura 21: Chafariz da Praça Barão de São José do Norte. Fonte: autora, agosto 2019.

## 10. Praça da Geribanda

Esse território se localiza na Praça Tamandaré, tema desta pesquisa, era um lugar onde se encontrava muita areia, gente e os poços de captação de água potável que abasteciam grande parte da cidade. A Geribanda era diariamente vivenciada e utilizada por pessoas negras (escravizadas ou libertas) de diferentes

formas, por exemplo, para buscar a água dos poços, para lavar roupas nas lagoas formadas pelas chuvas, para lutar capoeira e se alimentar.

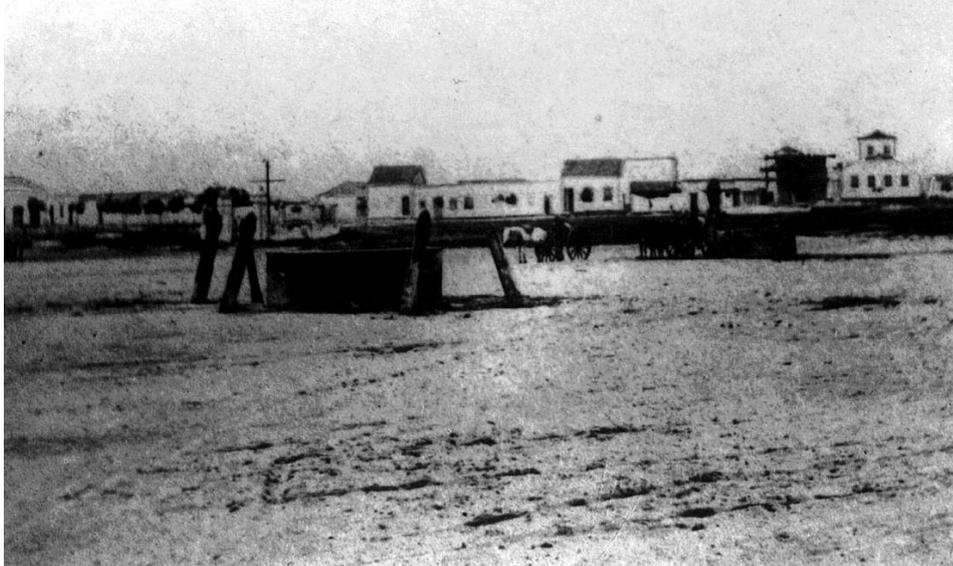


Figura 22: Dois poços de alvenaria da Praça em 1865. Fonte: Acervo fotográfico digital *do Liber Studium* - FURG.

Com as dificuldades do ano de 2020, a equipe do projeto Caminhos Negros se empenhou em coletar informações sobre os territórios, através de textos acadêmicos, livros, entrevistas com lideranças negras e etc. Não houve grandes avanços na produção de conteúdo e artes gráficas para as placas em si. Já no ano de 2021, decidimos inverter um pouco a ordem das etapas, visto o contexto pandêmico que nos encontrávamos. Antecipamos a criação do site que irá hospedar todas as informações do Caminhos Negros e será lançado antes das placas. Também se articulou uma parceria com a Secretaria de Município da Educação (SMEd) e com a Secretaria de Município de Cultura, Esporte e Lazer (SMEL), para que seja traçado um percurso/circuito com mediação cultural voltado às escolas da rede municipal de educação, além da parceria já consolidada com a Secretaria de Município de Cidadania e Assistência Social (SMCAS). O que consigo compartilhar por hora, é o mapeamento dos dez primeiros territórios feito através da plataforma Google Maps, que irá, também, compor o site. Está disponível em: [Caminhos Negros: redescobrimo Rio Grande - Google My Maps](#) (acesso em: 08 mar. 2021). Na figura abaixo, podemos observar que nove locais se concentram na área central

da cidade, podendo o percurso ser feito a pé, e apenas um no Balneário Cassino.

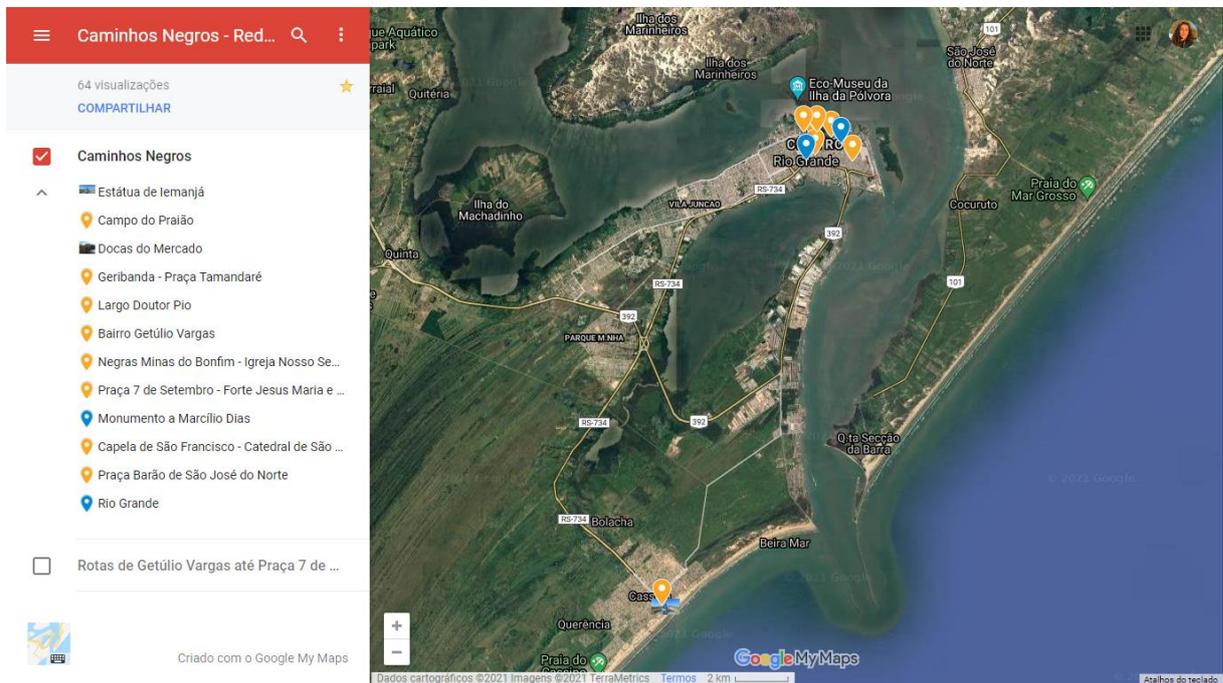


Figura 23: Captura de tela do mapa construído pelo Projeto Caminhos Negros com a visão de todos os pontos demarcados. Fonte: autora, junho 2021.

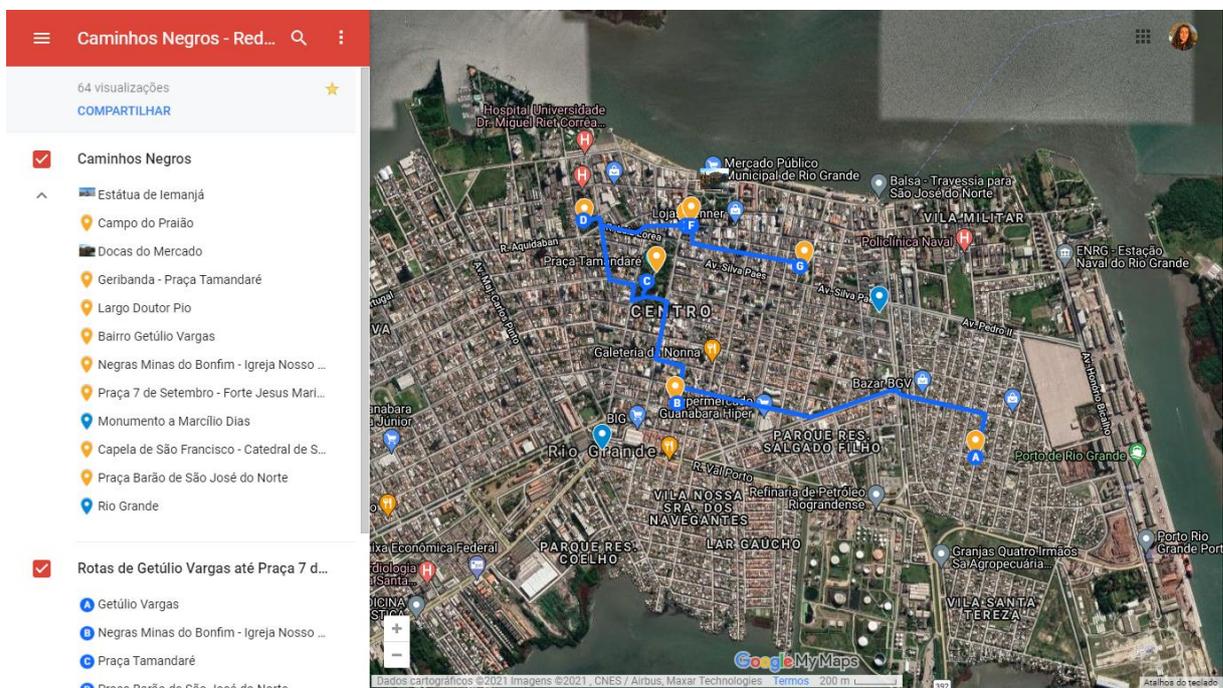


Figura 24: Captura de tela do mapa construído pelo Projeto Caminhos Negros, com a ligação dos pontos demarcados somente no Centro de Rio Grande. Fonte: autora, junho 2021.

Na figura acima, podemos ver a ligação entre os territórios da área central, exemplificando um caminho que facilita a visitação de todos os pontos que serão demarcados pelas 10 primeiras placas. Quem visitar a plataforma do Google Maps, onde está hospedado o mapa, terá acesso as informações principais sobre cada local bem como sobre o Caminhos Negros, podendo ser utilizado de maneira individual sem prejudicar o acesso à informação ao conteúdo do projeto.

Em uma cidade negra como Rio Grande que, durante o comércio legal de pessoas escravizadas no âmbito do tráfico negreiro transatlântico até meados do século 19, foi porta de entrada de pessoas escravizadas no estado, é de suma importância evidenciar o protagonismo negro na construção da cidade, questionando a falta de representatividade do povo negro nas narrativas oficiais. Logo, promovendo, direitos humanos, igualdade racial e uma educação antirracista, conforme a legislação brasileira pertinente ao assunto.

Os caminhos que estamos trilhando para construir, coletivamente, contranarrativas de patrimônio, já foi percorrido pela comunidade porto-alegrense durante a construção do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre. Este projeto visibiliza a comunidade afro-brasileira com a instalação de obras de arte em espaços públicos de Porto Alegre, conforme consta no site oficial<sup>27</sup>.

Em 2019, durante a 13ª Reunião de Antropologia do Mercosul, tive a oportunidade de conhecer o Museu pessoalmente, com uma mediação guiada pelo historiador Pedro Rubens Vargas na companhia de participantes do evento. O ponto de partida foi na Praça Brigadeiro Sampaio, próximo à Usina do Gasômetro, onde está a obra de arte "Tambor". Seguindo pela Rua Andradas, passamos pela Igreja das Dores onde documentos históricos apontam a existência de um pelourinho, depois, para a Praça da Alfândega, onde uma "Pegada Africana" se encontra no chão. Dentro do Mercado Público, se encontra a obra "Bará do Mercado", que representa a entidade Bará<sup>28</sup>, de bons caminhos, o guardião das casas e da cidade, do trabalho e da fartura. Por fim, o "Painel Afrobrasileiro" decora um dos muros do Chalé da Praça XV, no Largo Glênio Peres.

---

<sup>27</sup> Disponível em: <https://museudepercursodonegroempuertoalegre.blogspot.com/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

<sup>28</sup> Bará é um dos guias das religiões de matriz africana do Rio Grande do Sul, é o orixá da abertura de caminhos e da fartura. Foi assentado no Mercado Público de Porto Alegre pelo Príncipe Custódio Joaquim de Almeida.

O Museu foi construído pela e para a comunidade negra local, visto que “sua falta de representatividade no patrimônio cultural remetia à invisibilidade social desta parcela da população” no passado-presente da cidade de Porto Alegre. Sendo assim, buscou-se a visibilidade e usufruto de “espaços marcantes para a etnia negra do ponto de vista da memória, da identidade e da cidadania”, gerando percursos “que referendem a passagem dos ancestrais por lugares territorializados pela comunidade negra”<sup>29</sup>. Nas fotos abaixo estão os registros do dia em que participei do percurso.

---

<sup>29</sup> Fonte das citações deste parágrafo disponível em: <https://museudepercursodonegroempertoalegre.blogspot.com/>. Acesse em: 15 mar. 2021.



Tambor



Igreja Nossa Senhora das Dores



Pegada Africana



Bará do Mercado



Painel Afrobrasileiro

Figura 25: Fotos da visita guiada ao Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre. Fonte: acervo da autora, julho 2019.

Os territórios negros espalhados pelo Brasil são múltiplos e reforçam o sentimento de pertença das comunidades negras com determinados locais. A territorialidade constitui identidade e vai além do espaço físico. Para Chendler Siqueira<sup>30</sup>, a demarcação e o reconhecimento de territórios negros são importantes para a comunidade em geral conhecer uma cidade que mascarou e transvestiu seu passado e todo o crime que cometeu para com a comunidade negra. Compreender o propósito do apagamento de histórias negras, bem como descobrir a grandiosidade desta comunidade na construção da cidade, são questões que o projeto Caminhos Negros vem despertando, a fim de trazer um pouco de humanidade para quem foi historicamente coisificado, de acordo com a fala de Chendler.

Neste sentido, destaco a importância do papel social da universidade pública, a partir de ações extensionistas, na desconstrução de discursos hegemônicos que silenciaram comunidades negras ao longo do tempo. No Brasil, a extensão é um dos pilares do ensino superior, uma vez que a Constituição Federal prevê que as universidades obedeçam “ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, Art. 207). A Extensão Universitária, de acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012, p. 28),

sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

Paulo Freire (2013) aborda o esvaziamento do conceito de extensão, trazendo uma reflexão sobre como a extensão vai além do processo de acrescentar algo na vida de alguém, pois isso parte do princípio de que esse alguém não tem “nada” a oferecer de volta. O autor defende a potência das trocas, diálogos, comunicações e aprendizados mútuos a partir da educação, o que proporciona a construção coletiva do conhecimento. Acredito que essa interlocução “marcada pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais” (FORPROEX, 2012, p. 30), também engloba experiências de

---

<sup>30</sup> Fala de Chendler Siqueira na mesa redonda “Os territórios negros de Rio Grande (re)existem!”, uma atividade do *Liber Studium*/FURG no 5º Cidades em Transe. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4TFQUvEderA&t=28s>. Acesso em: 23 set. 2021.

popularização da ciência, e realiza atividades que favorecem a construção de caminhos que podem contribuir no enfrentamento de problemas e questões sociais.

A exemplo, destaco as ações e discussões realizadas no âmbito do projeto de pesquisa *Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas* (UFPel), das quais também tomo como base para as reflexões desta pesquisa. Alicerçado no princípio constitucional da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988, art. 207), o Projeto Margens busca compreender as múltiplas formas de fazer e habitar a cidade (AGIER, 2015),

a partir de reflexões sobre os conceitos de margens, cidades, direito à cidade e cartografia. Visa também, evidenciar olhares de diferentes grupos; identificar suas estratégias de legitimação identitária e incentivar debates sobre a apropriação de elementos do passado e seu uso no presente pelas mais diversas comunidades e grupos que habitam o espaço urbano da cidade de Pelotas (ALFONSO; SIQUEIRA; FERREIRA, 2021, p. 10).

Estes debates estão inseridos em três projetos de extensão<sup>31</sup>, vinculados ao projeto de pesquisa, que tiveram início a partir de demandas da comunidade pelotense. Toda a pesquisa, como relatam as autoras, é multidisciplinar e realizada em conjunto com grupos que sofrem processos de exclusão nas narrativas oficiais da cidade de Pelotas. A extensão universitária é capaz de “exercitar um papel transformador na sociedade com a promoção de diversas atividades, realização de eventos e exposições, atendendo demandas específicas de cada grupo com os quais trabalha” (ALFONSO; SIQUEIRA; FERREIRA, 2021, p. 10).

No que tange o Projeto Caminhos Negros (FURG), a professora Rita Patta Rache<sup>32</sup> acredita que ele se coloca exatamente no movimento, discutido pelo *Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX)*, do que é a extensão, quando pratica uma forma de organização possível dentro de espaços institucionalizados de produção de conhecimento e, ao mesmo tempo, almeja transformar a sociedade, a educação, a ciência e a própria universidade. Saliento que a execução do Projeto Caminhos Negros está sendo possível, desde 2019, a partir de editais de financiamento da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da

<sup>31</sup> São eles: *Narrativas do Passo dos Negros: Exercício de Etnografia Coletiva para Antropólogos/as em Formação, Terra de Santo: Patrimonialização de Terreiro em Pelotas e Mapeando a Noite: O universo Travesti*.

<sup>32</sup> Fala da Rita Patta Rache na mesa redonda “Os territórios negros de Rio Grande (re)existem!”, uma atividade do *Liber Studium*/FURG no 5º Cidades em Transe. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4TFQUvEderA&t=28s>. Acesso em: 23 set. 2021.

Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que custearão a confecção das placas e custeiam bolsas para estudantes atuarem no projeto. É importante ressaltar que a prática da extensão universitária pode (e deve) causar um impacto positivo na formação acadêmica discente, bem como na transformação social do País.

## Capítulo 2 – Mediando a materialidade no campo das mídias: por manifestos antirracistas que dialoguem com a comunidade

*“São nações escravizadas  
 E culturas assassinadas  
 É a voz que ecoa do tambor  
 Chega junto, venha cá  
 Você também pode lutar, ei!  
 E aprender a respeitar  
 Porque o povo preto veio para revolucionar”  
 Bia Ferreira*

Participar ativamente em projetos de extensão durante a jornada acadêmica, proporcionou um aprendizado que se expressa no meu fazer arqueológico – chegando a se manifestar no corpo! Praticar uma Arqueologia voltada ao combate do populismo reacionário que se apresentou, muitas vezes, racista, foi o combustível para engajar este estudo na luta antirracista. Entendo que essa discussão passa a ser importante a partir do momento em que reconhecemos que vivemos em uma sociedade racista e que isso é um problema de todos nós. Concordo com Silvio Luiz de Almeida ao afirmar que “as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade” (ALMEIDA, 2019, p. 15). Se as formas de desigualdade e violência que o racismo reproduz moldam a vida social contemporânea (ALMEIDA, 2019), pensar sobre a relação do racismo com coisas e materialidades é um passo importante que permite revelar dinâmicas racistas e raciais que normalizam nossas relações sociais (SOUZA, 2021). Sendo assim, como poderia tornar manifesto as desigualdades e violências sofridas pelas comunidades negras na Praça Tamandaré, a partir da Arqueologia (que acredito)?

A primeira experiência que tive com a criação de conteúdo para a comunidade foi com a produção de vídeos de divulgação científica, lá em 2015, quando participei do projeto de extensão *Arqueologia em Foco: Pluralidade Cultural e Construções de Conhecimento*<sup>33</sup>. Nós elaborávamos vídeos sobre Arqueologia e

---

<sup>33</sup> Vinculado ao *Liber Studium*/FURG e coordenado pela Profa. Dra. Beatriz Valladão Thiesen. Os

os divulgávamos nas redes sociais para a comunidade em geral. Desde então, procuro alternativas que transcendam a linguagem escrita na hora de documentar e, principalmente, difundir minhas pesquisas.

Witmore (2004), interessado em disseminar a noção de “campo” na nossa disciplina, articula a ideia de vários campos, focando no processo de construção do conhecimento. O autor considera esse processo transformador, “por meio do qual o mundo material é mediado, manifestado e mobilizado” (WITMORE, 2004, p. 149). Visto que a “representação na produção arqueológica geralmente fica presa em narrativas fechadas por causa de sua afinidade com a linguagem como base da documentação”, a **mediação**, por outro lado, “abrange modos que trazem qualidades do mundo material [...] deixadas para trás nas formas convencionais de inscrição” (WITMORE, 2004, p. 57-58). Ou seja, compreende diferentes maneiras de transpor a materialidade do passado.

Proponho, a partir daqui fazer a mediação da materialidade articulada com o campo da **mídia**, resultando nos **manifestos**. A mídia pode ser definida, conforme Pires (2020), como o veículo, espaço ou canal onde uma mensagem é transmitida, fazendo com que o conteúdo apresentado estabeleça certo nível de comunicação entre quem está emitindo e quem está recebendo. A versão digital desse meio está relacionada à conexão e ao uso amplo da tecnologia (PIRES, 2020). E percebemos, a partir de um contexto pandêmico, que a mídia digital está sendo utilizada cada vez mais, enfatizando aqui, as redes sociais. Entendo, de acordo com Witmore (2004), que a mídia não atua de forma passiva, mas sim a considero “como entidades dinâmicas atribuindo-lhes um papel ativo em nossa prática” (WITMORE, 2004, p. 58). Também a concebo como um modo de engajamento capaz de nos levar além da narrativa acadêmica, como propõe o autor. No que tange o Projeto Geribanda, optamos por inseri-lo nas mídias digitais, em 2019, para divulgar o fazer arqueológico no âmbito da Praça Tamandaré e aproximar a comunidade dos cotidianos daquele espaço no passado-presente. Fomos para o Facebook<sup>34</sup>, Instagram<sup>35</sup> e YouTube<sup>36</sup>, onde, portanto, se dará “o campo” das manifestações e

---

vídeos estão disponíveis em: [Arqueologia em Foco - YouTube](#). Acesso em: 13 abr. 2021.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/projetogeribanda>. Acesso em: 15 out. 2020.

<sup>35</sup> Nome do usuário: @projetogeribanda. Disponível em: <https://www.instagram.com/projetogeribanda/>. Acesso em: 15 out. 2020.

interpretações desta pesquisa, visto que nos encontramos em um contexto pandêmico e de recomendações de distanciamento social desde março de 2020.

É oportuno discorrer um pouco sobre a aproximação desta pesquisa com as práticas artísticas. As utilizo como pano de fundo para combater “o esquecimento ao oferecer novas perspectivas sobre a problematização da nossa relação com o mundo, de modo que seja possível colocar a memória material” (TRAMASOLI, 2020, p. 6). Logo, fazem parte das alternativas que encontrei ao adentrar o caminho que busca mediar, comunicar e manifestar os diferentes mundos da Praça Tamandaré a partir da Arqueologia. Concordo com Tramasoli (2020, p. 6) ao argumentar que a aproximação com a Arte

também nos oferece uma alternativa de explorarmos melhor as nossas capacidades. Se ao longo dos últimos séculos temos nos ocupado em construir narrativas sobre o passado, hoje, parece cada vez mais urgente que comecemos a oferecer alternativas ao volume sufocante de informações a que estamos sujeitos. E a nossa afinidade na lida com as coisas parece exigir que tomemos essa atitude. Não esqueçamos que nós somos capacitados[as], também, pela nossa extensa história lidando com o mundo material, pela relação íntima que nós desenvolvemos com as coisas da vida cotidiana.

Um bom exemplo para refletirmos sobre a nossa capacidade de lidar com as coisas do passado recente de uma forma alternativa (TRAMASOLI, 2020; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008) é instalação *Vestígios de uma ausência: uma arqueologia da repressão*, organizada por Thiesen *et al.* (2014), que trouxe à tona para a cidade de Rio Grande o tema da Ditadura Militar brasileira em abril de 2014, mês que marcou os cinquenta anos do golpe. O grupo projetou a instalação para ser exposta nas dependências da Universidade Federal do Rio Grande, com o intuito de “revelar, não através das palavras, mas da cultura material, os rostos das vítimas da ditadura, mostrando tanto o visível, como as realidades ocultas da história: a ausência” (THIESEN *et al.*, 2014, p. 236). A experiência iniciava ao recebermos um pedaço de papel com um nome escrito antes de entrar. A primeira sala era toda escura e barulhenta, onde passava um vídeo com cenas de tortura e violência e fotos de pessoas mortas pela ditadura. Na sala seguinte o ambiente era todo claro e podíamos encontrar a foto da pessoa que tínhamos o nome em nossa mão, além de

---

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCWWKk6tWmY1ivOzJ1aqyNaQ>. Acesso em: 15 out. 2020.

conhecer mais de 50 rostos brasileiros desaparecidos. Depois de nos depararmos com a violência da repressão, conhecíamos a materialidade que refletia a ausência de indivíduos através de um quarto todo mobiliado (figura 25), prestes a ser ocupado a qualquer momento (mas não seria). Não tinha nenhum texto explicando sobre o que estávamos vendo, todavia, bastou que a materialidade atuasse na constituição da memória e da história de um passado que nos é contemporâneo.



Figura 26: Quarto montado para a instalação *Vestígios de uma ausência: uma arqueologia da repressão*. Fonte: extraído de Thiesen *et al.* (2014).

Para Thiesen *et al.* (2014, p. 248) esta experiência trouxe para o público que visitou a instalação uma nova visão sobre o trabalho arqueológico, que normalmente “é tratado como um mero entretenimento, dotado de aventuras fantásticas com segredos preciosos, e que se atém apenas ao antigo”. As autoras e autores relataram que foi questionado a uma integrante do grupo o porquê “isso é arqueologia e não história?” e a resposta de que “é arqueologia, pois trazemos as coisas à tona” me inspira ao pensar manifestos onde a materialidade é capaz de expressar o que os documentos escritos usurpam (THIESEN *et al.* 2014, p. 248).

## 2.2 Percolando entre vozes, ecos e resistências da Praça da Geribanda: manifesto-vídeo

O primeiro manifesto que apresento aqui, teve suas discussões iniciais em 2018, quando finalizava meu Trabalho de Conclusão de Curso para a graduação em Arqueologia. Neste, construí uma narrativa (que chamarei aqui de texto-conversa) que contemplava em suma as reflexões e descobertas feitas sobre a Geribanda com um toque final sobre uma situação que acontecia no presente da Praça Tamandaré. Foi uma conversa entre mim e as taquaras da Praça, onde elas contavam sobre a trajetória do Seu Amir, um personagem fictício que representa a antiga Geribanda, e pediam ajuda para que permanecessem ali. Aquele texto-conversa estava limitado ao texto da monografia, onde, na maioria das vezes, é acessado somente por pessoas que estão dentro das universidades. Optei por potencializar a narrativa dando continuidade a ela nesta pesquisa de mestrado, a partir de uma produção audiovisual: o manifesto *Ecos da Geribanda*.

Contextualizando um pouco mais como se deu o texto-conversa: em 2016, o Gabinete de Programas e Projetos Especiais da Prefeitura Municipal do Rio Grande passou a elaborar, juntamente com outras Secretarias Municipais, um projeto de revitalização para a Praça Tamandaré. Este, foi apresentado à comunidade rio-grandina em dezembro de 2017, através da *12ª Audiência Pública – Melhor Utilização da Praça Tamandaré*. Muitas mudanças foram ilustradas pela arquiteta que apresentou o projeto, mas, por hora, vou me deter sobre uma em específico: a retirada **total** dos canteiros de bambus (taquaras) da Praça Tamandaré. A justificativa pautava-se sobre a sensação de insegurança que os canteiros transmitiam em transeuntes, pois poderiam servir de esconderijo para assaltantes. Entretanto, quando as atividades de escavação e educação patrimonial aconteciam na Tamandaré, ouvimos as primeiras narrativas que demonstravam a importância dos bambuzais para os povos de matriz africana.

Na época, tive a oportunidade de entrar em contato com um praticante do culto aos orixás de Nação Jeje em Rio Grande desde 2007, ao questionar sobre qual a relação das taquaras com as religiões de matriz africana, Jean Piraine me explicou que o bambu é uma planta associada ao orixá do panteão africano Oya/Iansã. Essa relação se dá, pois o bambu é uma das poucas árvores que se mantém de pé diante

da fúria de Iansã, senhora dos ventos e das tempestades. Não existe tempestade capaz de quebrar um bambu, que pode até se dobrar, mas jamais se quebra. Assim é um/a filho/filha se Iansã na vida. Logo, manter bambuzais é uma forma de manter recantos de adoração e destino de oferendas a essa divindade tão importante para a cultura afro-brasileira. A cultura afro-brasileira é bem vasta e seus preceitos estão veiculados à natureza. Logo, todo orixá possui uma grande variedade de plantas e árvores veiculadas a seu culto específico, onde se encontram figueiras, palmeiras e bambuzais, por exemplo. Portanto, é de extrema importância para essa cultura milenar, que essas estruturas naturais permaneçam preservadas.

Visto que no projeto de revitalização era evidente o descaso com os diferentes significados que as taquaras podem manifestar na população rio-grandina, o Projeto Geribanda decidiu realizar, em 2018, ações que alertassem a comunidade na Praça Tamandaré sobre o que poderia acontecer com a vegetação. Nós decoramos as plantas com fitinhas laranja de tecido e com bilhetes amarrados com barbante para demonstrar nosso carinho e preocupação com elas. Durante as semanas que ficamos na Praça conversando com as pessoas, ouvimos poucas que eram a favor da retirada das taquaras e demais plantas, todas justificadas pela falta de segurança que os canteiros oferecem. A maioria era contra, pois faziam parte da identidade da Praça (além de que arrancar árvores não costuma ser bem visto por aqui).



Figura 27: Foto do bilhete colocado pela manhã (esquerda) e de como ele estava depois que voltamos do almoço (direita). Fonte: autora, maio 2018.

No que tange esta dissertação, foi produzido um vídeo que narra sobre o texto-conversa já construído para meu TCC, com o objetivo de levar, cada vez mais, os debates citados acima para a comunidade de uma forma não acadêmica, mas capaz de gerar a reflexão e o diálogo. Witmore (2004) explica que para buscarmos a mediação, devemos nos tornar mais familiarizadas/os e criativas/os com distintas formas de documentação e salienta que “as práticas artísticas podem fornecer um meio de lidar com essa questão” (WITMORE, 2004, p. 60). Para o autor, os vídeos, além de fazerem parte dessas práticas, são um exemplo de como podemos começar a conceber a mídia como um modo de engajamento que nos leva além da narrativa acadêmica. Saliento que o vídeo foi produzido para compor um dos três manifestos desta pesquisa. O roteiro, a gravação e edição foram realizados juntamente com a equipe do Projeto Geribanda, da qual atuo como pesquisadora associada. Para iniciar, adaptamos pequenas frases e expressões da primeira versão da conversa a fim de que ela ficasse mais compreensível e explicativa na hora de ser ouvida. Depois, gravamos em formato de áudio todo o diálogo da conversa. Em seguida, foram gravadas as cenas que iriam compor o vídeo na própria Praça Tamandaré.

Do roteiro: o vídeo inicia ao som da música Olodum dos artistas Adalberto

Moser, Rodrigo Rosso e Edgar Pompolino, fazendo referência aos povos de matriz africana que utilizam a Praça ao longo da sua história. Ainda nessa primeira parte aparecem os logotipos das instituições e projetos envolvidos nesta dissertação, seguido do título *Ecos da Geribanda*. O título escolhido faz alusão aos sons que a Praça Tamandaré ecoa, diariamente, de ventos, músicas, buzinas, pessoas, propagandas, carros, animais, plantas, ônibus...



Figura 28: Captura de tela do vídeo *Ecos da Geribanda*. Fonte: autora, outubro 2020.

A segunda parte do vídeo é um *Time-lapse* (uma cena que passa aceleradamente) gravado com vista para o Coreto da Praça Tamandaré, pensado para localizar geograficamente quem estiver assistindo. O áudio escolhido para esse momento foi o próprio barulho da Praça, para aflorar a sensação de estar ali presente. Apareço no fim desta parte para identificar que, a partir dali, conduziria a trama.



Figura 29: Captura de tela do vídeo *Ecos da Geribanda*. Fonte: autora, outubro 2020.

A terceira parte representa e narra o dia em que as taquaras falaram. Na cena, estou desembarcando do ônibus na parada da Praça Tamandaré para fazer mais um dia de campo para minha pesquisa. Chego, sento nos degraus do monumento-túmulo (onde pega um sol muito bom), observo, faço anotações e quando levanto para caminhar as taquaras me chamam para conversar. Durante a narração, apareço andando ao redor das taquaras e procuro um lugar para me aproximar mais delas. Na conversa, estão procurando por ajuda, pois querem permanecer na Praça. Elas falam, ouvem e sentem, mas não veem. Me contam a história do Seu Amir e suas conexões com ele. Um homem negro escravizado que viveu na época da Praça da Geribanda e plantou as taquaras quando a Praça Tamandaré estava sendo construída em meados do século 19. Os acontecimentos que foram relatados são baseados em toda pesquisa arqueológica que produzi para a monografia, portanto, são reais. No final, concordo em ajudá-las – o que dá margens para esta pesquisa inteira acontecer – e o vídeo encerra com um toque berimbau de capoeira para homenagear Seu Amir.

Abaixo está o texto-conversa completo. O vídeo pode ser acessado através do hiperlink: [Ecos da Geribanda - YouTube](#) (acesso em: 13 abr. 2021). Vai lá assistir!

---

*Eu sabia que as taquaras ecoavam o barulho dos ventos – ouvi-las é tão prazeroso*

*quanto ouvir o barulho das ondas do mar – mas não sabia que elas falavam. Descobri no último verão, enquanto vagava pela Geribanda “atrás” de um problema para esta pesquisa arqueológica e ouvi me chamarem pelo nome. De alguma forma eu sabia que aquela voz saía delas, e não de alguma pessoa conhecida acenando para mim.*

*– Oi... Como sabes meu nome?*

*– Estive aqui te analisando enquanto estavas conversando com transeuntes e ouvi quando falaste que tu te chamas Yasmin.*

*– Pois é! Tô aqui há algum tempo observando o cotidiano da Praça Tamandaré.*

*– Eu não costumo falar com humanos, porém, a situação atual me preocupa. Antes de dizer o que está acontecendo comigo e com minhas irmãs, gostaria de contar nossa história. Tudo começou quando eu e minhas irmãs viemos para cá. Não sei de onde somos, pois éramos pequenas mudas quando nos plantaram aqui. Havia pessoas que cuidavam de nós. Um senhor que nos regava regularmente sempre conversava conosco. Foi a primeira vez que falei com um humano. Ele contava a história da Geribanda antes de chegarmos aqui. Foi o humano mais sábio que já conheci, o Amir.*

*– Me conta mais um pouco dessa história, fiquei curiosa!*

*– Ele nos contava de suas vivências nesse lugar. Desembarcou no Porto do Rio Grande ainda bebê com sua mãe e uma irmã, todos negros escravizados. Cresceu nas ruas da cidade e vinha aqui diariamente buscar água potável para seu senhor. Sua mãe, vinda como ama de leite, passou a comercializar em quitandas próximas daqui. Quando conseguia, acompanhava sua irmã que ia até os lagos da Geribanda para lavar roupas... Ahhh, esse era o momento que ele mais gostava, pois podia conversar com Aziza – uma jovem negra escravizada, seu primeiro amor. Amir tinha uma coisa engraçada: sempre repetia as histórias, mas nós nunca deixamos de prestar atenção como se fosse a primeira vez. Ele dizia que a noite era quando esse lugar ficava mais movimentado e muito se lamentava a morte de um amigo causada por afogamento em uma das lagoas que aqui se formavam pelas chuvas. Depois de nos relatar este fato, seu tom de voz sempre mudava, era uma mistura de culpa, saudade e choro e em seguida vinha a parte em que a antiga Geribanda nunca mais foi a mesma. Os ricos começaram a investir em melhorias*

*para a Praça da Geribanda, que passou a se chamar Praça Tamandaré em 1865. Amir atuou na construção do lago e na plantação de árvores, por isso conversava tanto conosco. Pedia para que vingássemos sobre o areal, inclusive nos prometeu ensinar capoeira se o fizéssemos... mal imaginava que nós já sabíamos, aprendemos a bordo. Mas ele foi tão gentil, que crescemos inspiradas em seu carinho. E ele nos ensinou adentrando em nosso meio. Seus pés tinham muitos calos e sempre que eles nos pisoteavam, durante a luta, sentíamos o peso da trajetória de Amir e a leveza com que encarava a vida. Nós sentimos tanta falta dele. Soubemos o exato momento em que ele partiu e a partir de então decidimos lutar capoeira todos os dias, em sua homenagem. Estamos sempre em movimento e ecoando as cantigas que ele nos ensinou.*

*– Bahh, eu não imaginava que tudo isso aconteceu bem aqui. Mas agora me conta: por que vocês estão preocupadas?*

*– É simples. Estamos preocupadas porque percebemos grupos de pessoas estranhas andando ao nosso redor e dizendo que sairemos daqui. O que nós fizemos de errado?*

*– Como assim?? Vocês viram se elas vestiam algum uniforme de trabalho ou identificação?*

*– Desculpe Yasmin, mas nós não vemos nada.*

*– O que? Então como vocês sabem de tantas coisas?*

*– Nós não precisamos da visão para “enxergar” que tu vieste em buscas de respostas hoje. Andou várias vezes pelo mesmo lugar, fez anotações e mandou mensagens de voz para suas amigas te ajudarem com seus problemas. Sabemos que você está nos observando. Saiba que pessoas daqui já te notaram. Passaram dizendo que, ultimamente, tu vens todos os dias, caminha, fotografa e anota.*

*– É que eu participei das escavações arqueológicas na Praça Tamandaré em 2015 e desde então, passei a estudar sobre esse lugar. Encontramos muitos vestígios da antiga Geribanda; e a partir deles contamos histórias, como a que acabasse de me contar.*

*– Então tu podes nos ajudar! Nós não queremos desaparecer, abraçamos tantas pessoas depois de Amir. Gostamos dos barulhos que vocês fazem, das músicas que tocam na rádio da Praça, dos passos acelerados, das conversas aos intervalos de trabalho, das crianças no parquinho, dos diferentes idiomas que*

*aprendemos aqui e de todas as pessoas que utilizam este espaço para trabalhar, transitar ou manifestar-se.*

*Sorrindo, concordei em ajudá-las para que permaneçam na Praça e percebi, na mesma hora, que suas movimentações mudaram. Para mim, viria chuva, e para elas, seu Amir chegara para mais uma luta de capoeira.<sup>37</sup>*

---

A intenção com o primeiro manifesto foi sensibilizar a comunidade com a trajetória de uma pessoa escravizada que vivenciava a Praça da Geribanda, e com a retirada dos canteiros de taquaras com a revitalização, a fim de que as pessoas relacionassem e misturassem o passado com o presente. Na introdução desta pesquisa, contei que a Praça Tamandaré foi construída a partir de ideias higienistas que, por sua vez, silenciaram as vivências de quem frequentava a Praça da Geribanda. Agora, quero trazer à tona a utilização da Praça pela comunidade negra e pelos povos de matriz africana, referenciados no manifesto *Ecos da Geribanda*.

Um relatório<sup>38</sup> emitido dia 12 de janeiro de 1853 pelo fiscal Raymundo Vasquez à Câmara Municipal do Rio Grande apresenta suas preocupações com a cidade e, no que diz respeito à Praça da Geribanda, o fiscal pedia guardas para vigiarem os poços de água que abasteciam grande parte da população. Argumentava que a guarda implicaria em duas coisas: na higiene dos poços que, segundo ele, estavam entregues ao livre uso das pessoas escravizadas e no policiamento para essas pessoas que se reuniam ali em grande número. Oliveira (2013) nos atenta para o papel desempenhado em cidades negras pelas fontes locais de água potável, onde era normal haver uma grande concentração de pessoas escravizadas e também ocorrer conflitos pela disputa do controle e acesso das fontes, à exemplo: uma luta de capoeira na Geribanda que foi registrada em abril de 1850. Oliveira (2013, p. 162-163) conta que

sob olhar um grande número de negros livres e escravizados que por ali circulavam, o uruguaio Alexandre de Souza (19 anos, campeão, filho de pais libertos) teve seu barril d'água derrubado pelo preto Bernardo (escravo de Manoel José Corea de Sá), de quem recebeu o desafio de jogar capoeira,

---

<sup>37</sup> Vale ressaltar que a primeira versão deste texto-conversa se encontra em Silva (2018, p. 69-71).

<sup>12</sup> Relatório da Câmara Municipal do Rio Grande de 1850. Fonte: Acervo documental do *Liber Studium* - FURG.

culminando tal episódio com a morte deste último por facada desferida por Alexandre.<sup>39</sup>

Falando nisso, praticantes de capoeira continuaram sendo punidos mesmo depois de 1888. A prática foi prevista como crime no Código Penal de 1890, Capítulo XIII (dos vadios e capoeiras), conforme Art. 402:

Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação **Capoeiragem**: andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando **tumulto ou desordem**, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal. Pena: de prisão celular por dois a seis meses. Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dobro (CÓDIGO PENAL DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1890, grifo meu).

Apenas em 1937, quase 50 anos depois, que Getúlio Vargas, na posição de presidente do Brasil, legalizou a prática. Com o passar do tempo, as rodas de capoeira resistiram e continuaram presentes na Praça. Em uma pesquisa rápida pelo YouTube pude prestigiar dois momentos em que a Tamandaré sediou rodas de capoeira com várias pessoas participando e assistindo. O primeiro vídeo, intitulado *capoeira praça tamandaré 13/02/2013*<sup>40</sup>, me lembra muito um relato que li no trabalho de Oliveira (2013, p. 178), onde o Juiz de Paz da cidade informou ao presidente da Província que, ao sair à noite para exercer funções policiais pelas ruas, em 1838, encontrou “o sossego e tranquilidade pública inteiramente alteradas” devido a “multidão de negros e negras cativos pelas ruas e tabernas, como por vadios turbulentos”<sup>41</sup>.

<sup>11</sup> A informação consta em documento analisado por Oliveira (2013) em sua tese. Fonte: APERS, Processos Crime, Rio Grande, Júri, Caixa 005-0418, Auto 19.

<sup>40</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WHCCsi2EEEM>. Acesso em: 15 out. 2020.

<sup>41</sup> A informação consta em documento analisado por Oliveira (2013) em sua tese. Fonte: AHRS, Fundo Justiça, Maço 33, Juiz de Paz Manuel de Souza Azevedo, datado de 10/07/1838 (Sede).

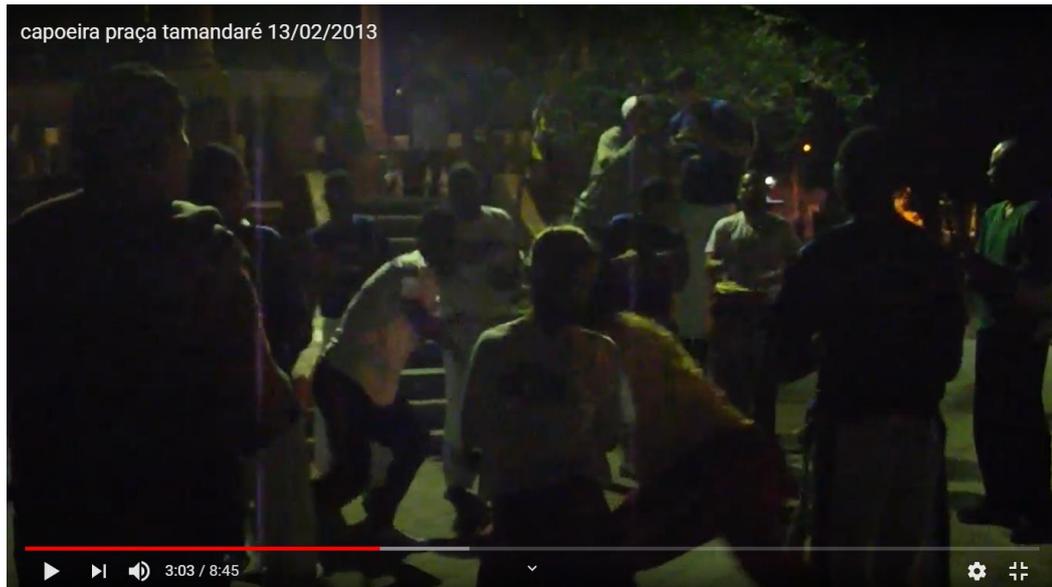


Figura 30: Captura de tela do vídeo *Capoeira na Praça Tamandaré*. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=WHCCsi2EEEM>. Acesso em: 15 out. 2020.

É importante destacar que, desde novembro de 2014, a Roda de Capoeira é reconhecida internacionalmente como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Unesco. Esse reconhecimento expressa a história da resistência negra no Brasil, durante e após a escravidão. O segundo vídeo<sup>42</sup> integra a programação do Arte da Praça, um movimento cultural que acontece os sábados na Praça Tamandaré desde maio de 2015. O objetivo é fomentar a cultura e arte em praças públicas, a partir de manifestações espontâneas. A Tamandaré é o ponto oficial de encontro do movimento. No sábado do dia 8 de agosto de 2015 foi a vez da Associação de Capoeira Zumbi dos Palmares estar presente na Praça.

---

<sup>42</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gc-HsBwYgWc&t=72s>. Acesso em: 15 out. 2020.



Figura 31: Captura de tela do vídeo *Grupo de Capoeira Zumbi dos Palmares no Arte na Praça*. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=Gc-HsBwYqWc&t=72s>. Acesso em: 15 out. 2020.

Dentre as idas à Praça com o Projeto Geribanda em 2018, tivemos a oportunidade de conhecer um homem, morador de Rio Grande, que nos contou sobre o quanto gostava de participar das rodas de capoeira que ocorriam ali. Ele também disse, pulando de um assunto para o outro, que no dia 15 de novembro acontecia na Praça a Festa da Umbanda, onde eram montadas bancas com comidas típicas, como o acarajé. A comemoração era organizada pelo Pai Nilo de Xangô, no entanto essas atividades não se perpetuaram depois que o mesmo faleceu em 2017. A ex-presidente Dilma Rousseff sancionou, em 16 de maio de 2012, a Lei nº 12.644 que oficializa o dia 15 de novembro como Dia Nacional da Umbanda. Entretanto, este dia já era reconhecido e comemorado há muito tempo, e em Rio Grande ele acontecia na Praça Tamandaré, conforme podemos ver na figura abaixo que registra a festa de 2010 ao redor do Coreto.



Figura 32: Captura de tela do vídeo *Festa 15 de novembro dia da umbanda – Praça Tamandaré cidade de Rio Grande*. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=RmhCj7saCj8>. Acesso em: 15 out. 2020.

No processo de constituições das cidades negras, as religiões afro-brasileiras, segundo Sales Júnior (2015), tiveram e têm um papel característico tanto no período colonial e imperial, como durante a República brasileira, se apresentando em um cenário de “forte hegemonia da religião católica, como práticas reprováveis e criminalizáveis, presente nos preconceitos populares e nos sucessivos Códigos Criminais nacionais como a “macumba”, o “curandeirismo”, a “feitiçaria”, e o “espiritismo”” (SALES JÚNIOR, 2015, p. 2). Entretanto, isso não impediu que vários de seus elementos se misturassem ou sincretizassem com práticas, valores e crenças religiosas que eram respeitadas e valorizadas, como vimos anteriormente com alguns territórios negros de Rio Grande que marcam as estratégias de resistências da comunidade negra escravizada em praticar suas crenças. Concordo com o autor, ao afirmar que, os processos de urbanização não se conciliam com a organização dos espaços negros, que, por sua vez, estruturam-se pela forma, bem como pela condição subalterna que a população negra foi e ainda é submetida ao longo do tempo. Aliás, as teorias urbanísticas e as metodologias de estudo sobre o espaço urbano, para o autor, não levam em conta as características étnico-raciais dos afrodescendentes e as particularidades geradas e pela sua cultura e seu histórico, como pudemos ver nas propostas do Projeto de Revitalização da Praça

Tamandaré que não prevê a permanência das comunidades subalternizadas que utilizam a praça diariamente.

Como já mencionei, o bambuzal é de suma importância para Oyá/lansã. E em uma conversa com a arqueóloga Ingrid Santana (filha de Iemanjá, de Nação Oyó-Jeje) entendi que são raros os casos que é preciso fazer oferendas ali nas taquaras – salvo os motivos bem específicos. Entretanto, ela explicou que lansã/Oyá está ali para o povo de matriz africana. Podem sentir sua presença marcante, especialmente quando os ventos batem. Mas de forma alguma todas as oferendas são feitas ali, pois os espaços de cada Orixá são muitos e, dependendo do fundamento, cada serviço é despachado em determinado lugar. Ingrid Santana acredita que a problemática é que a lansã está ali para quem a cultua e isso é totalmente invisibilizado. Além de lutarem diariamente pela sua sobrevivência, a população negra encara o desrespeito e a intolerância em relação a suas formas de expressar a fé, constituindo, portanto, o racismo religioso como uma das interfaces e mecanismos de opressão do racismo no Brasil. Quanto à Arqueologia, concordo com Carle, Santana e Oliveira (2018, p. 13) ao proporem que

as coisas não são reflexos passivos de uma cultura, especialmente para as muitas ontologias que não se enquadram nos limites da modernidade. Pelo contrário: damos de comer às pedras porque nossos Orixás são essas pedras. Nossas quartinhas não representam que estamos servindo aos Orixás. Elas são servidas aos Orixás, para que estes possam beber e correr por nós. Enquanto trabalharmos o “representar” e não nos dermos contas que outras ontologias, muitos outros pluriversos e cosmovisões existem, estaremos sempre reiterando aquilo que a modernidade e a colonialidade nos deixou: a violência, física e/ou simbólica, velada ou escancarada.



Figura 33: À esquerda foto de uma oferenda nas taquaras e à direita foto de dois canteiros de bambus na Praça Tamandaré. Fonte: Acervo fotográfico digital do *Liber Studium* – FURG.

Sobre a divulgação do manifesto *Ecoss da Geribanda*: o vídeo foi lançado no

dia 18 de dezembro de 2019 no Canal do YouTube do Projeto Geribanda e divulgado nas redes sociais Facebook e Instagram. Até o dia 01 de agosto de 2021 tivemos como retorno 1.369 visualizações, 36 curtidas e 4 comentários no Canal do Youtube. No Facebook existem **três** publicações principais. A primeira foi na Página Projeto Geribanda dia 18/12/2019 e totaliza 23 comentários e 17 compartilhamentos. Ela pode ser acessada através do hiperlink: [post 1](#) (acesso em: 20 out. 2020). Quando criamos a Página, ganhamos um crédito de 30 reais do Facebook e usamos para impulsionar/anunciar a primeira publicação, com isso alcançamos mais de 7 mil pessoas. A ferramenta de impulsionar a publicação, oferecida pelo Facebook, fez muita diferença na divulgação do vídeo e gerou alguns dados para refletirmos. O gráfico de público (figura 34) nos mostra que a faixa etária da maioria das pessoas alcançadas foi de 55 anos para cima, depois entre 13 e 17 anos.



Figura 34: Captura de tela do gráfico gerado pelo Facebook para detalhar o público alcançado com a publicação impulsionada dia 18 de dezembro de 2019. Fonte: autora, abril 2020.

Já a segunda publicação foi feita dia 20/12/2019, propositalmente, no Grupo Público do Facebook *Fatos e Coisas de Antanho do Rio Grande*, onde membros (em sua maioria pessoas idosas) cultivam histórias e memórias da cidade de maneira assídua. Sabíamos que lá o vídeo teria visibilidade sem nenhum impulsionamento. Essa publicação pode ser acessada pelo hiperlink: [post 2](#) (acesso em: 20 out. 2020). No Grupo, foram 61 comentários e 5 compartilhamentos. A terceira publicação foi

em 12/05/2020, quando ganhamos mais um crédito de 30 reais e impulsionamos o botão “Assistir vídeo” da Página do Projeto no Facebook. Nesta, alcançamos 4.157 pessoas, a maioria com mais de 55 anos novamente. Foram 23 comentários e 8 compartilhamentos. A publicação pode ser acessada pelo hiperlink: [post 3](#) (acesso em: 20 out. 2020).

Apresentadas as três principais fontes de divulgação e, portanto, de retorno do manifesto\_01, colocarei agora alguns comentários oriundos dessas publicações. De um modo geral, as pessoas continuam sendo contra a retirada das taquaras e/ou estão atacando a Prefeitura pela má gestão do Município, por exemplo:

- L. C.: “Como assim? Por que? Qual o sentido de tirar algo que não só é bonito, mas também uma das marcas registradas da Tamandaré? Vão achar o que fazer!”
- C. B.: “O pessoalzinho de prefeitura que não tem o que fazer agora porque retirar os bambus da praça vão desentupir bueiros valões do que retira plantas que não tá incomodando no ninguém nem o meio ambiente”
- R. M.: “Em hipótese alguma! Retirar as taquaras da praça é um absurdo! Provavelmente quem fez o projeto não conhece história e a importância da taquara na sociedade local.”
- Diálogo gerado entre M., que fez o primeiro comentário, e G., que deu continuidade:

**M.:** “Quem não sabe o que fazer inventa! A decoradora do Palácio do governo do Dória inventou e pintou de preto uma mesa de jacarandá que fazia parte da história de S. Paulo e ainda cobrou, acho, que 4 milhões pra “decorar” todo prédio.”

**G.:** “além da divisória de vidro (junto a raia da USP) que já está em boa parte quebrada.”

**M.:** “Meus avós foram pra casa da 24 de maio quase esquina 19 de fevereiro, com meu pai na idade de 2 anos. Ele se criou ali, casou, e eu nasci nesta casa também. Sai dela aos 19 anos... A Praça Tamandaré foi meu quintal, meu jardim e meu parque de diversões. Adolescente, namorava passeando em seus caminhos e pontes. Sem contar que estudando no Joana D'Arc passei, dos 7 anos de idade até me formar no normal, todo os dias por seus

canteiros e principalmente por seus bambus. Cortar os bambus é despir a Praça Tamandaré, o que seria uma desonra para a história que o vento conta quando assobia por entre eles.

**G.:** “porque não tratar dos bambus em vez de corta-los??!! Esse bambuzal faz parte da infância e adolescência de todos nós. Até quando irão destruir a memória desse país? Espere que não consigam destruir mais do que já fizeram.”

**M.:** “Espero”

Por outro lado, alguns comentários envolveram uma proposta que tivemos ao pensar o roteiro do vídeo. Primeiro, queríamos encenar o texto-conversa sem termos que sair da encenação e dar explicações sobre o que seria aquele vídeo. Como um filme, eu diria. A única explicação do que o vídeo representava estava na descrição das publicações de divulgação. Também desejávamos que a experiência de assistir o vídeo colocasse as pessoas naquele momento, junto comigo, caminhando pela Praça e ouvindo as taquaras. Sabemos que “a experiência digital não pode substituir a experiência vivida” de perambular pela Praça e perceber/sentir as coisas e sons ao seu redor, porém “pode ser utilizada como um complemento a essa experiência” (WITMORE, 2004, p. 63).

A partir do entendimento de que somos seres encorpados, nossa experiência cotidiana se torna uma experiência sensorial, onde captamos as informações do mundo através dos sentidos, conforme Pellini (2015). Com o vídeo, os sentidos que tentamos aguçar foram a visão, com as cenas e fotografias, e a audição, com a narração do texto-conversa, com os barulhos cotidianos da Praça e com músicas que representam as religiões de matriz africana e a capoeira. Para fomentar fizemos as seguintes perguntas no final do texto descritivo que acompanhou a divulgação do vídeo nas redes sociais: “Já reparou no barulho que as taquaras fazem? O que ele te faz sentir? O que as plantas da Praça significam pra ti?”<sup>43</sup> E funcionou! Os

---

<sup>43</sup> Descrição completa das publicações: “Atualmente existe um Projeto de Revitalização da Praça Tamandaré que prevê, por exemplo, a retirada total dos canteiros de taquaras que existem lá há muito tempo. Pensando nisso, fizemos este vídeo para expressar a importância delas na história da Praça. As taquaras tem muito a nos contar sobre a Geribanda e as pessoas que fazem parte dela! Já reparou no barulho que as taquaras fazem? O que ele te faz sentir? O que as plantas da Praça significam pra ti?”

barulhos dos ventos que ecoam dos canteiros de taquaras são característicos dali e esta informação está guardada com a gente, bem como ouvir diariamente a Rádio que tem na própria Praça, tocando sempre as mesmas músicas e propagandas.

Dos comentários:

- C. P. S.: “Será uma descaracterização da Praça. Quando estudei no Colégio Joana D'arc passava pela praça. Adorava parar para ver as aves e os micos. Quando passava na parte onde tinha as taquaras dissipava para minha irmã. Que as taquaras cantavam. E uma lembrança tenho até hoje.”
- M. C.: “Adoro ouvir o barulho das taquaras ao vento!!”
- M. T.: “Fazem muitos anos que não entro na praça Tamandaré, mas assistindo o vídeo se nota que as taquaras estão bem maltratadas. Como consta na narrativa, é bem assim que eu também sentia quando atravessava pelo meio delas, parecia ouvi-las, inclusive deixaram a marca da travessia, que mais tarde cercaram as taquaras.
- Interação de J. R. S. e D. L.:
  - J. R.S.:** “Eu escuto a música que elas cantam, tem histórias de décadas contadas ali. São patrimônio histórico da praça.”
  - D. L.:** “Tenho o mesmo pensamento. As taquaras com seu balanço e seus sons me deixavam encantada quando criança! Era como me levassem para outro lugar. Ainda hoje costumo cumprimentá-las cada vez que passo lá!!”
- S. D.: “E quem nunca escreveu o nome de um namorado em uma dessas taquaras????”
- A. A.: “Pra mim é um patrimônio da cidade tem que ser preservado, a praça em todo me faz muito feliz quando ando passeando”

Este manifesto também gerou comentários que são recorrentes nas redes sociais quando o assunto é a Praça Tamandaré: a ideia de que, atualmente, aquele espaço está **feio, sujo, abandonado, sem vida** ou **jogado às traças**, mas que no passado não era assim. A partir da perspectiva da Arqueologia Sensorial, Pellini (2015) busca compreender como construímos nossas histórias, identidades, políticas, cultura e memórias através da experiência sensorial com a materialidade. Seu texto me trouxe na lembrança uma situação que, acredito, se aplique na

proposta de Pellini (2015). Todas as ações que penso para problematizar o cotidiano e o contexto que atual da Tamandaré, tem o intuito de fazer com que a comunidade enxergue aquele lugar de uma outra forma e, por isso, ler os comentários acima me entristece. Certo dia, uma pessoa que conhece meu envolvimento com esse tema, exclamou: “mas ela é suja mesmo!”. Na hora, pensei comigo: “poxa, se não consigo mudar a opinião de alguém que converso diariamente, como atingirei pessoas que nunca falei antes?” Em seguida, lembrei que essa pessoa se queixado muito sobre sua *experiência sensorial* com a Praça. Ela utilizou por um tempo as plataformas de embarque e desembarque do transporte público às 23h. Relatava que a Praça, nesse horário, era tomada pelos ratos, o que ocasionava um cheiro muito ruim. Nunca estive lá por esse horário, mas creio que não seja a experiência mais agradável de vivenciar. Aproveitei da relação próxima que tínhamos e a convidei para passear pela Praça durante o dia, a última vez que ela tinha feito isso deveria ser criança. Sentamos na escada do Coreto e conversamos sobre o cotidiano daquele lugar, por exemplo, como ele é utilizado por pessoas que estão desempregadas e precisam encontrar alternativas para sustentar suas famílias, ou até mesmo pessoas que estão trabalhando ali por uma causa beneficente, mas isso é assunto para o próximo capítulo.

### **2.3 Uma nostalgia material de temporalidades e narrativas alternativas é possível: manifesto-post**

Recentemente, o cadastramento da Praça Tamandaré como um sítio arqueológico foi aprovado e homologado junto ao IPHAN/RS (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, superintendência do Rio Grande do Sul). Este reconhecimento é fruto da pesquisa arqueológica que iniciou em um contexto de licenciamento ambiental, mas também se configurou como ações de ensino, pesquisa e extensão que são problematizadas até os dias de hoje. O trabalho não se esgotou com o fim da escavação, muito pelo contrário! Nos colocou frente às demandas atuais que envolvem o presente-passado de populações subalternizadas. Rocha *et al.* (2013) nos atenta que, como cientistas sociais e humanos, não podemos esquecer que é sobre o passado dessas comunidades que

empreendemos esforços de pesquisa. Em se tratando da prática arqueológica, concordo com as autoras e autores quando entendem a mesma, além do fazer que envolve reflexões teóricas e metodológicas adequadas, por aquilo que a torna uma disciplina ética:

sua **posição política** clara e aberta em relação a todos os atores sociais que possam estar envolvidos e que reconstroem a si mesmos com base no historicizar e ressignificar suas representações do próprio passado. A Arqueologia não se resume a simples contagem de cacos e elaboração de laudos técnicos. **Somos contra uma Arqueologia que intenta unicamente à liberação de áreas, uma Arqueologia que desconsidera as populações do presente** (ROCHA *et al.*, 2013, p. 137, grifo meu).

Quando divulgamos nas redes sociais do Projeto Geribanda que a Praça Tamandaré agora era um sítio arqueológico, recebemos o seguinte comentário: “Recordo uma escavação, na frente do Bento, junto ao lago, que passou muito tempo aberta, atrapalhou a passagem e nunca deu resultados, que eu saiba. Receio muito que a praça Tamandaré, tão linda e tão maltratada, sofra muito mais com esse seu título.”. Desde o início, nosso fazer arqueológico na Praça se voltou para grupos invisibilizados da narrativa oficial da cidade e para as comunidades do presente que se relacionam com a Praça, seja com suas memórias ou com seus usos no cotidiano. Quando não reafirmamos narrativas hegemônicas, nosso trabalho tende a tornar-se irrelevante para algumas pessoas que não se reconhecem na narrativa contada e, algumas vezes, a desrespeitam. Nossa relação com a comunidade também é pautada em conflitos, afinal, embargamos a obra e o progresso e ainda queremos falar de pessoas subalternizadas?

Visto a queixa do comentário acima, decidimos articular um manifesto que explicasse o motivo pelo qual a Praça Tamandaré passou a ser um sítio arqueológico. Construimos uma narrativa que leva as pessoas a passearem pela antiga Geribanda, onde esbarram pelas coisas encontradas na escavação. Ainda misturando temporalidades, tínhamos por objetivo primeiro evocar, a partir da materialidade, a nostalgia e em seguida trazer a reflexão e o debate para o presente, a partir de uma prática arqueológica que ensine e provoque as pessoas, como propõem os autores González-Ruibal, González e Criado-Boado (2019).

De acordo com González-Ruibal (2021), a nostalgia, uma emoção que está relacionada com a necessidade de ter raízes e continuidade com o passado, tem sido associada a ideologias reacionárias, fornecendo uma base para identidade e

auto-explicação. Entretanto, mais do que “um anseio por um passado ou um desejo impossível de voltar a outra época”, a nostalgia “pode ser uma forma de questionar como o passado pode se envolver ativamente com o presente e o futuro” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2021, p. 2). Para exemplificar como o anseio por um passado desaparecido pode estar mobilizado para um presente-futuro melhor, o autor menciona o povo indígena brasileiro Pataxó “que ganhou consciência do processo de perda cultural que sofreu e se engajou em uma reconstrução ativa de sua identidade, principalmente através da cultura material” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2021, p. 3). A partir disso, o autor propõe uma nostalgia crítica que reivindique, através da materialidade, temporalidades alternativas e heterogêneas, para além de experiências modernas de tempo e regimes de historicidade. Bem como uma nostalgia material que seja subversiva e libertadora ao atuar na defesa pela continuidade e enraizamento, como no exemplo dos Pataxós.

Com as discussões acima em mente, criamos um manifesto em formato de post carrossel para as redes sociais, que funciona como uma espécie de álbum, no qual é possível inserir até 10 itens no mesmo post, como podemos ver na figura 35. No primeiro, a pergunta “por que a Praça Tamandaré é um sítio arqueológico?” indica o assunto a ser abordado daí em diante. Para dar a explicação proposta, convidamos as pessoas para conhecerem a Geribanda ao voltar no tempo e se imaginar nela. Conduzimos a imaginação com fotografias que dialogam com as cenas descritas no texto, por exemplo, ao narrarmos como era a antiga Geribanda, utilizamos a fotografia dos poços de captação de água. Quando falamos das pessoas negras que a utilizavam, optamos por inserir imagens, mesmo que de outros lugares, visto que não temos registros imagético da Praça neste contexto. Para trazer alguns materiais arqueológicos oriundos da escavação (bolinha de gude, contas de colar, cachimbo de caulim, vidros lascados e quartinha), os inserimos no cotidiano da Geribanda, sendo utilizados pelas pessoas que transitam e frequentam aquele lugar. Para finalizar, afirmamos que a Praça Tamandaré é um território negro e, como um patrimônio para essa comunidade, atua como uma ferramenta de luta pela sua ancestralidade e sobrevivência.

## POR QUE A PRAÇA TAMANDARÉ É UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO?

BORA DESCOBRIR?

## CONHECENDO A GERIBANDA

Antes mesmo de iniciar a escavação na praça, nós já sabíamos um pouco sobre seu passado. Quando Saint-Hilaire veio a Rio Grande, relatou que foram cavados poços atrás da cidade, entre montículos de areia, onde se encontrava água muito boa. Ele ainda contou que esse lugar se chamava **Geribanda** e que pessoas negras iam buscar a água em barris.



Local da Praça da Geribanda em 1829

Na foto: planta da Vila do Rio Grande de São Pedro em 1829

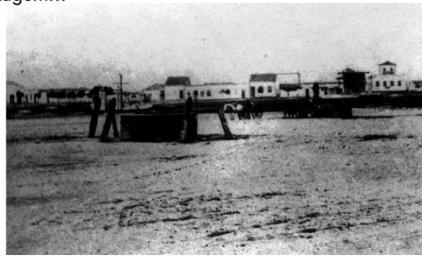
## Trecho do relato de Auguste de Saint-Hilaire em 1820:

Numa das ruas do Rio Grande, um mercadinho (quitanda) onde negros, acocorados, vendem legumes, tais como: couves, cebolas, alfaces e laranjas. Como já tenho dito, não há aqui nascentes nem fontes de água doce, mas atrás da cidade, entre montículos de areia (em lugar denominado Geribanda), cavaram-se poços, onde a pequena profundidade se encontra muito boa água. Os negros vão buscá-la em barris e retiram-na do poço com chifres de bois, no meio dos quais é introduzida uma vara comprida, instrumento que eles chamam de *guampa* (sic).



## VAMOS VOLTAR NO TEMPO?

Se imagine na Geribanda: um espaço amplo, com muita areia e vento. Algumas pessoas circulam com vasilhas de água que acabaram de retirar dos poços para vender no comércio, outras tomam água enquanto alimentam seus animais antes de seguir viagem...



Na foto: dois poços de captação de água na praça - século 19

O que mais te impressiona, é a quantidade de coisas que acontecem ao mesmo tempo.



Enquanto mulheres negras lavam roupas nas lagoas que se formam da água da chuva, um grupo de homens negros escravizados e libertos está lutando capoeira. Crianças correm de um lado para o outro, mas não saem da vista de suas mães. Algumas até estão jogando bolinha de gude...

Bolinha de gude encontrada na escavação



Na foto 1: lavadeiras às margens do rio Tamanduateí, São Paulo - 1900

Na foto 2: reprodução da internet para representar a capoeira

De um lado passou uma pessoa com um colar de contas muito bonito. Quando você foi atrás, esbarrou em alguém que estava fumando um cachimbo branco...

contas de colar

cachimbos



Nas fotos: vestígios encontrados na escavação da Praça Tamandaré

De repente você escuta um barulho e vai conferir, tem duas pessoas negras lascando vidros para produzir suas próprias ferramentas para usar no dia-a-dia.



vidros lascados

Um mundo em movimentos acontece ali. Infelizmente está na hora de você ir, cuidado para não tropeçar na quartinha, ela pode ser uma oferenda para lansã.



tampa de uma quartinha

Nas fotos: vestígios encontrados na escavação da Praça Tamandaré

## A PRAÇA TAMANDARÉ É UM UM TERRITÓRIO NEGRO



Agora que você já passou pela Praça da Geribanda, sabe que no século 19 ela era frequentada por pessoas negras escravizadas e libertas. Hoje, esse é um dos motivos para que ela seja um sítio arqueológico. Sabe porque isso é importante? O patrimônio, além de trazer à tona a ancestralidade africana da cidade, serve como ferramenta de luta para as comunidades negras no presente.

## NA LUTA ANTIRRACISTA

No presente, as **comunidades negras ainda estão na praça**, como os imigrantes africanos. A capoeira e os rituais de religiões de matrizes africanas continuam acontecendo lá. Através da Arqueologia na Geribanda, queremos dar visibilidade as várias existências materiais e vivências de pessoas negras em Rio Grande, tanto no passado quanto no presente. Vem com a gente?



Nas fotos: imigrantes africanos na Praça Tamandaré

## DE ONDE VEM ESSAS INFORMAÇÕES?



Os materiais arqueológicos aqui apresentados são provenientes das escavações do Programa de Salvamento Arqueológico da Praça Tamandaré, realizado em 2015. O Programa é vinculado ao Liber Studium - Laboratório de Arqueologia do Capitalismo da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e coordenado pela professora Beatriz Thiesen.



Figura 35: Manifesto post carrossel sobre a população negra presente no Sítio Arqueológico Praça Tamandaré. Fonte: autora, junho 2021.

Da divulgação: este manifesto foi ao ar nas redes sociais do Projeto Geribanda dia 28 de junho de 2021. Duas publicações no Facebook envolveram a divulgação e os comentários feitos pela comunidade. Uma está disponível em: [post 1](#) (acesso em: 28 jun. 2021) e contou com 15 comentários e 93 compartilhamentos, totalizando 17.947 pessoas alcançadas. Vale ressaltar que esta publicação também foi impulsionada/anunciada, porém seu alcance maior se deu de forma orgânica, atingindo 13.835 pessoas das quase 18 mil. O gráfico gerado pelo impulsionamento, mostrou que a maioria das pessoas tinham entre 18 e 34 anos (figura 36). A outra publicação foi no Grupo Público do Facebook *Fatos e Coisas de Antanho do Rio Grande*, com 43 compartilhamentos e 33 comentários e está disponível em: [post 2](#) (acesso em: 28 jun. 2021).

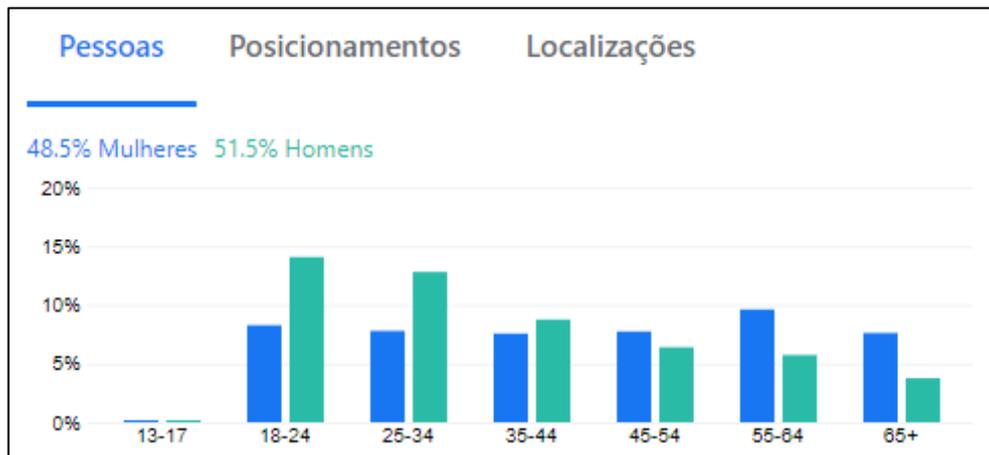


Figura 36: Captura de tela do gráfico gerado pelo Facebook para detalhar o público alcançado com a publicação impulsionada dia 28 de junho de 2021. Fonte: autora, julho 2021.

Os comentários foram de felicitações e agradecimentos pelo trabalho e pelo retorno da pesquisa arqueológica para a comunidade, muitas pessoas, ao conhecerem a Geribanda a partir da materialidade, conseguiram se conectar e se reconhecer nela. Alguns comentários:

- J. F.: “Muito interessante. Me faz lembrar as histórias do meu avô, que contava, que quando chegou de Portugal, no início de 1900, e foi morar em Rio Grande, não tinha água encanada, e ele vendia água em barris, nos lombos das mulas para as pessoas mais ricas da cidade. Boas memórias.”
- G. C.: “Parabéns, interessante os relatos. Passei a ver a praça por meio de

um outro contexto o qual até então não compreendia.”

- M. C.: “Belo trabalho de pesquisa, bom que agora é divulgado. Parabéns.”
- K. T.: “Muito legal, adorei, não sabia que tinham encontrado tanta coisa interessante. Uma vez vi uma postagem que tinham achado embalagem de chocolate.” Provavelmente, K. T. está se referindo manifesto-exposição, que será apresentado no próximo capítulo.
- R. F.: “Legal, gostei muito de saber sobre esse assunto. Agradeço pela bela aula, achei muito interessante e ao mesmo tempo informativo.”
- J. R. S.: “Já tinha lido sobre as taquaras na Praça Tamandaré e sobre a Geribanda, hoje me senti enriquecida mais ainda com estes detalhes de nossa história.”. Provavelmente, J. R. S. está se referindo ao manifesto *Ecos da Geribanda*, pois também fez um comentário quando divulgamos o vídeo (ver na página 80).
- Y. D.: “Como é bom saber que fazemos parte de uma História!! Que amanhã ela também contará a nossa história. Fico contente e intrigada para saber ainda mais. É emocionante e encantador saber como era e como é atualmente!!! Parabéns por contar e informar sobre o esplendor que conta um pouquinho de cada um que habitou esse lugar preciso. A nossa história merece ser contada!!”
- N. D. F.: “Nossa que legal... É muito bom saber um pouco da história de nossa linda praça Tamandaré. Obrigada!!!!”

Buscamos uma maneira alternativa e compreensível de explicar o contexto arqueológico que aquele sítio se encontra, bem como suas questões atuais. Acredito que conseguimos alcançar esse objetivo de acordo com as interações que recebemos. Talvez, “nossa magia seja a possibilidade de tocar as pessoas e proporcionar essa reflexão ao escancarar o sujo, o feio, o que revolta, opondo-se assim a qualquer mecanismo de higienização do passado” (THIESEN *et al.* 2014 p. 249).

Ademais, ressalto a importância de compartilhar com a comunidade rio-grandina uma Arqueologia feita a partir de materialidades e vivências de pessoas negras para que nos engajemos em questões sociais contemporâneas, como a luta

antirracista. Nossa disciplina pode conceber importantes mudanças ao desnaturalizar preconceitos e estigmas que afetam, principalmente, as comunidades negras, provocando reflexões sobre políticas públicas responsáveis por atuar na manutenção dos processos de exclusão de pessoas marginalizadas para os cantos da cidade.

### Capítulo 3 – As coisas e as pessoas que permanecem: o presente da Praça Tamandaré

*“Pra que amanhã não seja só um ontem com um novo nome”*

*Emicida*

Costumo saber que o frio está chegando em Rio Grande quando ando pela Praça Tamandaré e vejo as folhas das árvores rolarem secas pelo chão. Logo em seguida já aparecem as toucas, as mantas, as meias e as luvas sendo vendidas, como na foto ao lado. Isso também serve para a chegada da chuva, as vezes ela está lá no Uruguai e os guarda-chuvas já estão sendo vendidos na Praça. Hoje, 28 de junho de 2021, estava muito frio quando cheguei às 11 da manhã, pelo menos estava acompanhada de um dia ensolarado, ou seja, não tinham guarda-chuvas à vista.



Figura 37: Foto das meias, toucas e luvas sendo vendidas na Praça Tamandaré durante o inverno pandêmico. Fonte: autora, junho 2021.

Fui até lá para abrir este último capítulo te contando como andam as coisas e as pessoas que permanecem nesses dias frios e pandêmicos. Apoiada nas ideias de Magnani (2003), entendo que a Antropologia, a partir da Antropologia Urbana, pode contribuir para a compreensão do fenômeno urbano, mais especificamente, para a pesquisa da dinâmica cultural e das formas de sociabilidade nas cidades contemporâneas. Embora não faça aqui uma etnografia, o olhar de perto e de dentro que propõe Magnani (2002) me proporcionará entender os rumos e as consequências do processo de urbanização da Praça. Para Magnani (2003), a cidade na sua diversidade, seus conflitos e seus problemas específicos se torna compreensível a partir do momento em que, em meio ao caos urbano, esse olhar atento é capaz de perceber os arranjos, os mecanismos e as saídas dos atores sociais e que não são visíveis a um olhar meramente de fora.

Não me detendo ao passado, esta pesquisa se atenta para a permanência dos grupos subalternos que frequentam a Praça hoje e são, diariamente, postos às

margens através de processos de gentrificação, uma proposta que também se insere no âmbito da Arqueologia Urbana, ao questionar-se sobre os processos de urbanização e suas consequências na vida em sociedade. Concordo com Souza (2013) ao salientar que é preciso a Arqueologia Urbana brasileira romper com as categorias temporais que a limitam na ideia de “antigo” – no mais tardar no século 19. Sendo assim, acredito que esta pressupõe o

dinamismo, as apropriações, as sobreposições de ocupações, a cidade enquanto artefato, as dinâmicas territoriais, por isso quando engajada e pensada junto à comunidade, pode contribuir de forma mais expressiva para melhorias da qualidade de vida e atendimento de demandas de grupos do presente (ALFONSO, 2017).

Em concordância com a Antropologia que, na cidade, busca a compreensão reflexiva das situações, dos lugares e dos movimentos que "fazem cidade", de acordo com Michel Agier (2015). Para o autor, “fazer-cidade” é um meio de instaurar o direito à cidade, que “é feita essencialmente de movimento” e produzida a partir das práticas, das relações e das representações dos cidadãos (2015, p. 484), dos quais tem o direito de usar, habitar e participar da formação de cidades mais justas, democráticas e inclusivas.

Quando a pandemia chegou no Brasil, com a primeira morte em março de 2020, a Praça ficou “fechada” por um tempo. A fiscalização municipal fechou o que conseguiu, como os estabelecimentos comerciais da abrigolândia e o Largo Carmen da Silva que tem um portão de acesso (figura 38).

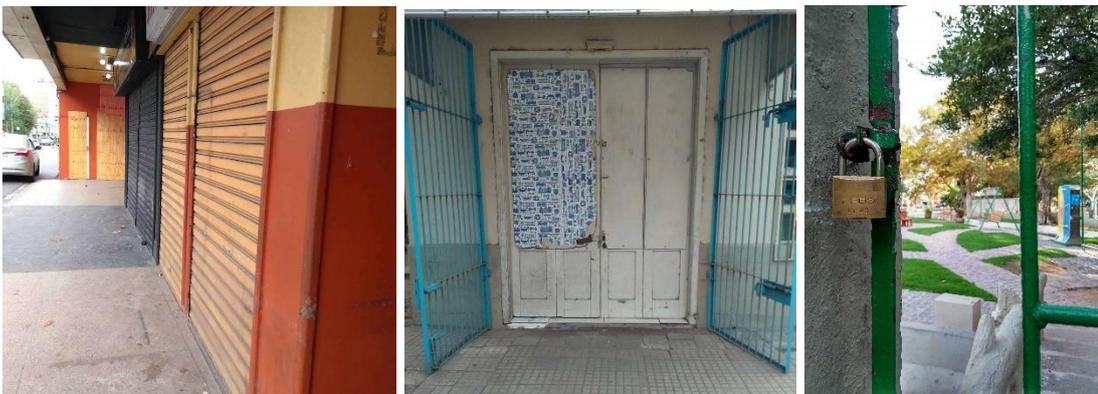


Figura 38: Fotos dos lugares fechados pela fiscalização municipal. Fonte: autora, maio 2020.

Ademais, outras medidas foram tomadas, como o não funcionamento das

“carrocinhas” que vendem comidas em geral, do comércio ambulante e dos brechós beneficentes. Atividades que são frequentes na Praça Tamandaré há anos. Em contexto de pandemia este era o novo normal, a fim de controlar a propagação do novo coronavírus. Minhas consultas com a psicóloga continuaram presenciais, pois a clínica se encaixava em serviço essencial, então pude passar pela Praça algumas vezes. Observei que nos três primeiros meses de pandemia a circulação de pessoas na Praça era baixa, tinha vez ou outra um imigrante africano com uma banca pequena, como mostra a figura 39.



Figura 39: Única banca de mercadorias montada na Praça neste dia. Fonte: autora, maio 2020.

Entretanto, muitas lojas comerciais não deixaram de funcionar, seja só com trabalhadoras/es fazendo suas vendas pela internet ou com clientes que iam efetuar pagamentos e aproveitavam para visitar as lojas e fazer compras. Isso fez com que o movimento do centro da cidade permanecesse, sendo baixo no início e aumentando conforme o tempo pandêmico ia passando. A foto abaixo (figura 39) foi tirada vinte dias depois da foto de cima (figura 40) e mostra o aumento da movimentação do comércio ambulante e da população na Praça.



Figura 40: Foto que registra o aumento da movimentação da Praça. Fonte: autora, maio 2020.

Uma atividade que não parou foi o serviço das equipes de limpeza que trabalham diariamente. Lá se encontra a sede da administração de todas as praças da cidade, onde concentra funcionárias/os da limpeza, fiscais e diretor que cuidam da Praça a serviço da Prefeitura Municipal. Sempre que passo por ali me chama a atenção um quadro cinza que deveria ser para avisos, mas guarda uma atividade de educação patrimonial feita durante as escavações. Na atividade “O que te lembra sobre a Praça Tamandaré?” foram expostas fotografias antigas no Coreto, que hoje estão no escritório da administração (figura 41).



Figura 41: Foto do escritório da administração das praças da cidade com a atividade de educação patrimonial no quadro cinza. Fonte: autora, junho 2021.

Já que a Praça não estava muito movimentada, por ser final de mês, frio e pandemia, decidi ir até a administração para conversar com uma senhora que trabalha no escritório há 9 anos. Quando disse que estava fazendo um trabalho sobre a Praça e gostaria de conversar com ela, rapidamente respondeu que não poderia ajudar, pois as pessoas que trabalhavam há mais tempo e podiam explicar sobre a história, os monumentos e os acontecimentos da Praça não estavam no momento. Como não era sobre o passado que eu queria conversar, puxei assunto perguntando se ela já tinha visto alguém tomar banho no chafariz, que fica em frente a casa da administração, ela disse que é raro, mas acontece de pessoas em situação de rua utilizarem, entretanto precisam retirar quando vêm, pois a água não é própria para banho. Ainda comentou que na Praça Xavier Ferreira acontece mais, acredito que seja pelo fato de que na Tamandaré, o chafariz fica no meio de um lago e na Xavier Ferreira ele é uma fonte de mais fácil acesso.

Toquei nesse assunto com ela, pois há alguns dias atrás tinha conversado com um colega que caminhou pela cidade à noite e comentou sobre a quantidade de pessoas em situação de rua que encontrou pelo centro e, também, pela Praça Tamandaré. Lembro de uma conversa que tive, durante as ações do Projeto Geribanda em 2018, com o Sérgio, um rio-grandino morador da Praça que a conhece desde os 8 anos de idade quando já residia na mesma. Inicialmente ele e mais um pequeno grupo de garotos dormiam em cima do banheiro público. Contou que há mais ou menos 30 anos atrás também dormia embaixo dos leões, no monumento-túmulo de Bento Gonçalves, e que os militares da época tentavam os expulsar da Praça jogando no lago. Quando jovens, seu grupo comia os animais da Praça, assavam os coelhos e as galinhas, assim como os patos. Disse que muitos garotos desse grupo já estão mortos e que no momento dormia no coreto e estava vendendo balas de goma pela Praça e seus arredores. Um apontamento a ser feito é de que a rua, conforme Souza *et al.* (2021), pode ser considerada enquanto um palco de constantes conflitos, onde as relações de poder tornam-se evidentes, em especial, pelas disputas de tomada do espaço público que resultam em processos de gentrificação, exclusão e perpetuação de sistemas de privilégios. A partir dessa análise é possível de se viver, conceber, perceber e entender a rua e, também, a Praça Tamandaré de diferentes maneiras: para algumas pessoas ela é casa, cama (figura 42), sustento e criadora de laços, para outras ela é um simples

espaço de passagem que precisa estar desocupado e “limpo”.



Figura 42: Fotos de camas na Praça Tamandaré. Fonte: Célia Maria Pereira, março 2015.

As políticas públicas e de gestão da cidade não se direcionam para populações em situação de rua e suas relações. Como apontam Souza *et al.* (2021), o planejamento urbano reproduz a lógica capitalista de opressão e exclusão de pessoas em situações não normativas, sejam elas pelas formas de morar, pelas condições biológicas, físicas ou sociais. Nunca mais vi o Sérgio, mas vejo pela Praça Tamandaré, ainda mais na pandemia, muitas pessoas em situação de rua vendendo guloseimas, utilizando os bancos para descansar ou dormir e as torneiras para se lavarem. Foi mapeado, no estudo *População em Situação de Rua em Tempos de Pandemia: Um Levantamento de Medidas Municipais Emergenciais*, por meio de sites oficiais, as medidas de assistência adotadas pelas prefeituras das capitais do Nordeste e Sudeste<sup>44</sup> (SILVA; NATALINO; PINHEIRO, 2020). As ações mais reportadas envolveram o abrigo, a higiene e a alimentação. Todavia, apesar das ações emergenciais que as prefeituras estão realizando, o estudo alerta

<sup>44</sup> Das quais são: São Luís (MA), Teresina (PI), Fortaleza (CE), Natal (RN), João Pessoa (PB), Recife (PE), Maceió (AL), Aracaju (SE), Salvador (BA), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG) e Vitória (ES) (SILVA; NATALINO; PINHEIRO, 2020).

a “preocupação com os efeitos que a pandemia pode causar em termos do aumento do contingente da população em situação de rua, com a intensificação da desocupação e do desaquecimento econômico no curto e médio prazo” (SILVA; NATALINO; PINHEIRO, 2020, p. 17). Vale ressaltar que de março a julho de 2020, o site da Prefeitura do Rio Grande noticiou sobre a “Operação Acolhimento”, uma ação em conjunto com entidades, ONGs e Forças Armadas para abrigar e auxiliar as pessoas em situação de vulnerabilidade social durante a pandemia<sup>45</sup>.

Outro assunto que puxei com a senhora, foi o fato de encontrar muitas reclamações na internet sobre a Praça estar “suja e abandonada”, argumentei que não entendia o motivo, pois sempre via a Praça sendo limpa por funcionárias/os. A primeira resposta dela remeteu ao passado. O passado estava na ponta da língua! Ela disse “talvez tu não era nem nascida” e lembrou dos animais do mini zoológico, justificando que ao desativarem o mesmo, em 2017, muitas pessoas sentiram falta e passaram a conceber a Praça como um lugar triste.



Figura 43: Foto de um espaço do antigo mini zoo com três gaiolas ao fundo. Fonte: autora, janeiro 2019.

De fato, os espaços com as gaiolas que hospedavam os animais não são acessados pela comunidade, pois são cercados e trancados (figura 35). O lazer que a comunidade rio-grandina praticava naquela área, ao visitar o mini zoo, não existe

<sup>45</sup> Fonte: <https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/acao-transversal-possibilitara-o-acolhimento-de-pessoas-em-situacao-de-rua-no-centro-de-eventos/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

mais e nem por outro foi substituído, fazendo com que seja um espaço utilizado somente para passagem atualmente, sem a permanência de pessoas durante o dia. Outro problema que ela relatou em sua fala, foi a dificuldade de lidar com a manutenção do lago e da vegetação e de conseguir recursos financeiros para fazer reparos e obras no espaço. Todas essas questões levantadas por ela estão ligadas com as pautas do projeto de revitalização. As ações para revitalizar a Praça foram justificadas nas ideias de fazer com que a comunidade **volte** a usufruir o espaço e dar **mais** visibilidade aos aspectos históricos da cidade. Conforme as falas do secretário de Controle de Serviços Urbanos na Audiência Pública na época:

Temos um **resgate histórico** e um desafio de uma dívida, não é de agora, é uma dívida que vem se perpetuando no tempo com a Praça Tamandaré, e há uma definição por parte do Governo Municipal do Prefeito Alexandre e do Vice Renatinho de nós buscarmos soluções **para colocar novamente a praça a serviço da comunidade**, ela tem que ser um espaço de convivência, um espaço de lazer, um espaço em que a comunidade se sinta segura, que **a comunidade possa usufruir** da praça como um bem que ela representa hoje, que é um campo ambiental, que é no campo das relações sociais, que é no campo lazer ou do próprio turismo (RIO GRANDE, ATA Nº. 012/2017, grifo meu).

Sobre a visibilidade aos aspectos históricos da cidade e da Praça:

nós temos uma riqueza de detalhes da praça muito grande, ela precisa ser valorizada o processo de construção pelos **arquitetos** ele obedeceu a uma questão histórica da praça, ele obedeceu **ao motivo de seu nascedouro**, ele levou em conta o histórico e a história que a praça foi construída e tem muitos protagonistas que usam esse espaço e, portanto, nós temos que discutir sim como ele vai ser melhor aproveitado, a ideia é que a gente comesse e não pare (RIO GRANDE, ATA Nº. 012/2017, grifo meu).

Qual seria o “motivo do seu nascedouro” e esse “resgate histórico”? Uma das respostas estava na proposta de realocar o monumento em homenagem ao Almirante Tamandaré para um local de maior visibilidade, já que a Praça Tamandaré “nasceu” quando ganhou este nome em 1865. Ademais, outro marco considerado histórico foi o momento em que a Tamandaré passou a abrigar, em 1909, os restos mortais do líder farroupilha General Bento Gonçalves da Silva em um monumento-túmulo. Essa conquista até hoje é comemorada e enaltecida por algumas pessoas, como percebi ao caminhar pela Praça e encontrar flores no monumento em baixo dos leões (figura 44). Neste contexto, vemos políticas públicas que se apegam no passado e utilizam de uma narrativa saudosista para reafirmar os processos de higienização e gentrificação.



Figura 44: Guirlanda de flores colocada no monumento-túmulo da Praça Tamandaré. Fonte: autora, junho 2021.

Entretanto, dos outros lados têm dois pixos que nos mostram que o monumento é, também, questionado por parte da comunidade rio-grandina: um escrito “fascista” junto ao nome de Bento Gonçalves (figura 45) e o outro escrito “burguesia pague minha passagem” (figura 46) – que hoje está R\$4,35 por sinal! Rafael de Abreu e Souza (2013, p. 151), ao levantar discussões sobre as pixações a partir da Arqueologia Urbana, salienta que estas, “como expressão que deixa marcas materiais na paisagem e que, na verdade, torna-se a própria paisagem urbana”, são um forte indicativo das materializações de uma série de conflitos que coexistem na cidade moderna, testemunhando práticas de experimentação da vida cotidiana.



Figura 45: Pixo “fascista” no monumento-túmulo da Praça Tamandaré. Fonte: autora, julho 2020.

Uma vez que as pessoas procuram deixar rastros de si mesmas (SOUZA, 2013), existem outras marcas materiais de expressão que foram depositadas pela Praça Tamandaré, fazendo com que o uso do espaço seja, mais uma vez, ressignificado por quem o ocupa. Tentar limpar essas marcas sempre é a alternativa da administração pública, afinal as pixações não são vistas como formas de expressão, mas com como vandalismo e depredação. Tanto que a Comissão de **Preservação, Salvaguarda e Valorização** do Monumento Túmulo do Presidente da República Riograndense General Bento Gonçalves da Silva foi criada para fazer jus ao seu extenso nome. Segundo Rafael (2013), a exclusão e silenciamento desta materialidade reafirma a segregação de determinados grupos sociais e a produção de memórias oprimidas. Fica a cargo de uma Arqueologia feita com a cidade compreender a mesma com sua paisagem em constante transformação, pensando criticamente as noções vigentes de patrimônio e, no caso da Praça, de sítio arqueológico.



Figura 46: Pixo “burguesia pague minha passagem” no monumento-túmulo da Praça Tamandaré.  
Fonte: autora, julho 2020.

É perceptível que, para as pessoas que construíram o projeto de revitalização, a Praça “nasceu” ao contar histórias de homens que “venceram”, o que me remete uma frase dita no filme *Uma história de amor e fúria*: “Meus heróis nunca viraram estátua, morreram lutando contra quem virou”. Não foram mencionadas as histórias da antiga Geribanda, que representam pessoas negras, pobres e subalternizadas, além de não abarcar demandas de pessoas que utilizam a Praça hoje. Concordo com Garcia (2018, p. 42) ao entender que “a cidade é narrada como consequência de um tempo histórico específico, que dá ênfase as elites e coloca as culturas marginalizadas em papel figurativo”, dos quais as ciências humanas e sociais se encarregaram de problematizar juntamente com esses mesmos indivíduos. Vale ressaltar a fala, ainda na Audiência Pública, de uma única Vereadora que sugeriu para que houvesse diálogo com as pessoas que hoje ocupam aquele espaço, destacando que a Praça é de todas e todos e que deve ser ocupada com respeito e diálogo.

Sobre revitalizar espaços públicos: a própria palavra “revitalização”, que significa “dar nova vida” e “tornar novamente propício à utilização”<sup>46</sup>, remete a ideia

<sup>46</sup> AMORA, Antônio Soares. Minidicionário Soares Amora língua portuguesa. São Paulo: Saraiva, 2014.

de reviver um lugar que morreu ou está abandonado, abrindo precedentes para o processo de gentrificação ou enobrecimento do espaço. Estes, consistem

em um tipo específico de intervenção urbana que altera a paisagem urbana por meio da acentuação ou da transformação arquitetônica com forte apelo visual, adequando a nova paisagem às demandas de valorização imobiliária, de segurança, ordenamento e limpeza urbana voltadas ao uso ou à reapropriação por parte das classes médias e altas, que resulta em espaços com forte inflexão segregacionista mediante demarcações socioespaciais que fomentam a fragmentação do espaço em diferentes lugares (LEITE, 2009 *apud* LEITE, 2010, p. 75).

As intervenções urbanas pensadas para a Praça, pautadas no direito ao lazer dos cidadãos, não estão alinhadas com as demandas dos grupos que transitam, frequentam e habitam ela diariamente, desconsiderando o direito à cidade de diferentes grupos. Sobre o comércio ambulante, por exemplo, a alternativa é extingui-lo daquele espaço. O que não seria uma novidade. O comércio ambulante, abrangendo comerciantes fixos, não fixos, formais e informais, é uma característica forte na Praça desde a década de 1980. Segundo Cram (1996), em 1996 existiam 247 pessoas licenciadas pela Prefeitura Municipal para exporem suas mercadorias na Praça, mais conhecidas como “camelôs”. Também existiam outros pontos de serviços, por exemplo: engraxate, sapateiro, barbeiro, fotógrafo, carrocinhas de pipoca e guloseimas, como hoje. Os camelôs (figura 46) foram removidos da Praça para um espaço construído na Rua Val Porto, o Camelódromo, afastado do centro comercial da cidade.



Figura 47: Camelôs na Praça Tamandaré em 1997. Fonte: Fotografia cedida por Nadine Silva.

A cidade entendida, segundo Faria (2009), como um organismo vivo e dinâmico está sempre pronta para transformações. Para o autor, o processo de globalização, que se fortaleceu no final do século 20, alterou as relações urbanas, uma vez que a informação e a reprodução do capital ficaram bem mais velozes, mudando radicalmente as funções e identidade urbana. As praças localizadas dentro ou próximas do centro da cidade, por exemplo, foram sendo ocupadas para fins que não se limitaram ao lazer e recreação. No caso da Tamandaré, isso acontece, principalmente, quando ela se torna um potente ponto comercial, devido aos terminais do transporte urbano que promoveram um fluxo constante de pessoas, causando mudanças na sua forma de utilização. Sendo assim, é possível compreender que a utilização e a reinvenção do espaço por consumidoras/es alteram o seu uso e o seu sentido (DE CERTEAU, 2003). O comércio popular não se revela como algo transitório e atende, principalmente, a população que utiliza cotidianamente a Praça como espaço de passagem. Neste sentido, fica evidente que os órgãos públicos não levam em conta os usos da Praça, tanto no passado quanto no presente, e ignora completamente a sua potencialidade enquanto um lugar vivo, utilizado e ativo que faz parte do cotidiano de muitas trabalhadoras e trabalhadores. O imaginário de um espaço bucólico, que reflete a ideia de que cidade se quer, desconsidera os movimentos e as dinâmicas que se expressam e se

materializam na Praça Tamandaré.

Outra proposta de revitalização, na Audiência Pública, foi a remoção de todos os canteiros de taquaras da Praça, que já vimos serem importantes para os povos de matriz africana e para a comunidade local. Entretanto, conversando com a senhora que trabalha no escritório da administração, ela relatou que não podem mexer na vegetação nativa e deu o exemplo específico dos **bambus**. Fiquei surpresa! Não sabia que tinham descoberto que os bambus são nativos. Continuo crendo que nossa intervenção nas taquaras, em 2018, rendeu estudos e reflexões sobre a permanência dos canteiros de taquaras. E não é que eles vão ficar? Ela comentou que por falta de conhecimento já foram feitas muitas “coisas erradas”, como manter os animais no mini zoo e remover plantas nativas (um canteiro de taquaras foi removido para a criação de um recanto, por exemplo), mas que com a ajuda de estudos, e exemplificou a universidade, estão podendo melhorar em suas ações e projetos.

A segunda resposta dela sobre o sentimento que a população tem de a Praça estar abandonada, voltou-se para o contexto pandêmico. Disse que o fato de não ter crianças brincando na pracinha e não poder promoverem festividades, como o “Baile dos Idosos”, a “Banda na Praça” e as atividades durante o Natal e a Páscoa, fazem com que fique um espaço triste. “A pandemia entristece”, ela disse.

Ao seguir perambulando pela Praça, percebi que a rádio não estava funcionando como de costume, ao questionar o motivo para uma senhora que trabalha na Casa do Artesanato, soube que o senhor que trabalha ali está doente e faz tempo que não vai para a rádio, que fica na própria Praça. Então ela estava mais “silenciosa”, com os barulhos da natureza mais aguçados, até que encontrei uma televisão ligada no jornal do meio dia (figura 47).



Figura 48: Foto da televisão próxima a um trailer de comida. Fonte: autora, junho 2021.

A televisão estava junto a uma carrocinha de comida para que clientes pudessem assistir. Quando comprei uma água questionei o senhor que atendia na carrocinha sobre a TV, ele disse que gosta de usá-la porque chega às 6 horas da manhã para trabalhar. “Para quem o senhor vende tão cedo?” perguntei. Ele respondeu que vende para quem pega a lancha cedo para trabalhar na cidade vizinha, São José do Norte, e para quem trabalha no hospital e faz a troca de turno no primeiro horário da manhã. Sentei para assistir televisão nas cadeiras e mesas de plástico que ficam em volta das carrocinhas (figura 48) e ele foi conversar comigo, disse que trabalhava há 43 anos na Praça e que não trocava isso por nada, pois amava o que fazia. Comentei que meu tio Oreste trabalhou anos com uma carrocinha ali, ele disse que o conhecia e ainda lembrou que minhas primas vendiam passagens de ônibus nas paradas.



Figura 49: Foto de uma carrocinha/trailer de comida com mesa ao redor. Fonte: autora, junho 2021.

Pude observar algumas das pessoas que utilizam esses espaços de alimentação, que hoje eram onze espalhados pelo entorno da Praça, próximos aos terminais de ônibus. Além das próprias pessoas que trabalham na Praça, como imigrantes e funcionários/as do transporte urbano, e nos seus arredores, como mototaxistas, reparei que é comum a presença de pessoas negras, na maioria mulheres e crianças, consumindo nestes estabelecimentos.

Fui tomar café com leite e comer risole na lancheria Tia Vera na abrigolândia, a fim de me aproximar mais daquele espaço. O antigo terminal de bondes é atualmente chamado de abrigolândia e fica próximo ao banheiro público, a casinha de funcionários/as do transporte urbano, ao gazebo, a uma barbearia e a um estúdio de fotografia 3x4. Nas dependências da abrigolândia funcionam duas lancherias e uma tabacaria, com alguns espaços vazios, que antes da pandemia funcionavam uma barbearia e uma sorveteria. Ao ser frequentemente ocupado por homens, faz com que não seja um lugar que eu me sinta confortável de passar muito tempo. Quaisquer cinco minutos que fico parada, vejo as pessoas que permanecem naquele espaço me observando, parece que todas se conhecem e eu sou a

estranha (o que é verdade!), tanto que não tenho registros fotográficos que mostrem essa movimentação que expliquei acima.



Figura 50: Foto da abrigolândia na Praça Tamandaré. Fonte: autora, junho 2021.

Depois do café, fui até o brechó para garimpar roupas e conversar com a moça que trabalha ali há oito anos. A prática de comercializar roupas usadas para fins beneficentes acontece na Praça Tamandaré há mais de dez anos. Com a pandemia, ela ficou oito meses sem ir para Praça, pois a Prefeitura Municipal comprometeu-se em ajudar com cestas básicas para as famílias que ela e o marido atendem com o brechó beneficente (figura 50). Um dos assuntos que queria conversar com ela, era sobre suas relações com os imigrantes africanos e suas bancas que ficam próximas ao brechó, pois sempre os via conversando. Ela contou sobre a amizade que criou com, praticamente, todos que trabalham ou já trabalharam ali. Me mostrou fotos e vídeos das festas mulçumanas que ela e o marido são convidados para ir e também me contou que está aprendendo a língua africana uolofe com os imigrantes, na mesma medida em que ensina o português

quando alguém pede ajuda.



Figura 51: Foto do brechó beneficente por dentro. Fonte: autora, junho 2021.

Quando comentei sobre algumas pessoas criticarem a permanência dos imigrantes na Praça, ela respondeu que é porque as pessoas são preconceituosas e não veem que eles precisam trabalhar para sustentar suas famílias que estão longe. É comum esbarrar por comentários nas redes sociais pautados em racismo e xenofobia que mostram rio-grandinos reivindicando o espaço da Praça para uso de camelôs locais e não estrangeiros, como esse:

- R. C.: “O que vejo na Praça Tamandaré são seus corredores e espaços OCUPADOS por vendedores com suas bancas e tapetes, cheios de produtos com procedência desconhecida, esparramados pelo caminho, mesmo durante a pandemia onde o camelódromo estava fechado. E olha que os camelôs LOCAIS foram literalmente "EXPULSOS" da praça e os trailers de lanches "CORRIDOS" das ruas por OCUPAREM INDEVIDAMENTE O ESPAÇO

PUBLICO. Antes que venham de mimimi (se gostasse adotava um gato gago) ESTA É MINHA OPINIÃO RESPEITE. Antes de adorarmos os de "fora" temos que ajudar os nossos.”

Já tramita no executivo e no legislativo municipal a construção de um novo Camelódromo, próximo ao existente, para alocar imigrantes africanos/as que estão espalhados pelo centro da cidade com suas bancas de mercadorias. O que vemos aqui, é uma cidade formal e planejada que nem sempre dialoga com uma cidade em movimento, ou vivida (SILVEIRA, 2020), que desconsidera as barracas de camelôs, mas valoriza um monumento-túmulo ou um busto qualquer do passado. Na perspectiva de Agier (2011, p. 38),

cidade vivida, cidade sentida, cidade e processo... Trata-se de uma interrogação que diz respeito aos cidadãos e à sua experiência de cidades. A cidade já não é considerada “uma coisa” que eu possa ver nem “um objeto” que eu possa apreender como totalidade. Ela transforma-se num todo decomposto, um holograma perceptível, “apreensível” e vivido em situação.

Me pego pensando como que novos grupos se organizarão para **continuar** preenchendo e habitando os espaços da Praça, assim que esse processo de realocação e exclusão acontecer... Utilizar a Praça como um local de trabalho não é uma função cogitada e nem respeitada pelas políticas públicas. Para exemplificar, trago uma experiência que tivemos com a Secretaria de Município do Meio Ambiente (SMMA). Nós nos aproximamos dela quando fizemos as intervenções nas taquaras. Luís, secretário-adjunto na época, já queria nos conhecer, pois soube da ação que fizemos através de telefonemas que recebeu de pessoas que queriam explicações sobre a retirada das taquaras. No encontro, tivemos acesso as respostas de um questionário que a SMMA aplicou para mais ou menos 100 pessoas na própria Praça. Uma questão era: “Como você faz uso da Praça?” e as alternativas “( ) Para descanso e lazer ( ) Para mobilidade ( ) Para esperar transporte público ( ) Todas as alternativas”. Sete pessoas adicionaram mais um item “( ) **trabalho**” e o marcaram.

Evidenciar as injustiças do passado é um pouco mais fácil do que lidar com os mesmos acontecimentos no presente. A ocupação da Praça pela população imigrante vendendo suas mercadorias é indesejada, demonstrando atitudes xenofóbicas e racistas por parte da população. Em outubro de 2020, compartilhamos

nas redes sociais do Projeto Geribanda um vídeo do Coreto em *Time-lapse*. Queríamos que as pessoas reparassem no movimento e fluidez daquele lugar. Para isso, perguntamos na descrição da publicação “Algo te chamou atenção nessa correria toda? Como você utiliza esse espaço? O que ele significa pra ti?”. Vale ressaltar que, em todo caso, ao propormos diálogos com a comunidade nas redes sociais, seguimos a abordagem de Freire e Faundez (1998) pautada na pedagogia da pergunta, através de propostas de reflexão sobre a Praça Tamandaré no presente e de perguntas que instiguem as pessoas a contarem suas próprias histórias, possibilitando a identificação com aquele lugar.

Tivemos as seguintes respostas:

- H. H.: “Deveriam trocar o nome e passar para Largo dos Muambeiros.”
- “Já foi coreto para as crianças se divertirem, por motivo das autoridades desta cidade, agora é camelódromo [...] está cheio de mercadoria dos nigerianos, tomaram conta.”
- H. F.: “Agora serve para a cachorrada da cidade tomar sol, a praça está atirada.”
- C. C. S.: “Atirado as traças.”
- N. F.: “Voltou a ser camelódromo, sem pagar alvará.”
- C. D. T.: “O que mais me chamou a atenção foi o rapaz sentado trabalhando e ninguém parou para comprar nada e nem ele se levantou para se alimentar, será que naquele dia ele comeu algo?”
- H. S. Z.: “Acabaram com a praça, tiraram mini zoológico agora virou camelódromo novamente.”
- S. G.: “Para mim não significa absolutamente NADA *aff*.”
- Dora Assumpção: “Adoro esse coreto, me traz boas lembranças de criança, quando eu adorava pedir para mãe subir correndo as escadas, e lá de cima escolher em qual lado descer. E... Ela ficava lá embaixo nos esperando, que saudades, lembro que tinha um homem que vendia remédios ali embaixo, acho que esse espaço poderia depois da pandemia se revitalizar, fazer shows ao ar livre, sei lá... Lugar lindo.”

Em outro momento, anteriormente a essa publicação, recebemos algumas

fotografias de uma moça em que mostra os camelôs no Coreto em 1997 (figura 46). Ainda não tínhamos visto um registro tão interessante. Geralmente as pessoas sobem no Coreto para serem fotografadas de baixo para cima, mas nesse caso quem tirou a foto subiu no Coreto e registrou a família com os camelôs atrás, como quem tinha intenção de registrar, também, o cenário ao fundo. Quando compartilhamos essas fotos nas nossas redes sociais, mais uma vez estávamos diante da nostalgia, sem nenhum tipo de ataque àquelas pessoas que estavam trabalhando no fundo da foto. Dos comentários:

- “Passou um filme... dava uma trabalhadeira subir o carrinho pelo cordão da calçada numa época que nem se cogitava rampas de acessibilidade, montar banca e desmontar banca... todos se ajudavam, uns dependiam dos outros pra conseguir ir rapidinho no banheiro ou pra pedir troco. Fiz muitos, muitos amigos da cidade toda que passavam pela banca de mel todos os dias. Foi ali que eu aprendi a atender e entender o público... amei demais essa lembrança.”
- A. H.: “Saudades. Ganhamos bastante dinheiro trabalhando aí.”
- A. T.: “Uma dessas barracas era a minha. Tempo em que se vivia desse comércio. Hoje os camelôs quanto muito sobrevivem.”
- D. V.: “Em 2000 eu vendia mel na banca na frente da CRT. Foi meu primeiro trabalho e muito importante pra minha vida toda.”
- R. M.: “A praça era mais alegre com as barraquinhas.”

Por que imigrantes africanos, quanto utilizam a Praça Tamandaré da mesma forma que a população local, montando sistematicamente suas bancas de mercadorias, são vistos como indesejados? Por que pessoas em situação de rua são jogadas no lago? Por que a população negra não tem seu direito à memória pautado nas políticas públicas de revitalização? Quem tem o direito de estar ali na Praça? Uma vez que “fazer-cidade” atua como motor de reivindicação do direito à cidade segundo seus próprios termos (SILVEIRA, 2020), pertencer à Praça Tamandaré significa reivindicar aquele espaço enquanto legítimo para trabalhar, morar e habitar.

### 3.1 Manifestando e pesquisando #EmCasa em tempos de pandemia: manifesto-exposição

Para dar acesso à população aos trabalhos arqueológicos realizados com a Praça Tamandaré, trago o último manifesto: uma exposição arqueológica virtual que reflete sobre todo o contexto apresentado acima. Diversos materiais arqueológicos foram encontrados nas escavações, expô-los na própria Praça Tamandaré e ouvir o que as pessoas tinham a dizer sobre eles fazia parte de um dos objetivos desta pesquisa antes da pandemia. Até que diversos museus começaram a expor suas obras nas plataformas digitais como alternativa de acesso à cultura e educação, bem como um incentivo para a permanência das pessoas dentro de suas residências. Não demorou muito para que o mundo virtual se tornasse o maior (e quase único) meio de realizar encontros, eventos, reuniões, aulas, compras e até os passeios culturais. É o exemplo do Museu Frida Kahlo, no México que disponibilizou um tour virtual pela Casa Azul em que a artista latino-americana viveu e desenvolveu seu trabalho. O tour se inicia no jardim e podemos caminhar virtualmente pela casa e conhecer suas salas de exposição. Você pode acessá-lo pelo hiperlink: [Tour Virtual – Museu Frida Kahlo](#) (acesso em: 20 jun. 2021).

Trago duas exposições, em particular, que se apresentaram como formas de fazer ciência, ensino, pesquisa e extensão em tempos de pandemia. O projeto de pesquisa *Margens: Grupos em Processos de Exclusão e suas Formas de Habitar Pelotas*, em parceria com o Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, produziu a exposição digital *Patrimônios Invisibilizados: Para além dos Casarões, Quindins e Charqueadas*. Alusiva às comemorações do Dia do Patrimônio em Pelotas/RS, a comunidade estava em contato com outros patrimônios que muitas vezes não são reconhecidos e valorizados. Estes, pertencem às comunidades negras, de periferia, às trabalhadoras femininas, à comunidade LGBTQIA+ e aos povos de matriz africana. A exposição é resultado de ações realizadas junto à essas comunidades, produzida em uma construção coletiva de conhecimentos e de narrativas sobre os patrimônios, o habitar a cidade, sobre resistir e existir nesse contínuo processo de fazer-cidade (AGIER, 2015). Acesse pelo hiperlink: [Exposição Digital Patrimônios Invisibilizados – Margens](#) (acesso em: 20 jun. 2021).

Uma outra exposição em parceria com o Museu Histórico da Bibliotheca

Pública Pelotense, contou, através de objetos que estão carregados de memórias e sentimentos de afeto, sobre as narrativas operárias de uma antiga fábrica de tecidos de lã em Rio Grande, a Fábrica Rheingantz. Em um primeiro momento, a comunidade foi convocada para enviar fotografias dos objetos que tinham em casa relacionados à fábrica juntamente com sua história. Foram cobertores, casacos, mantas, ponchos, carretéis e carteiras de trabalho que, expostos virtualmente, valorizaram vivências operárias de pessoas que construíram sua relação com a fábrica a partir do trabalho. A partir desse trabalho arqueológico, o Museu da Fábrica Rheingantz que está sendo pensado pela iniciativa privada, em parceria com a FURG, abarcará, sobretudo, as narrativas dessas pessoas que construíram o cotidiano da fábrica. Acesse pelo hiperlink: [Exposição Arqueológica Digital – Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense](#) (acesso em: 20 jun. 2021).

Sendo assim, através destas exposições que evidenciaram a materialidade e as narrativas de alguns grupos invisibilizados e/ou em processos de exclusão na cidade, não privilegiando a história dos homens brancos da elite, elaborei, juntamente com o Projeto Geribanda, a *Exposição Arqueológica Virtual Um lugar chamado Geribanda*. O planejamento e criação da exposição se deu através de reuniões online com a equipe do projeto entre os meses de maio a julho de 2020. Nós decidimos que a base dessa ação seriam os materiais arqueológicos da escavação e que, a partir deles, evidenciaríamos a história da antiga Geribanda e problematizaríamos a atual Praça Tamandaré (como sempre!). Ademais, percorreríamos sobre a atuação da Arqueologia na Praça e na interpretação de seus cotidianos.

Em nenhuma circunstância queríamos descrever o material arqueológico como se estivéssemos analisando-o em laboratório. O que aflorava em nós propendia, como de costume, um viés artístico e poético. Para reunir e escolher o conteúdo exposto recorreremos aos acervos digitais do *Liber Studium* e do Projeto Geribanda que podiam ser acessados virtualmente. Optamos por a exposição ser armazenada em uma plataforma online e gratuita de criação de site (Wix.com), pois já tínhamos experiência com a mesma. Acreditávamos que um site facilitaria a navegação pelas informações, que seriam apresentadas em forma de texto e fotografias/imagens. Além de texto e imagem, nós optamos por disponibilizar o conteúdo escrito em formato de áudio, pensando na acessibilidade para quem tem

dificuldades de ler ou enxergar. Também queríamos que os textos e os questionamentos fossem escritos em uma linguagem acessível, que contemplasse os mais diversos públicos que visitassem o site.

Da criação: o título *Um lugar chamado Geribanda* foi inspirado no relato de Saint-Hilaire (ver página 11), onde ele conta que atrás da cidade, entre morros de areia, estava a Geribanda. Para o logotipo, uma colagem digital<sup>47</sup> feita pela colagista Gabriela Pecantet Siqueira<sup>48</sup>, optamos por um elemento da Praça Tamandaré que é marcante e significativo para pessoas que a utilizam e para a comunidade em geral: o Coreto. Este, é palco de diversas manifestações artísticas, culturais, políticas e cotidianas, marcando, também, a infância de muitas crianças cidadinas. Em particular, fez parte da minha trajetória enquanto mulher e feminista, dia 29 de setembro de 2018, ao participar do movimento Mulheres Unidas Contra Bolsonaro. Esse movimento, que se deu em âmbito nacional, foi a síntese da resistência de mulheres contra um projeto fascista de governo, contra aquilo que ele representava e que hoje consolida com a sua política genocida e ultraliberal de extrema-direita. Neste dia, saber onde eu estava e o que aquele lugar representava tornava tudo mais intenso e especial, até que, para minha surpresa, ouvi contarem a história da Geribanda pelo microfone. A professora Beatriz Thiesen tinha enviado sua contribuição ao ato em forma de texto, que foi lido pela organizadora do movimento em Rio Grande. Foi lindo!

Começamos a montar um esboço coletivamente através da plataforma Google Docs, no Google Drive, e depois de pronto iniciamos a montagem da exposição virtual. Sempre que visualizávamos a disposição do conteúdo no site, imaginávamos um modelo de *layout* simples de ser navegado e que comportasse todas as informações principais na mesma página, a inicial. A página inicial pode ser acessada através do link: <https://projetoGeribanda.wixsite.com/expovirtual> (acesso em: 25 out. 2020). A primeira parte da página inicial é a apresentação da exposição, onde é possível ver o cabeçalho com as abas, seguido do logotipo, título e texto. As

---

<sup>47</sup> A colagem é uma técnica das artes visuais que consiste na utilização de recortes, fragmentos ou pedaços de figuras, papéis, entre outros materiais, para composição de outra imagem. Além disso, pode ser feita tanto de forma manual como digital. Considero uma das técnicas mais democráticas das artes, já que não exige aprendizado de métodos complexos ou materiais caros. (PECANTET *apud* MARGENS, 2020).

<sup>48</sup> Gabriela é bacharela em Direito, graduanda em Antropologia e mestranda em Sociologia pela UFPel. Integrante do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos.

figuras abaixo demonstram como podemos visualizar o site da exposição através de um computador.

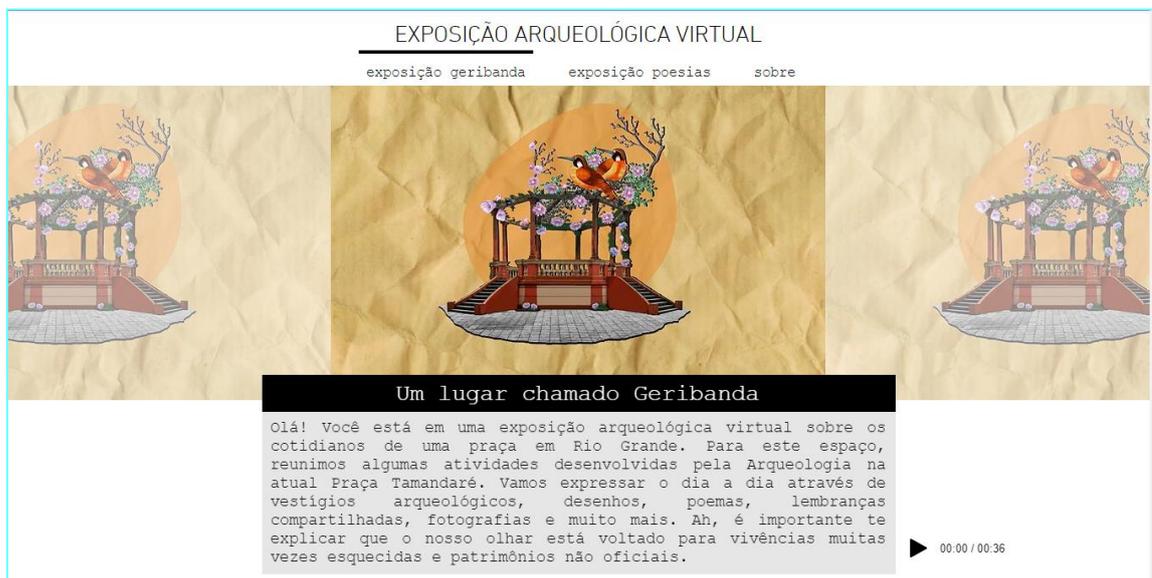


Figura 52: Captura de tela da página inicial do site com a apresentação da exposição. Fonte: autora, outubro 2020.

Nossa intenção com o texto de apresentação foi explicar que o objetivo da exposição é falar sobre os cotidianos invisibilizados da Praça através da Arqueologia. A segunda parte é a maior, onde estão os conteúdos separados em alguns tópicos, seguindo a seguinte linha de raciocínio:



Figura 53: Tópico 1 da exposição. Fonte: autora, outubro 2020.

Conforme a figura acima, iniciamos apresentando a cidade de Rio Grande, onde fica a Praça Tamandaré, como a mais antiga do estado do Rio Grande do Sul, logo com muitas histórias para contar. Aproveitamos para dizer a quantidade de sítios arqueológicos que existem aqui registrados pelo IPHAN através do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, pois, provavelmente, é um dado compartilhado somente entre a comunidade acadêmica. A foto escolhida foi um registro meu, dentro de um edifício que tem essa vista da inserção da Praça no centro da cidade com a Lagoa dos Patos ao fundo.



Figura 54: Tópico 2 da exposição. Fonte: autora, outubro, 2020.

No tópico seguinte apresentamos a Praça, tema principal da exposição, a partir de seus diferentes usos e funções. Para representar isso, escolhemos uma foto de um senhor que tirou seus sapatos e se acomodou no banco da Praça para descansar, uma da manifestação do dia 29 de setembro de 2020 e uma de imigrantes africanos assistindo uma partida de futebol do Senegal na copa do mundo de 2018. O tópico 3 é sobre o início do trabalho arqueológico na Praça Tamandaré e seus resultados. Falamos sobre o contexto em que ele se insere, com a paralização de uma obra pública, e as fotos representam duas atividades do trabalho de campo, a escavação e a higienização dos materiais no laboratório temporário. Também escolhemos uma foto do banner informativo sendo lido por

duas pessoas que trabalham na limpeza e manutenção da Praça. Em seguida, colocamos as fotos de alguns materiais encontrados na escavação, conforme a figura abaixo.

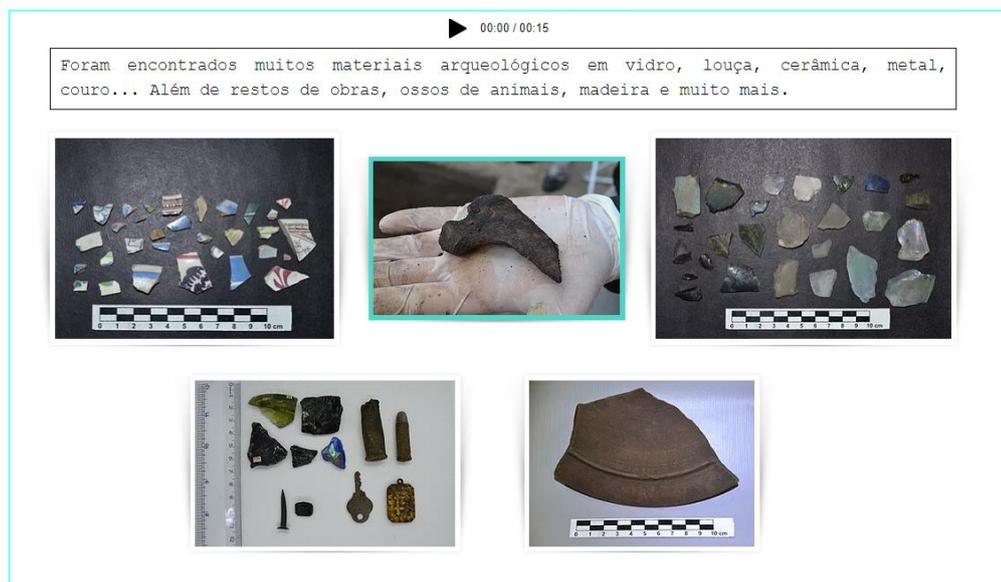


Figura 55: Parte do tópico 3 em que mostra os objetos encontrados na escavação. Fonte: autora, outubro 2020.

Depois de mostrar alguns objetos, nós nos aprofundamos em algumas descobertas e interpretações da materialidade que foram feitas ao longo da pesquisa arqueológica que nos remetem à Praça da Geribanda. Para isso, nós contamos o que foi a antiga Geribanda e quem a frequentava e decidimos representar isso com uma colagem digital.

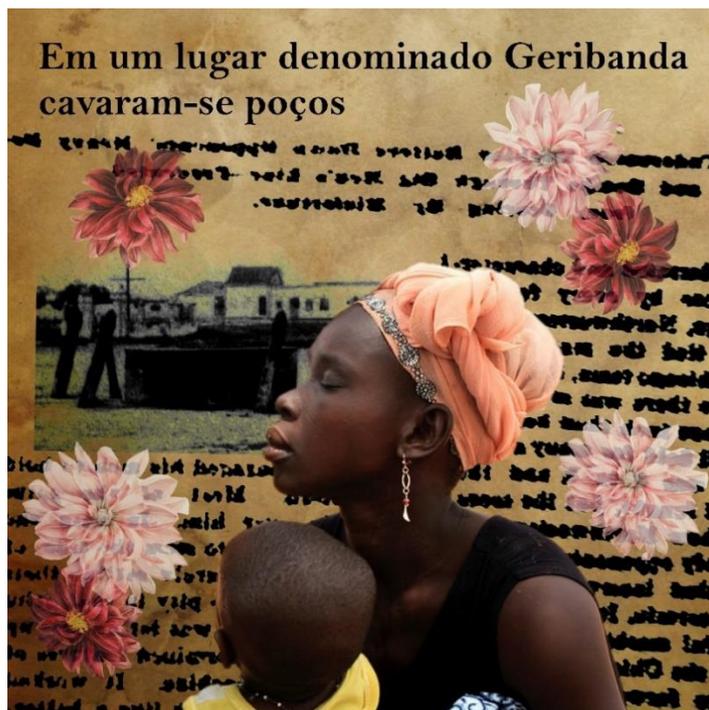


Figura 56: Colagem digital representando a Geribanda. Fonte: Gabriela Pecantet Siqueira, julho 2020.

Na colagem, está presente a narrativa da Praça da Geribanda antes dos processos de embelezamento e higienização, a partir de uma frase do relato de Saint-Hilaire (ver página 11), da foto do poço e da figura de uma mulher negra segurando uma criança no colo, representando as lavadeiras da Geribanda.

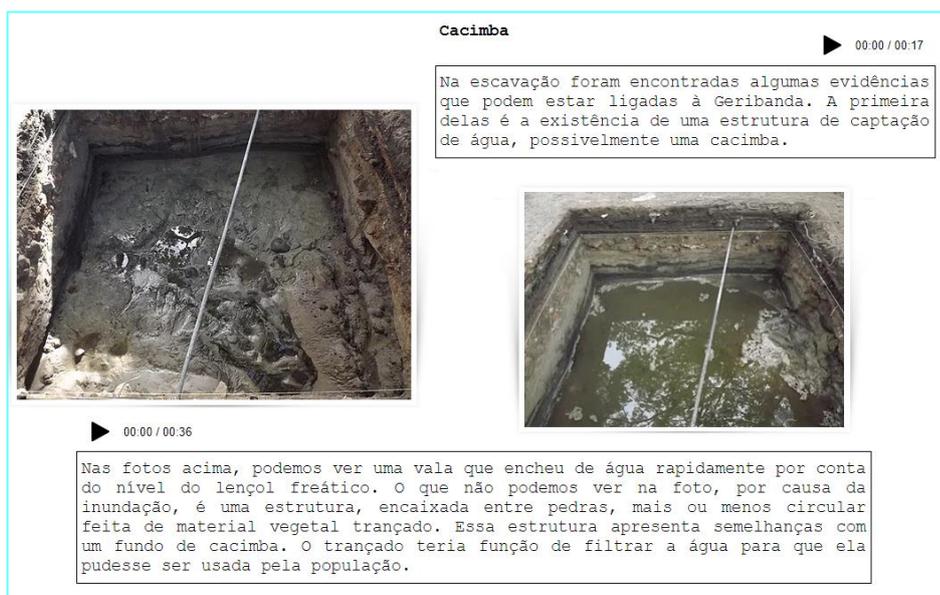


Figura 57: Parte do tópico 3 com a possível cacimba. Fonte: autora, outubro 2020.

Em seguida, trouxemos a descoberta de uma possível estrutura de captação de água, que inundou rapidamente por conta do nível do lençol freático. Usamos duas fotos, a da esquerda mostrar uma vala atravessando a unidade escavada, onde, segundo Thiesen (2015), próximo ao centro da área, foi encontrado uma estrutura mais ou menos circular feita de material vegetal trançado encaixada entre pedras. Para a autora, o trançado teria por função filtrar a água, impedindo os sedimentos de entrar na estrutura mantendo a água limpa. A foto da direita mostra o mesmo local inundado instantes depois. Outra interpretação que apontamos foram os ossos com marca de corte para a retirada de tutano e os vidros lascados na própria Geribanda, ambos podem ser associados às pessoas escravizadas. Também explicamos brevemente o que é o lascamento, pois estávamos trazendo um termo trabalhado na ciência arqueológica que poderia ser desconhecido pela comunidade em geral.



Figura 58: Parte do tópico 3 com materiais arqueológicos. Fonte: autora, outubro 2020.

No tópico 4 contamos a atuação dos povos de matriz africana na Praça através da quartinha, um vestígio encontrado nas escavações. As quartinhas são

jarros com tampas feitos de barro ou porcelana usados para transportar água. Para as religiões de matriz africana, são usadas para oferecer água aos orixás. Também salientamos que essas religiões seguem praticando ali suas atividades, não pertencendo somente ao passado. Para ilustrar a quartinha inteira, pedi para que minha irmã desenhasse uma com um modelo da internet, pois o fragmento que encontramos representava somente a tampa. Também explicamos que, no presente, podemos ver oferendas nos canteiros de taquaras para Iansã/Oyá. Para exemplificar essa associação, escolhemos expor uma foto da Iansã no bambuzal ao lado da foto do corredor de taquaras, bem como a foto de uma oferenda nas taquaras.

Religiões de matriz africana

A Praça Tamandaré sempre foi um lugar de importância para as comunidades negras. Foi o que nos mostrou a escavação arqueológica. Na Praça, foram encontrados vestígios dessa presença negra. Inclui alguns dos objetos que encontramos poderiam estar ligados às religiões de matriz africana, como a quartinha. As quartinhas são jarros feitos de barro usadas para transportar água. Nas religiões de matriz africana as quartinhas tem uma grande importância. Elas são essenciais na iniciação de um filho de religião, pois nelas é oferecida água ao orixá. Já que na Geribanda havia diversos poços de armazenamento de água, além da cacimba encontrada na escavação, a quartinha poderia ter servido para este fim. Tal como as pessoas escravizadas faziam no passado, hoje as comunidades de Terreiro seguem cultuando seus orixás.

Quando caminhamos pela Praça Tamandaré, encontramos oferendas que são colocadas junto às taquaras para Iansã/Oyá (orixá que está associado ao bambuzal). Afinal, segundo Jean Piraine da Nação Jeje, o bambu é uma das poucas árvores que se mantém de pé diante da fúria de Iansã, senhora dos ventos e das tempestades.

▶ 00:00 / 01:35




Figura 59: Parte do tópico 4 da exposição com a quartinha. Fonte: autora, outubro, 2020.

No tópico seguinte, apresentamos um dos temas que mais chamam a atenção, pois ele está diretamente ligado com grande parte da comunidade rio-grandina: a infância na Praça Tamandaré. Geralmente, quando conversamos com alguém na própria Praça ou pelas redes sociais, percebemos que sua relação com a Praça está atrelada às lembranças de como foi sua infância ou adolescência naquele lugar, considerado um grande quintal para as pessoas que moravam aos arredores. Usamos fotografias de alguns objetos encontrados na escavação que

fazem referência a essas lembranças compartilhadas entre a comunidade. Também usamos fotos de crianças na Praça, pois é comum ter registros fotográficos da infância na Praça Tamandaré.



Figura 60: Parte do tópico 5 com objetos da escavação. Fonte: autora, outubro 2020.

No tópico 6 decidimos falar sobre a continuação do trabalho arqueológico através do Projeto Geribanda e suas ações. No ano de 2018, o Projeto passou a escutar e observar o cotidiano da Praça. Nós íamos para lá e montávamos uma mesa com café grátis para nos aproximarmos das pessoas e ouvirmos suas histórias sobre aquele lugar. De tudo o que ouvimos, decidimos expor as conexões com as plantas e os animais. Como já disse anteriormente, nossa primeira ação envolveu as taquaras, então, ao explicar para a comunidade que a retirada dos canteiros era prevista no projeto de revitalização, nos deparávamos com muitas pessoas indignadas e contra essa retirada. Percebemos que a vegetação da Praça é muito importante para a identidade daquele lugar e das pessoas que o frequentam.

Outra questão recorrente nas narrativas que ouvimos, são as lembranças que as pessoas têm dos animais. A Praça era famosa por ter um mini zoológico que abrigou vários animais. Os mais lembrados são os que não existem lá há mais tempo, como a anta Gabriela, os gansos, o avestruz, o pavão e a arara. Também existiam, mais recentemente, macacos, coelhos, patos e porquinhos da índia. Por

mais que se configurasse em um cenário, muitas vezes, cruel para esses animais, tendo o caso de atear fogo na anta, as pessoas lembram saudosamente dessa época, pois ela também representa os “bons tempos” da cidade, onde a Praça era bastante utilizada para o lazer da comunidade. Utilizamos fotografias de animais do passado e, também, do presente, na figura dos cachorros e pombas, para mostrar que a Praça ainda é frequentada por animais.



Figura 61: Fotografia da anta Gabriela. Fonte: cedida por Elisabete Rodrigues Moraes.

No tópico seguinte, abordamos sobre a Praça como um local de trabalho, seja ele formal ou informal. Nas fotos, escolhemos representar um trabalhador de carteira assinada realizando sua função, as tendas dos brechós beneficentes que atuam ali, os quiosques permanentes de ervas e revistas e os trailers/carrocinhas que fazem lanches e vendem guloseimas na Praça. Nenhum desses tem sua permanência prevista nas ações de revitalização.



Figura 62: Tópico 7 representando a Praça como um local de trabalho. Fonte: autora, 2020.

O tópico 8 é uma continuação do tema “trabalho”, mas desta vez com foco nos camelôs que se formam na Praça desde o final do século 20. Como já mencionei, eles foram realocados para um lugar mais afastado e construído especificamente para abrigá-los no início dos anos 2000. A intensão ao abordar esse tema foi mostrar que, por mais que o pensamento higienista enraizado nas políticas públicas tenha removido aquele comércio da Praça, ela volta a ser ocupada novamente. Representamos isso na figura de comerciantes ambulantes africanos. A esta altura, tu já deves saber o quanto a prática de trabalhar e comercializar na Praça não é bem vista pela população e pelas autoridades.

O tópico 9 é uma ilustração e uma narrativa do artista rio-grandino Alisson Affonso que fala sobre seu distanciamento em relação aos imigrantes que estão morando na cidade. O artista nos sensibilizada a percebê-los como seres humanos que sentem falta de casa e não somente como “os camelôs” ou “os senegaleses”. No último tópico tentamos explicar o que a Arqueologia tem a ver com tudo isso, principalmente com o presente. Explicamos sobre o processo de higienização que aconteceu na Praça e como ele se configura no presente a partir da gentrificação/higienização social. Queríamos mostrar como diferentes temporalidades estão relacionadas e mescladas entre si, fazendo com que o público refletisse sobre como o passado está e interfere no presente.

Na terceira e última parte da página inicial explicamos quem montou a exposição e deixamos um espaço para as pessoas comentarem sua opinião de

forma pública e privada. Ali, também tem um botão que, ao clicar, vai para a ficha técnica<sup>49</sup> e outro que direciona para a segunda aba do site<sup>50</sup>. Essa aba, fora da página inicial, foi onde expomos os poemas do livreto *eversão* e os desenhos feitos pela minha irmã para ilustrar cada poema. Tínhamos em mente que os desenhos versassem sobre a materialidade exposta na escrita, então liamos um poema por dia juntas e nos perguntávamos o que poderia representar ele. Não foi uma tarefa difícil, pois os poemas, escritos por uma arqueóloga, trataram, sobretudo, da relação das pessoas com as suas coisas materiais. Lançado e distribuído gratuitamente em agosto de 2016, o livreto foi uma ação do *Liber Studium*, da Prefeitura Municipal do Rio Grande e do Partage Shopping e foi escrito e organizado pela Aline Bastos Mendes. Os poemas são inspirados nas histórias de pessoas que compõe o cotidiano da cidade e, também, da Praça Tamandaré ouvidas pela Aline durante suas pesquisas e suas idas à Praça. Quando pedimos para a Aline nos enviar os poemas em formato digital, ela nos surpreendeu com um novo, que ficou exclusivo para a exposição, sobre o período de isolamento social que vivemos por conta da pandemia.

### Quarentena

Meus passeios e meus pés estão em quarentena  
meus tênis e minhas meias estão em quarentena  
Meu irmão menor, quarentena.  
Minha mãe, mais de 60: quarentena.

Estamos todos do lado de dentro  
querendo o lado de fora  
atravessar o coreto correndo  
observar o jogo de dama  
comprar uma roupa usada.

Mas todos estão em casa (ou deveriam estar).  
O mundo, me parece doente  
não sei se irá curar.  
Saudade dos pássaros (que detestava)  
saudade da música (brega) que tocava  
saudade de um leão  
de um banco  
de um tempo pra RESPIRAR.

Saudade de compor a vida da praça  
ainda que minha passagem por ela fosse tão pequena

Figura 63: Desenho feito para o poema Quarentena. Fonte: Ana Clara Acosta Vieira, julho 2020.



<sup>49</sup> Disponível em: [ficha técnica](#). Acesso em: 25 out 2020.

<sup>50</sup> Disponível em: [poesias](#). Acesso em: 25 out 2020.

acho que mesmo sólida e fixa  
a praça também está em quarentena.

É importante salientar que a exposição foi criada pelo projeto de extensão *Entre vozes e ecos: uma Arqueologia do cotidiano da Praça da Geribanda* (*Liber Studium*/FURG), pelo *Liber Studium* – Laboratório de Arqueologia do Capitalismo (FURG), em parceria com o projeto de pesquisa *Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas*, do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR/UFPeI). E teve o apoio do Centro Municipal de Cultura Inah Emil Martensen, da Secretaria de Município da Cultura (Rio Grande), do Diretório Acadêmico de Arqueologia (FURG), do Ponto de Cultura ArtEstação (Rio Grande) e do Laboratório de Estudos em Antropologia Biológica, Bioarqueologia e Evolução Humana (FURG). Desde o início, a atuação da Arqueologia na Praça Tamandaré faz um trabalho de militância para inserir o passado da Geribanda na narrativa oficial, não foi à toa o pedido de parceria com a Secretaria da Cultura da cidade para a divulgação da exposição, acreditamos na importância de levar o debate para as estâncias oficiais.

Da divulgação: a exposição foi oficialmente lançada no dia 04 de agosto de 2020 e compreendeu a celebração do Dia Nacional do Patrimônio (17 de agosto). Essa foi uma forma de manifestar os outros patrimônios da Geribanda, que se voltam para a valorização das narrativas das diversas pessoas que convivem na Praça e suas maneiras de ocupá-la. Em 15 dias, atingimos a marca de mil visitas no site. Até o momento, 8 sites diferentes e a edição 15047 do jornal Correio do Povo divulgaram nosso trabalho.



Figura 64: Montagem feita com as notícias digitais e o jornal impresso. Fonte: autora, agosto 2020.

Das interações que acompanhamos, destaco os relatos de duas professoras que elogiaram o conteúdo e divulgaram com suas alunas e alunos e o potencial da materialidade exposta em evocar sentimentos de afeto e ligação com a Praça:

- G. F.: “Adorei a exposição, parabéns! A sensibilidade para tratar o lugar de memória de tantas pessoas, de tantos tempos, muito legal. Sem falar na no sentido educativo e provocativo chamando a atenção para a preservação e qualificação do espaço público. Parabéns!”
- M. I. F.: “Foi emocionante! Me reportou aos tempos de colegial, quando eu caminhava pela praça para chegar na escola há quase 60 anos atrás. Cada dia eu fazia um caminho diferente e em cada caminho eu descobria novidades belas que me encantavam sempre. Passados todos estes anos, a

Praça ainda me surpreende com as histórias que vocês contaram. Muito obrigada!”

- F.: “Maravilhosa! Emocionante! Parabéns pela sensível visão e obrigada por trazer até nós a “alma” da Geribanda.”
- J. L. P.: “Adorei ver tão linda exposição! De repente me vi voltando no tempo. Muito me diverti nesta praça, nos balanços, dando comida para os macaquinhos, tirando foto no cavalinho, enfim bons tempos. Amei!”
- E. G.: “Parabéns pela exposição! Foi sensacional! Emocionante... consegui viajar até o tempo da Geribanda! Parabéns e sucesso com a pesquisa e a exposição!”
- Y. C.: “Vocês são joias raras e preciosas!! Obrigada por contar e fazer refletir a nossa história!! Parabéns pelo empenho de mostrar o lado bom de morar aqui na nossa cidade, de se fazer presente e atentamente curiosa e inovadora!! Muito antiga e que conta a história de pessoas pobres, negras e escravizadas. Obrigada por se fazer presente no passado e no presente e por fazer conhecer e querer ainda saber mais sobre a nossa cidade do passado e querer que outros conheçam a história mais linda da cidade!! Parabéns pelo trabalho.”
- Comentário no privado: “por volta de 2008/2009/2010 a praça foi um ponto de encontros de adolescentes LGBTQIA+ que estudavam nas escolas de ensino médio. Começou depois de um show da Pitty, onde alguns se conheceram e depois marcaram de se encontrar por lá. Depois desse dia um foi levando outro, e se tornou um ponto de encontro onde não se precisava marcar nada: todo dia de semana, a qualquer hora (principalmente fim da tarde) estariam todos no leão. Na época a gente não tinha muita representatividade, a internet ainda não era uma ferramenta que formava mesmo essa noção de redes na cidade, então isso foi muito importante para que a gente pudesse se identificar com outras pessoas, saber que existíamos. Até porque nas escolas “não tínhamos nosso grupo”. A coisa tomou uma proporção que o jornal agora fez uma matéria, com foto da praça cheia como “POINT GLS” (o que foi totalmente equivocado, muitos foram expulsos de casa quando os pais souberam etc.). A gente se apropriou tanto do espaço que o senhorzinho que

colocava música na praça tinha algumas coletâneas que levamos para ele, então tocava música Emo direto. Também tiveram alguns que não se identificavam como LGBTQIA+, mas que tinham bandas e se identificaram como um espaço aberto para isso. Na época não tínhamos noção do quanto nos apropriamos do espaço.

Seguindo as ideias de Benedict Anderson (2008), aponto que algumas instituições são vistas enquanto um mecanismo de poder, reforçando narrativas hegemônicas, como é o caso dos museus, dos mapas e dos censos. Para o autor, “os museus e a imaginação museologizante são profundamente políticos” (2008, p. 246), pois são espaços que se transformam em símbolos centrais os signos representantes do Estado e, portanto, reforçam uma identidade nacional. Segundo Costa e Alfonso (2021, p. 147),

o discurso dominante em museus carrega uma ordem político-ideológica excludente, que opera na manutenção dos sistemas de opressão, (re)produzindo hierarquias sociais. Como agentes da opressão, eles são atravessados pelo racismo, o sexismo, a transfobia e outras formas de violência que estruturam nossa sociedade. São, portanto, instituições de reforço de uma narrativa hegemônica branca, elitista, androcêntrica e cis-heteronormativa.

No que tange as práticas de musealização da Arqueologia entendo que ao serem “elaboradas em torno da proposta freireana da dialogicidade, são importantes ferramentas políticas de construção de narrativas contra-hegemônicas acerca de patrimônios invisibilizados”, de acordo com as arqueólogas Costa e Alfonso (2020, p. 161). Nesta lógica, visto que os museus da cidade de Rio Grande contribuem para a construção de narrativas colonizadoras e não são frequentados por todos os públicos, pensar exposições críticas voltadas “para auxiliar na produção de narrativas alternativas às oficiais, incluindo grupos marginalizados na história e no imaginário das sociedades que vivem no território em apreço” (ALFONSO, 2012, p. 305), torna-se de suma importância para a construção de uma cidade mais inclusiva em suas políticas públicas e suas narrativas históricas.

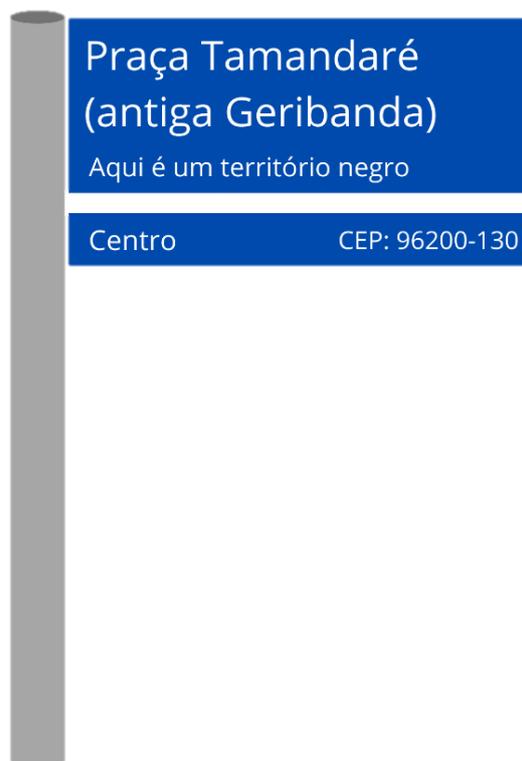
Ademais, os monumentos de “grandes heróis e ícones históricos” em Rio Grande também devem ser questionados, para que os passados e as histórias de grupos que passaram por processos de violência e violações de direitos humanos sejam ouvidos e valorizados, fazendo jus ao direito constitucional à memória. As

idades, ao propiciarem o desenvolvimento de visões plurais, distintas e, por vezes, rivais, não devem, portanto, serem representadas em uma só imagem ou reduzidas a uma única narrativa histórica (GOMES, 2008).

## Considerações Finais

*“Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro”*

*Belchior*



A história da antiga Praça da Geribanda, que materializa a presença negra na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, vem sendo contada pela Arqueologia desde 2015 com o início das escavações na Praça Tamandaré. Alguns anos depois, a militância negra e antirracista que se articulou, principalmente, no âmbito da educação pública e de representantes de órgãos públicos municipais, reivindica, dentre outros lugares, a Praça Tamandaré enquanto um território negro da cidade. Para somar a esta causa, esta pesquisa propôs tornar manifesto as vivências, os patrimônios e a

ancestralidade das comunidades negras e subalternizadas que utilizam a Praça Tamandaré desde a época da antiga Geribanda. Com os objetivos de ir na contramão da narrativa hegemônica sobre a história da cidade, de evidenciar a Tamandaré como um território negro para a comunidade e de engajar-se na perspectiva da luta antirracista.

Alguns questionamentos me inspiraram a desenvolver este trabalho, tais como: Como as comunidades negras, que são minorias e/ou inexistentes nas narrativas oficiais de patrimônio, estão se inserindo e reivindicando seus espaços nesse contexto? Qual o papel das universidades e da Arqueologia na construção de narrativas contra-hegemônicas? Como que a Arqueologia, enquanto uma área de conhecimento, pode contribuir para a luta antirracista? Mais especificamente, como posso apoiar, enquanto uma pessoa branca, a luta antirracista a partir da minha prática arqueológica?

Para isso, foram produzidos três manifestos: um vídeo, um post carrossel para as redes sociais e uma exposição virtual. Todos foram elaborados no âmbito do Projeto Geribanda e veiculados nas plataformas digitais, devido à pandemia em curso de COVID-19, podendo ser acessados de qualquer computador, tablet ou celular que tenha conexão à internet. Com o intuito de levar para a comunidade rio-grandina os debates que são feitos pela Arqueologia e de democratizar o acesso à informação, todos os manifestos lidaram com as injustiças do passado que ocasionaram o apagamento da memória e da trajetória de grupos subalternizados da Praça e da cidade, contando, a partir da materialidade, as narrativas e vivências desses grupos que os documentos escritos e a história oficial não contam. Não se detendo somente ao passado, também foram abordadas as injustiças que **permanecem** nos dias de hoje. Isso se possibilitou a partir de uma Arqueologia social, política, decolonial e que desconsidera o tempo linear.

Entendo que os manifestos funcionaram, portanto, “como um antídoto contra amnésias sociais” ao serem capazes de “fazer lembrar o que em algum momento se pretendeu esquecer” (LIMA, SENE, SOUZA, 2016, p. 301), a fim de que a sociedade pense sobre a cultura material da Praça, desconstrua as narrativas oficiais, bem como se questione onde estão essas comunidades no presente. Ademais, a comunidade pôde refletir sobre como o Patrimônio Cultural da cidade pode estar, também, no cotidiano de uma praça. Saber que fez ou faz parte de um patrimônio é, muitas vezes, mais eficaz frente aos processos intencionais que não valorizam saberes, histórias e vivências de grupos que constroem e vivem Rio Grande, uma cidade heterogênea – como são as cidades portuárias e negras do Brasil.

Nesta pesquisa, vimos como comunidades e lideranças negras estão se articulando para serem inseridas nas narrativas de Rio Grande, a partir do mapeamento e demarcação de territórios negros pela cidade, a fim de que se efetive, principalmente, a implementação da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar. Isto está sendo possível através de ações extensionistas, articuladas com o ensino e a pesquisa, onde a aproximação com a universidade pública se tornou uma ferramenta de luta pelo reconhecimento da história negra local. Logo, ressalto a importância do envolvimento da Arqueologia e da extensão universitária com territórios negros espalhados pelo Brasil, que considere as narrativas das pessoas que habitaram e habitam esses espaços. Esta pesquisa, ao

considerar múltiplas temporalidades e não apenas o passado, pôde contribuir, a partir dos manifestos, com demandas atuais de pessoas que lutam diariamente pelos seus direitos e espaços frente a projetos de arquitetura, urbanismo e preservação histórica que, embora muitas vezes justificados a partir de razões técnicas ou estéticas, portam valores morais, sociais, religiosos e políticos.

O processo de exclusão de pessoas negras e subalternizadas que se estabelece hoje pela revitalização, ao desconsiderar as formas de habitar a Praça Tamandaré e os passados alternativos ao da elite rio-grandina, é resultado, também, do racismo “que no passado formulou e proporcionou diversas ações para que a população negra não pertencesse a construção da identidade brasileira” (SOUZA, 2021, p. 117) e hoje se perpetuam na “distribuição desigual de acesso a oportunidades, a recursos, a informações, a atenção e a poder no cotidiano, na sociedade, nas instituições e nas políticas de Estado” (CARREIRA, 2018, p. 128).

#### Racismo institucional

Visto que a ideia de uma praça embelezada, seguindo o modelo burguês que se inspira na Europa, foi algo naturalizado nos séculos passados e é reproduzido ainda nos dias de hoje, as ações desta pesquisa procuraram trazer esses questionamentos e fazer com que as pessoas reflitam que isso não é natural. Entretanto, lidar com as injustiças do presente, que invisibilizam as presenças humanas, não-humanas e materiais da Praça, não é uma tarefa fácil. Com a veiculação dos manifestos e outras publicações nas redes sociais do Projeto Geribanda, estivemos frente a comentários racistas e xenofóbicos com grupos que utilizam a Praça hoje, além de reclamações de “abandono” do espaço pela Prefeitura. Ou seja, a comunidade pede, pelo menos pelas redes sociais, a intervenção do poder público na Praça, para que ela passe a oferecer o direito que a população tem ao lazer em espaços públicos.

O poder público, por sua vez, volta-se para atender essas demandas, mas será que se dão de conta que, ao mesmo tempo em que planejam ações excludentes com imigrantes africanos, populações em situação de rua e trabalhadoras/es informais, estavam apoiando um projeto que demarca a Praça como um território negro? Será que a Praça da Geribanda pode ser reconhecida como um território negro, mas a Praça Tamandaré não? Se considerarmos o tempo em flecha e o novo *slogan* da Prefeitura “vamos juntos construir o futuro” a resposta

é sim. A Praça Tamandaré é considerada um território negro em razão da história da antiga Geribanda, sim! Mas não podemos nos esquecer que hoje ela **ainda** é majoritariamente ocupada por pessoas negras, pobres e subalternizadas. Por isso a importância de manifestar o passado-presente, para que se **evoque e naturalize as presenças invisibilizadas no cotidiano da Praça Tamandaré**. Vale lembrar que enquanto nossa disciplina não considerar as populações do presente, continuará atuando em seu papel colonialista.

A partir de uma ciência arqueológica engajada com patrimônios alternativos, subalternos e contemporâneos e com as demandas atuais da população rio-grandina, compreendo que os manifestos enfocados pelo mundo material e pensados a partir de um viés antirracista, são ferramentas que podem legitimar narrativas de luta pelo direito à cidade, à memória e ao trabalho de grupos que sofrem processos de exclusão a partir de políticas públicas.

Que pratiquemos uma Arqueologia que faça diferença na vida das pessoas, que escute todas as vozes e que valorize as diferentes visões de mundo. Uma Arqueologia crítica que traga reflexões sobre as desigualdades sociais que se estabelecem no mundo capitalista. É preciso que outras trajetórias se eternizem. É preciso que saberes, cotidianos e patrimônios, que não ocupam majoritariamente o campo hegemônico da legitimidade e da validação, sejam também reconhecidos. Além de que a

superabundância de acontecimentos que é possível sentir na carne, na exaustão do dia-a-dia, na dificuldade de colocar em linha temporal. Ver nosso passado em chamas, viver a dificuldade de realizar nossas pesquisas acadêmicas e assistir o descumprimento das leis que asseguram a salvaguarda do patrimônio arqueológico: tudo isso deixa ainda mais claro que arqueologia é, antes de tudo, ação política. Temos a responsabilidade de proteger a memória, e hoje, mais do que nunca, a divulgação da história é uma arma em defesa do Estado democrático de direito (FERNANDES; CORONEL; THIESEN, 2020, p. 73).

## Referências

ABREU, Regina. A Emergência do “Outro” no campo do Patrimônio Cultural. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo: Suplemento 7, p. 9-20, 2008.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, Rio de Janeiro, RJ, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

ALFONSO, Louise Prado. **Arqueologia e Turismo**: sustentabilidade e inclusão social. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALFONSO, Louise Prado. Método Etnográfico em Contexto Urbano. *In*: **I Ciclo de Oficinas da Arqueologia: Interdisciplinaridade e Troca de Saberes**. Bacharelado em Arqueologia, Universidade Federal do Rio Grande, 2017.

ALFONSO, Louise Prado; FERREIRA, Martha Rodrigues. Exposição Patrimônios Invisibilizados: Uma experiência coletiva de extensão na pandemia. *In*: Francisca Ferreira Michelin; Ana da Rosa Bandeira; Paula Garcia Lima; Letícia Silva Dutra Zimmermann (Org.). **Conexões para um tempo suspenso**: Extensão universitária na pandemia. Pelotas: Ed. UFPel, p. 538-562, 2020.

ALFONSO, Louise Prado; SIQUEIRA, Gabriela Pecantet; FERREIRA, Martha Rodrigues. Pelas margens das cidades em transe: entre debates, vivências e saberes. *In*: Louise Prado Alfonso *et al.* (Org.). **Anais Cidades em transe**: e a pluralidade do morar. Arche: Revista Discente de Arqueologia, Rio Grande, RS, FURG, p. 9-38, 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, v. 8, 2008.

ASSUNÇÃO, Thaís Damasceno. Proposta de estudo de Memória e Valorização do Monumento-Túmulo e do Ícone Histórico da História do Rio Grande do Sul e o Primeiro Presidente da República Riograndense: General Bento Gonçalves da Silva (1788-1847). *In*: 17ª Mostra de Produção Universitária. **Anais Congresso de Iniciação Científica (CIC)**, Rio Grande, RS, FURG, p. 1-3, 2018.

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, SP, n. 44, p. 32-51, dez./ fev. 1999-2000.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n.11, p. 89-117, 2013.

BERGMANN, Leopoldine Radtke. **Imagens e narrativas de Pelotas**: Uma análise do discurso turístico de uma cidade (re)imaginada. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Faculdade de Administração e Turismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoconstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

BRASIL. Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial: Superior Tribunal de Justiça, 2004. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496205>. Acesso em: 20 out. 2020.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1692-715X2010000100028&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2010000100028&lng=pt&nrm=iso) . Acesso em: 01 ago. 2021.

CARLE, Cláudio Baptista; SANTANA, Ingrid Adrielle de Souza Freitas; OLIVEIRA, Cícero Ney Pereira de. As cumplicidades racistas da arqueologia. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 12, n. 2[21], p. 71–90, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8652808>. Acesso em: 01 ago. 2021.

CARREIRA Denise. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. **SUR 28**, [S.I.], v. 15, n. 28, p. 127-137, 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/o-lugar-dos-sujeitos-brancos-na-luta-antirracista/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande**: do Big Bang a 2015. Rio de Janeiro: Topbooks. 2016.

COLOMBANI, Fabiola; MARTINS, Raul Aragão. O movimento higienista como política pública: aspectos históricos e atuais da medicalização escolar no Brasil. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, [S.I.], p. 278-295, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9788/6603>. Acesso em: 20 out. 2020.

COSTA, Vanessa Avila; ALFONSO, Louise Prado. A musealização da arqueologia pela perspectiva do putafeminismo: materialidades e narrativas de trabalhadoras sexuais em uma exposição na cidade de Pelotas (RS). **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 145–165, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8663866>. Acesso em: 01 ago. 2021.

CRAM, Anélia Ana Alexandre. **Praça Tamandaré**: uma dicotomia espacial entre o lazer e a terceirização. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia Bacharelado – Universidade Federal do Rio Grande, Departamento de Geociências, Rio Grande,

1996.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2003.

DE SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino. O terreiro e a cidade: ancestralidade e territorialidade nas políticas de ação afirmativa. **Estudos de Sociologia**, [S.l.], v. 2, n. 20, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235560/28527>. Acesso em: 01 ago. 2021.

DODE, Maritza dos Santos. **“Fazer-me um cortiço debaixo das janelas!...”**: os cortiços na paisagem urbana da Rio Grande oitocentista. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

FARIA, Leonardo. Planejamento estratégico, estatuto da cidade e plano diretor: métodos e instrumentos de organização e gestão do espaço urbano. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, MG, v. 10, n. 32 dez/2009, p. 162-170, 2009.

FERNANDES, Mariana Costa de Moraes; CORONEL, Luciana Paiva; THIESEN, Beatriz Valladão. Arqueologia e ação política: resultados da instalação vestígios de uma ausência. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 57-74, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8658992>. Acesso em: 01 ago. 2021.

FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, AM, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. **Ciência e Cultura**. [S.l.], v. 65, n. 2, p. 23-25. 2013. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252013000200010&lng=pt&tlng=pt](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200010&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 01 ago. 2021.

GANDRA, Edgar Avila. O bairro Getúlio Vargas sob o prisma das imagens. **BIBLOS**, [S.l.], v. 12, p. 75-82, 2000. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/525>. Acesso em: 20 out. 2020.

GARCIA, Tanize Machado. **Mercado público de Pelotas no país das maravilhas**: uma etnografia sobre a pluralidade narrativa de um patrimônio em disputa. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia) – Instituto de Ciências

Humanas, Universidade Federal de Pelotas. 2018.

GNECCO, Cristóbal. Escavando arqueologias alternativas. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 8-22, 2012.

GOMES, Carina Sousa. Imagens e narrativas da Coimbra turística: Entre a cidade real e a cidade (re) imaginada. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.l.], n. 83, p. 55-78, 2008.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Time to destroy an archaeology of supermodernity. **Current Anthropology**, [S.l.], v. 49, n. 2, p. 247-279, 2008.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Hacia otra arqueología: diez propuestas. **Complutum**, [S.l.], v. 23 (2), p. 103-116, 2012.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. What remains? On material nostalgia. *in*: Bjørnar Olsen *et al.* (Org.). **After Discourse**: Things, Affects, Ethics. Abingdon: Routledge, 2021.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo; GONZÁLEZ, Pablo Alonso; CRIADO-BOADO, Filipe. En contra del populismo reaccionario: hacia una nueva arqueología pública. **Chungara Revista de Antropología Chilena**, [S.l.], v. 51, n. 1, p. 1-7, 2019.

HAMILAKIS, Yannis. Decolonial archaeology as social justice. **Antiquity**, [S.l.], v. 92(362), p. 518-520, 2018.

LEITE, Rogério Proença. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências**, São Paulo, SP, v. 25, n. 72, p. 73-88, 2010.

LIMA, Tania Andrade; SENE, Glaucia Malerba; SOUZA, Márcio André Torres de. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 299-391, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/119850>. Acesso em: 01 ago. 2021.

MACHADO, Gisele Rodrigues. Educação das relações étnico-raciais na formação de professores(as) através das danças circulares. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. DE PERTO E DE DENTRO: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo, v. 17, n. 49, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. **Tempo Social**, [S.l.], v. 15, n.1, p. 81-95, 2003.

MARGENS. **Relatório Final da Exposição Patrimônios Invisibilizados**: Para Além dos Casarões, Quindins e Charqueadas. 2020. No Prelo.

NETO, Francisco Pereira; RIETH, Flavia; ALFONSO, Louise Prado. Pelotas-RS pelas suas margens: a patrimonialização como expressão das múltiplas formas de habitar a cidade. **Revista Barbarói**, [S.l.], n. 54, p. 63-75, 2019.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835-1864)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

OLSEN, Bjornar. *et al.* **Archaeology: the discipline of things**. Berkeley: University of California Press, 2012.

PEDROSO, Ticiano Duarte. **Cidade Nova: Narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande - 1950**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

PELLINI, José Roberto. Arqueologia com Sentidos: Uma Introdução à Arqueologia Sensorial. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 9, n. 4[14], p. 1-12, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8643516>. Acesso em: 20 out. 2020.

PIRES, Raphael. O que é mídia e por que conhecer suas características? Blog da Rock Content, 2020. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/o-que-e-midia/>. Acessado em: 20 out. 2020.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz; PESTANA, Marlon Borgens. Escavações arqueológicas na praça 7 de Setembro e arredores – Rio Grande, RS, Brasil. **BIBLOS**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 9–49, 2006. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/736>. Acesso em: 1 ago. 2021.

RIO GRANDE. Câmara Municipal da Cidade do Rio Grande. **ATA Nº. 12/2017**. Rio Grande, RS, 2017.

RIO GRANDE. Secretaria de Município de Cidadania e Assistência Social. **Caminhos Negros: redescobrimo Rio Grande**. Rio Grande, RS, 2017.

RIO GRANDE. Prefeitura Municipal do Rio Grande. Aba “turista”. Disponível em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/turista/#link>. Acesso em: 01 ago. 2021.

ROCHA, Bruna Cigaran da *et al.* Arqueologia pelas gentes. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 130–140, 2013. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/373>. Acesso em: 01 ago. 2021.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. **“Aquilo que é tirado da terra, às vezes pode matar”**: As relações estabelecidas entre arqueologia e a comunidade de Carangola, Minas Gerais. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia) – Instituto de

Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, p. 578, 2002. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1064>. Acesso em: 20 out. 2020.

SERRES, Michel; LATOUR, Bruno. **Conversations on Science, Culture, and Time**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.

SHEPHERD, Nick. Arqueología, colonialidad, modernidade. In: SHEPHERD, Nick; GNECCO, Cristóbal; HABER, Alejandro (org.). **Arqueología y decolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2015. p. 7-45. Disponível em: <https://arqueologiageneralunca.wordpress.com/2018/04/18/sheperd-gnecco-y-haber-arqueologia-y-decolonialidad/> Acesso em: 20 out. 2020.

SILVA, Tatiana Dias; NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito. População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. Brasília, DF, Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200610\\_nt\\_74\\_dise\\_t.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200610_nt_74_dise_t.pdf). Acesso em: 01 ago. 2021.

SILVA, Yasmin Acosta da. **Arqueologia da Geribanda: (re)existências no passado-presente**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018.

SILVEIRA, Melina Monks da. **Territorialidades em Disputa: Normativas e Narrativas do Passo dos Negros em Pelotas/RS**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

SOUZA, Adara Guimarães de. **Extra! Extra! Um negro foi/é encontrado morto em Pelotas: Contribuições arqueológicas para a luta antirracista no contexto pelotense**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

SOUZA, Adara Guimarães de *et al.* Pessoas em Situação de Rua: perspectivas para além da invisibilidade. In: Louise Prado Alfonso *et al.* (Org.). **Anais Cidades em transe: e a pluralidade do morar**. Arche: Revista Discente de Arqueologia, Rio Grande, FURG, p. 79-84, 2021.

SOUZA, Rafael de Abreu e. Pixações sob a ótica da Arqueologia Urbana. **Revista de Arqueologia Pública**. Campinas, SP, v. n.8, p. 135-156, 2013.

SOUZA, Rafael de Abreu e. Deixa meu cabelo em paz e outros contos sobre Arqueologia do Racismo à Brasileira. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 43–65, 2020. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/743>. Acesso em: 01 ago.

2021.

SOUZA, Rafael de Abreu e. Materialidades discriminatórias: racismo concretizado no cotidiano. **Tessituras**, Pelotas, RS, n. 9, n. 1, p. 63-91, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2014.

THIESEN, Beatriz. Invisibilidade, memória e poder: a identidade imigrante e a construção da paisagem da cidade – Rio Grande (RS). Universidade de Caxias do Sul. **Revista Méti: História & Cultura**, [S.l.], v. 8, n. 16, 2009.

THIESEN, Beatriz Valladão. Antes da poeira baixar: reflexões sobre uma arqueologia do passado recente. **Revista Memorare**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 222-226, 2013.

THIESEN, Beatriz Valladão. **Programa de Salvamento Arqueológico na área de colocação de plataforma de embarque e desembarque de passageiros do Transporte Urbano Municipal de Rio Grande – RS**. Rio Grande, RS, 2014.

THIESEN, Beatriz Valladão. **Relatório Parcial das atividades do Programa de Salvamento Arqueológico na área de colocação de plataforma de embarque e desembarque de passageiros do Transporte Urbano Municipal de Rio Grande – RS**. Rio Grande, RS, 2015.

THIESEN, Beatriz Valladão. **Invisibilidades Urbanas**: grupos silenciados e o fazer arqueológico em áreas públicas. (no prelo).

THIESEN, Beatriz Valladão *et al.* Vestígios de uma ausência: uma arqueologia da repressão. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 10, p. 231-250, 2014.

TORRES, Luiz Henrique. A cidade do Rio Grande: escravidão e presença negra. **BIBLOS**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 101-117, 2008. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/859>. Acesso em: 01 ago. 2021.

TRAMASOLI, Felipe Benites. **Arqueologia da Cidade Cinza**: paisagem e discurso na cidade do Rio Grande. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

TRAMASOLI, Felipe Benites. “Haja hoje p/ tanto hontem”: apontamentos sobre a arqueologia e o contemporâneo. **Revista de Arqueologia**. [S.l.], v. 30, n. 1, p. 186-209, 2017.

TRAMASOLI, Felipe Benites. Quem faz Arqueologia abre uma janela. **Oficina do Historiador**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 1-15, 2020.

TRIGGER, Bruce G. Alternatives Archaeologies: Nationalist, Colonialist, Imperialist. **Man**, New Series, v. 19, n. 3, p. 355-370, 1984.

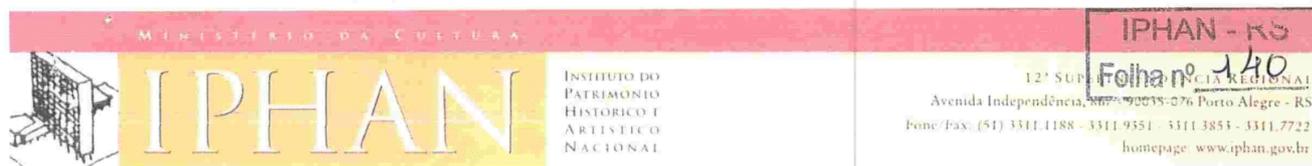
WITMORE, Christopher. Four Archaeological Engagements with Place: Mediating Bodily Experience through Peripatetic Video. **Visual Anthropology Review**. [S.l.], v. 20, n. 2, p. 57-71, 2004.

WITMORE, Christopher. On multiple fields. Between the material world and media: Two cases from the Peloponnesus, Greece. **Archaeological Dialogues**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 133-164, 2004.

ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; AGNOLETTO, Vitória. O pensamento descolonial e a teoria crítica dos direitos humanos: saberes e dignidade nas sociedades latino-americanas. *Revista Húmus*, [S.l.], v. 9, n. 26, 2019.

## **Anexos**

## Anexo A – Parecer do IPHAN/RS referente ao laudo enviado pela Prefeitura



Parecer nº 316/2012/ARQUEO-SE/RS

Porto Alegre, 05 de Dezembro de 2012.

À Senhora Ana Beltrami  
Chefe Técnica do IPHAN/RS

Assunto: **Laudo sobre as obras na Praça Tamandaré**  
Processo IPHAN nº. 01512.002453/2012-13  
Protocolo 01512.003413/2012-81

Senhora Coordenadora,

1. Em atenção à solicitação de manifestação **urgente** deste Setor quanto ao “**Laudo sobre as obras na Praça Tamandaré**”, município de Rio Grande, do arqueólogo da Prefeitura Municipal, Érico Brasil, apresento o seguinte parecer, apoiada na Lei Federal nº 3.924/1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos; na Portaria IPHAN nº 07/1988, que regulamenta a emissão de permissões e autorizações de pesquisas arqueológicas no Brasil; e na Portaria IPHAN nº 230/2002, que define os procedimentos necessários à preservação do patrimônio arqueológico conforme as fases de licenciamento ambiental, além dos termos da Notificação 004;
2. O laudo em tela foi apresentado com a finalidade de oferecer subsídios para o desembargo das obras de instalação de abrigos de ônibus na Praça Tamandaré, Município de Rio Grande, RS;
3. Realizei a análise técnica dos documentos apresentados e verifiquei que, de acordo com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, de Serviços Urbanos, de Coordenação e Planejamento, e de Segurança, dos Transporte e do Trânsito, o projeto de implantação dos abrigos de ônibus na Praça Tamandaré foi isento de processo de licenciamento ambiental;
4. No entanto, trata-se de área de preservação histórica, no entorno da qual localiza-se a Catedral de São Pedro de Rio Grande, igreja mais antiga do Rio Grande do Sul, e bem tombado em âmbito federal. Portanto, o município não teria autonomia para dispensar estudos prévios;
5. No histórico do desenvolvimento histórico da Praça, o arqueólogo desqualifica a importância do local no contexto rio-grandino e rio-grandense, afirmando que a mesma se originou fora dos limites do centro urbano, e que “não contou com nem glamour” (sic), pois era frequentada por escravos que ali buscavam água. Em realidade, a Praça foi assentada no coração do centro urbano da nascente Rio Grande, junto ao Largo da Igreja Matriz, hoje Catedral de São Pedro, remetendo a ocupação histórica do local, portanto, a pelo menos o ano de 1736;
6. Dada esta localização privilegiada, e como fica mesmo evidente na documentação apresentada, a Praça Tamandaré foi protagonista na história urbana de Rio Grande, tendo sido reformada e alterada em suas dimensões e traçado. Estas alterações na paisagem deixam vestígios no solo – bens arqueológicos – os quais possuem um imenso potencial interpretativo para a história, uma vez que estas modificações físicas remetem à modificação nas ideias políticas, culturais, econômicas e urbanísticas;
7. Assim, quando o arqueólogo, em seu laudo, classifica o registro arqueológico da Praça Tamandaré como “destruído” pelas inúmeras intervenções que sofreu ao longo dos últimos 276 anos, equivocadamente desconsidera que estas alterações são, em si, o patrimônio arqueológico ora destruído pela obras irregular da Prefeitura;
8. Acerca dos fragmentos de louça, faiança, cerâmica e vidro localizados nos montes de sedimento retirados das escavações feitas para a instalação das sapatas de concreto dos abrigos, o arqueólogo afirma não ser possível afirmar tratar-se de bens arqueológicos. No entanto, é perfeitamente possível afirmar

IPHAN - RS  
Folha nº 14

que se trata de bens arqueológicos, pois não há qualquer outra justificativa possível para a existência de tal tipo de material misturado ao sedimento, senão o registro de um sítio arqueológico histórico impactado. Isto se confirma também pela vistoria feita pelo arqueólogo Tobias Vilhena ao local, e das imagens recebidas da Professora Beatriz Thiesen no dia 04/12/2012, que também registram os vestígios arqueológicos revolvidos pelo trabalho na Praça;

9. Por fim, o laudo apresenta conclusões contraditórias, pois afirma que as obras não causarão dano ao registro arqueológico, ao mesmo tempo em que afirma que deveria ter sido realizado um projeto prévio, devido ao potencial arqueológico do lugar. Mas conclui, corretamente, que “na situação atual a interferência já foi concretizada, se existia algum material relevante, este se apresenta apenas como amostragem cultural [...], completamente alterados” (sic);

10. Assim, conclui-se que há solo arqueológico na Praça Tamandaré, e que a instalação dos abrigos de ônibus na Praça Tamandaré destruiu parte importante do sítio arqueológico ali existente, por omissão da Prefeitura Municipal, a qual dispensou estudos ambientais no licenciamento da obra, sendo que esta não possui autonomia para tanto, pelo menos no que diz respeito ao componente cultural destes estudos, destacados o componente arqueológico;

11. Diante disso, recomendo que este Instituto demande apoio jurídico da PROFER para o ajustamento da conduta da Prefeitura, através de medidas compensatórias. Além disto, que seja apresentada documentação referente ao atual estágio do empreendimento, com a localização de futuros abrigos que venham a ser instalados na continuidade, além da gazebo, e projeto arqueológico de prospecção prévia e monitoramento da obra, antes de que sejam retomadas as escavações;

12. Como medidas compensatórias, indico a contratação de equipe que realize estudos para a definição da área de proteção histórica do centro de Rio Grande, com especial atenção à definição da área de entorno do bem tombado em nível federal, Catedral de São Pedro de Rio Grande, a revisão dos critérios urbanísticos para a preservação e valorização desta área, a partir da legislação municipal vigente, revisão desta legislação, se necessário, desenvolvimento de um projeto de socialização do patrimônio arqueológico urbano de Rio Grande, com a criação de roteiros de visitação e musealização dos sítios urbanos e bens associados, a partir das definições a serem estabelecidas pela equipe da Superintendência do IPHAN/RS;

13. Solicito ainda que o arqueólogo Érico Brasil seja formalmente notificado acerca da proibição de execução de estudos arqueológicos à revelia do IPHAN, como o citado em seu laudo, de que teria executado transects na área. Tal tipo de atuação irregular já foi verificada em outros processos e não deve se repetir, a pena de serem tomadas as medidas legais cabíveis no futuro;

14. Segue anexo registro fotográfico.

Atenciosamente,

  
Mariana Araújo Neumann

Arqueóloga CDT  
SIAPE 1836568

De acordo,  
A Profer por  
mosseguinto  
10/12/12  
Anselmani  
Ana Maria Beltrami  
Coordenadora Técnica  
IPHAN/RS  
SIAPE 1713761